ANO 8 - FEVEREIRO DE 2003

MERCADO DE TRABALHO

conjuntura e análise

21

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MTE MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

ÍNDICE

MERCADO DE TRABALHO

conjuntura e análise nº21

APRESENTAÇÃO 01

OPINIÃO DOS ATORES 03

Um retrato do desemprego juvenil no Brasil 05
Waldir Quadros

Juventude e primeiro emprego 09
Carlos Alberto Grana

A tragédia social do jovem 13
Luiz Fernando Emediato

Aprendizagem industrial renovada 17
Alberto Borges de Araújo

Combate ao desemprego juvenil no Brasil: a proposta do Ministério do Trabalho e Emprego 21
Remígio Todeschini

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO 25

NOTAS TÉCNICAS 35

A oferta de trabalho dos jovens — tendências e perspectivas 37
Eduardo L. G. Rios-Neto e André Golgher

A transição para a vida adulta: novos ou velhos desafios? 53
Ana Amélia Camarano, Maria Tereza Pazinato, Solange Kanso e Caroline Vianna

ANEXO ESTATÍSTICO 67

Esta publicação é produzida pela Diretoria de Estudos Sociais - DISOC do *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA* em convênio com o *Ministério do Trabalho e Emprego - MTE* e com a *ANPEC.*

ANO 8 - FEVEREIRO DE 2003

MINISTÉRIO DO
TRABALHO E EMPREGO

MINISTRO
Jaques Wagner

SECRETÁRIO EXECUTIVO
Sandra Meira Starling

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nem do Ministério do Trabalho e Emprego.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

AGRADECIMENTOS
Ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao IBGE, à Fundação SEADE e ao DIEESE por cederem os dados necessários à elaboração deste boletim.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO

MINISTRO
Guido Mantega

SECRETÁRIO EXECUTIVO
Nelson Machado

ipea **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

PRESIDENTE
Glauco Antônio Truzzi Arbix

CHEFE DE GABINETE
Luis Fernando de Lara Resende

DIRETOR DE ESTUDOS MACROECONÔMICOS
Eustáquio José Reis

DIRETOR DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS
Gustavo Maia Gomes

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Hubimaier Cantuária Santiago

DIRETOR DE ESTUDOS SETORIAIS
Luís Fernando Tironi

DIRETOR DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
Murilo Lôbo

DIRETOR DE ESTUDOS SOCIAIS
(vago)

COORDENADOR GERAL DO PROJETO MTE/IPEA
Ricardo Paes de Barros

CORPO EDITORIAL

EDITOR RESPONSÁVEL
Lauro Ramos (DISOC/IPEA)

EDITOR ASSISTENTE
Luiz Eduardo Parreiras (DISOC/IPEA)

EQUIPE
Marcelo Brito - Economista (DISOC/IPEA)
*Márcia Pessanha - Assistente de Pesquisa**
*Raphael Soares - Programador SAS**

**Bolsista*

Apresentação

A principal característica exibida pelo desempenho do mercado de trabalho metropolitano em 2002, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, talvez tenha sido o crescimento de 1,7% do nível de ocupação médio. Como a cifra, em si, não é nem baixa nem alta, o que a torna digna de maior destaque é o fato de ter sido alcançada em um contexto macroeconômico de bastante instabilidade e incertezas, no qual o baixo crescimento do PIB, da ordem de 1,5%, é apenas um dos ingredientes. De fato, sendo superior inclusive a essa variação, o crescimento verificado na demanda por trabalho é de chamar a atenção, já que ele destoa, positivamente, do padrão de resposta que norteou o mercado de trabalho na década passada.

Um outro movimento que merece ser ressaltado é o da elevação da taxa de participação, o qual, considerando o crescimento da População em Idade Ativa em torno de 2,2%, ou seja, superior ao observado no nível de ocupação, teve um papel destacado no aumento de um ponto percentual observado na taxa de desemprego (de 6,2% para 7,2%). Embora ligeiramente acima da verificada em 2001, a taxa de participação encontra-se, mesmo assim, em um patamar que, em princípio, não oferece muito espaço para reduções significativas. Isto quer dizer que a persistência de um fraco dinamismo da demanda por mão-de-obra, caso venha a ocorrer, tenderá a produzir novos aumentos da taxa de desemprego, questão para a qual a seção Análise do Mercado de Trabalho procura chamar a atenção.

A seção Opinião dos Atores é dedicada à questão do primeiro emprego, uma das políticas prioritárias do novo governo. Neste número, a riqueza de diferentes visões, beneficiadas pela variedade de inserções sociais de seus autores no mundo do trabalho, é garantida pelas opiniões de Waldir Quadros, da Unicamp, Carlos Alberto Grana, da CUT, Luiz Fernando Emediato, da Força Sindical, Alberto Borges de Araújo, do Senai, e Remígio Todeschini, Secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego. A despeito dos distintos ângulos com que a questão é percebida, existe um amplo consenso a respeito da sua dramaticidade e da urgência que tem o seu enfrentamento.

Tornando ainda mais rico o debate desenvolvido pelos atores sociais, convidados a emitirem suas opiniões, as duas Notas Técnicas deste número tratam também da questão do emprego entre os jovens. Na primeira delas, Eduardo Rios-Neto e André Golgher, do Cedeplar, projetam as tendências da oferta de trabalho, segundo diferentes recortes da população jovem, importante contribuição para a focalização dos programas de apoio. Ana Amélia Camarano, Maria Tereza Pazinato, Solange Kanso e Caroline Vianna, do IPEA,analisam a transição dos jovens para a vida adulta nos últimos 20 anos, tanto em termos da sua inserção no mercado de trabalho, como também no que diz respeito aos processos de constituição familiar.

OPINIÃO DOS ATORES

Um retrato do desemprego juvenil no Brasil 05
Waldir Quadros

Juventude e primeiro emprego 09
Carlos Alberto Grana

A tragédia social do jovem 13
Luiz Fernando Emediato

Aprendizagem industrial renovada 17
Alberto Borges de Araújo

Combate ao desemprego juvenil no Brasil: a proposta do Ministério do Trabalho e Emprego 21
Remigio Todeschini

*Um retrato do desemprego juvenil no Brasil**

Waldir Quadros**

Sem sombra de dúvidas, o brutal agravamento do desemprego ao longo dos anos 1990, particularmente a partir de 1995, está na raiz da grave crise social que assola o país e constitui um dos principais componentes da "herança maldita" recebida pelo novo governo.

Se é verdade que o desemprego tornou-se um fenômeno generalizado, atingindo o conjunto das classes sociais, ele também revela um forte viés social e etário, afetando com maior intensidade as famílias da massa trabalhadora urbana e os segmentos juvenis.

Esse viés social pode ser observado na Tabela 1, onde se verifica que dos 10,4 milhões de desempregados[1] existentes em 2001, ano da última PNAD disponível, 7,4 milhões (71%) encontram-se na terceira camada socioocupacional, que, igualmente, é a que apresenta as maiores taxas de desocupação da PEA. Destacam-se os desocupados das famílias das camadas média e superior dos operários (e afins), da baixa classe média assalariada, da camada média de trabalhadores autônomos, das empregadas domésticas e, sobretudo, das famílias em que nenhum membro encontra-se ocupado, ou seja, das famílias de desempregados, aposentados e pensionistas etc.

Contudo, nas outras duas camadas urbanas socialmente melhor situadas, a tragédia da desocupação também atinge fortemente alguns grupos familiares, particularmente aqueles do segmento assalariado. É o que se passa com as famílias da média e alta classe média assalariada, respectivamente com 620 mil e 480 mil pessoas desocupadas e com as mais elevadas taxas de desocupação de suas camadas socioocupacionais.

Por sua vez, a relativamente menor dimensão do fenômeno na quarta camada, a massa agrícola, além de acentuar o caráter urbano da desocupação, mostra que boa parte dos potencialmente desocupados do campo refugia-se na pequena agricultura familiar, na condição de trabalhadores não-remunerados ou dedicados à auto-subsistência.

O componente etário da desocupação pode ser constatado na Tabela 2, onde se destacam as faixas de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos, que concentram 4,9 milhões de desocupados!

Por outro lado, nota-se na Tabela 3 que entre os jovens de 15 a 19 anos o principal segmento de desocupados é o dos que

* Este artigo apresenta uma versão resumida de trabalho ainda inédito: "Classes sociais e desemprego no Brasil dos anos noventa". Campinas: Cesit - IE/Unicamp, 2003, mimeo.

** Professor do IE/Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit).

1. Em nossos estudos adotamos um conceito de desocupação mais amplo do que o da PNAD, o qual define como desocupados aqueles que, não estando ocupados na semana da pesquisa, procuraram ocupação nessa mesma semana. Em nossa metodologia ampliamos o período de procura para até um ano, buscando captar integralmente a chamada desocupação oculta pelo desalento em que o desocupado deixa temporariamente de buscar ocupação diante de uma situação muito adversa do mercado de trabalho. Com isso expandimos tanto o número de desocupados como a PEA e as taxas de desocupação. Cabe registrar que o grosso dos desocupados encontra-se no período de até dois meses de procura por ocupação.

TABELA 1
BRASIL: ESTRUTURA SOCIOOCUPACIONAL DA DESOCUPAÇÃO — 2001

	GRUPOS FAMILIARES	DESOCUPADOS (A)	PEA (B)	% (A/B)
1	A-1 PROPRIETÁRIOS EMPREGADORES (> 10)	19.968	666.363	3,00
	A-2 PROPRIETÁRIOS EMPREGADORES (< = 10)	184.396	4.425.140	4,17
	B PROFISSIONAIS EMPREGADORES	15.681	413.008	3,80
	D-1 ALTA CLASSE MÉDIA ASSALARIADA	478.639	6.830.819	7,01
	C-1 PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS - CAMADA SUPERIOR	74.944	1.415.550	5,29
	C-2 PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS - CAMADA MÉDIA	12.407	183.826	6,75
	SEM OCUPAÇÃO - CAMADA 1	166.311	166.311	100,00
	TOTAL	**952.346**	**14.101.017**	**6,75**
2	D-2 MÉDIA CLASSE MÉDIA ASSALARIADA	616.716	6.387.068	9,66
	E PROPRIETÁRIOS CONTA PRÓPRIA - URBANO	300.279	4.381.843	6,85
	F-1 TRABALHADORES AUTÔNOMOS - CAMADA SUPERIOR	248.219	2.765.375	8,98
	C-3 PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS - CAMADA INFERIOR	54.038	588.613	9,18
	SEM OCUPAÇÃO - CAMADA 2	207.837	207.837	100,00
	TOTAL	**1.427.089**	**14.330.736**	**9,96**
3	D-3 BAIXA CLASSE MÉDIA ASSALARIADA	1.088.102	10.985.080	9,91
	G-1 OPERÁRIOS E ASSALARIADOS POPULARES - CAMADA SUPERIOR	740.739	6.626.797	11,18
	G-2 OPERÁRIOS E ASSALARIADOS POPULARES - CAMADA MÉDIA	1.478.479	10.824.917	13,66
	G-3 OPERÁRIOS E ASSALARIADOS POPULARES - CAMADA MÉDIA	382.590	2.595.988	14,74
	F-2 TRABALHADORES AUTÔNOMOS - CAMADA MÉDIA	590.053	5.408.978	10,91
	F-3 TRABALHADORES AUTÔNOMOS - CAMADA INFERIOR	147.298	1.242.230	11,86
	F-4 TRABALHADORES AUTÔNOMOS - CAMADA BAIXA	81.940	573.873	14,28
	I TRABALHADORES DOMÉSTICOS	524.151	3.318.398	15,80
	M AUTOCONSTRUÇÃO - NÃO-OCUPADOS	7.431	60.062	12,37
	J-1 TRABALHADORES NÃO-REMUNERADOS - URBANO	11.494	111.580	10,30
	L-1 NULOS	2.557	43.682	5,85
	SEM OCUPAÇÃO - CAMADA 3	2.328.075	2.328.075	100,00
	TOTAL	**7.382.909**	**44.119.660**	**16,73**
4	H-1 PROPRIETÁRIOS CONTA PRÓPRIA - AGRÍCOLA	136.444	7.650.036	1,78
	H-2 TRABALHADORES AUTÔNOMOS AGRÍCOLAS	23.726	299.789	7,91
	H-3 ASSALARIADOS AGRÍCOLAS PERMANENTES	143.114	2.440.798	5,86
	H-4 ASSALARIADOS AGRÍCOLAS TEMPORÁRIOS	108.649	1.566.678	6,93
	N AUTOCONSUMO - NÃO-OCUPADOS	43.598	661.368	6,59
	K OCUPADOS COM AUTOCONSUMO	18.014	411.233	4,38
	J-2 TRABALHADORES NÃO-REMUNERADOS - AGRÍCOLAS	4.668	117.414	3,98
	SEM OCUPAÇÃO - CAMADA 4	134.907	134.907	100,00
	TOTAL	**613.120**	**13.282.223**	**4,62**
	TOTAL	**10.375.464**	**85.833.636**	**12,09**

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração própria.

TABELA 2
DISTRIBUIÇÃO DA DESOCUPAÇÃO POR FAIXAS ETÁRIAS NO BRASIL — 2001

FAIXAS ETÁRIAS	NÚMERO DE DESOCUPADOS (MIL)	S/TOTAL (%)	DESOCUPADOS NA PEA (%)
10 A 14 ANOS	326	3,1	14,4
15 A 19 ANOS	2.550	24,6	27,3
20 A 24 ANOS	2.352	22,7	18,9
25 A 29 ANOS	1.440	13,9	12,9
30 A 34 ANOS	1.049	10,1	9,9
35 A 39 ANOS	860	8,3	8,3
40 A 44 ANOS	645	6,2	7,2
45 A 49 ANOS	460	4,4	6,5
50 A 54 ANOS	316	3,0	6,0
55 A 59 ANOS	194	1,9	5,6
60 A 64 ANOS	112	1,1	5,0
65 ANOS OU MAIS	71	0,7	2,8
TOTAL	**10.375**	**100,0**	**12,1**

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 3
MODALIDADES DE DESOCUPAÇÃO ENTRE OS JOVENS NO BRASIL — 2001

DISCRIMINAÇÃO	15 A 19 ANOS (MIL)	20 A 24 ANOS (MIL)
DESOCUPADOS NO ANO	838	1.040
DESOCUPADOS EM ANOS ANTERIORES	317	572
PROCURANDO PRIMEIRA OCUPAÇÃO	1.395	740
TOTAL	**2.550**	**2.352**

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

não conseguiram encontrar sua primeira ocupação, seguido por aqueles que foram desocupados no ano da pesquisa. Já entre os jovens de 20 a 24 anos, a situação se inverte, sendo relativamente mais grave a perda de desocupação no ano.

Por fim, a Tabela 4 ressalta que a situação é significativamente mais grave nas regiões metropolitanas. Basta atentar que na faixa de 15 a 19 anos a desocupação gira em torno dos 40% da PEA, à exceção das regiões metropolitanas de Porto Alegre e Curitiba, cuja desocupação está na faixa dos 30%.

Para concluir, não devemos esquecer que o problema do desemprego não esgota a verdadeira "crise de reprodução social" que se instalou entre os jovens, que enfrentam dificuldades cada vez maiores para, ao menos, conseguir reproduzir o padrão de vida de suas famílias de origem. Para captarmos a questão em seu conjunto, é necessário que também se leve em consideração a parcela significativa de jovens que apenas conseguem se inserir no mercado de trabalho por meio da subocupação ou de ocupações precárias, mal remuneradas etc.

TABELA 4
BRASIL: PARTICIPAÇÃO DAS METRÓPOLES NA DESOCUPAÇÃO JUVENIL — 2001

METRÓPOLES	15 A 19 ANOS		20 A 24 ANOS	
	DESOCUPADOS (MIL)	% DA PEA	DESOCUPADOS (MIL)	% DA PEA
GRANDE SÃO PAULO	383	38,3	299	20,7
GRANDE RIO DE JANEIRO	144	39,9	180	24,3
GRANDE BELO HORIZONTE	95	38,7	95	23,9
GRANDE RECIFE	61	41,8	75	29,8
GRANDE SALVADOR	55	38,2	86	28,7
GRANDE FORTALEZA	57	36,3	60	25,3
GRANDE PORTO ALEGRE	57	29,5	43	15,0
GRANDE CURITIBA	53	31,1	42	18,1
DISTRITO FEDERAL	47	44,3	49	26,3
GRANDE BELÉM	25	37,3	40	29,6
TOTAL BRASIL	**2.550**	**27,3**	**2.352**	**18,9**

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

Juventude e primeiro emprego

Carlos Alberto Grana*

A fotografia da juventude trabalhadora no Brasil

Nem as crises são socialistas, pois seus efeitos atingem de modo desigual os diversos grupos e classes sociais, sendo mais sentidos justamente entre os mais pobres, marginalizados e excluídos.

A crise vivida pela nação e que se arrasta ao longo de mais de uma década atinge e marginaliza a população jovem.

O projeto político que vem sendo implantado de forma mais incisiva a partir de Collor de Mello preocupa-se com uma modernidade excludente e para poucos. Nessa lógica, para ter perspectiva de futuro o jovem deve morar em um bairro seguro, ter boa alimentação e boa saúde, ter um meio de transporte também seguro e rápido, estudar em boas escolas e conseguir um bom encaixe no mercado de trabalho.

Todas essas condições não estão mais disponíveis pelos mecanismos estatal e público, hoje são pagas e muito caras. O encolhimento do Estado, o desmantelamento e sucateamento da saúde e ensino público, a falta de planejamento urbano, a falta de políticas regionais para evitar a concentração de bolsões de pobreza e a falta de investimento em setores sociais, enfim, a falta de políticas públicas, transformaram o Brasil em um campo estéril para a juventude.

O *marketing* político conseguiu transformar algumas políticas públicas, que deveriam ser parte de um projeto de inclusão e justiça social, em cortinas sobre o grande problema que há no país, a exemplo de programas como bolsa-escola ou bolsa-alimentação.

Esses programas atendem a um número insignificante de pessoas, são pontuais e servem para alimentar a propaganda política, mas não vão à causa do problema, ou seja, a miséria e a falta de condições de auto-sustento para as famílias. Daí, resta o uso político e eleitoreiro de projetos como esses.

Tais projetos deveriam cuidar de situações imediatas e emergenciais acompanhados de programas que a médio e longo prazos erradicassem as causas da pobreza e da miséria.

Os problemas da juventude emergem da infância, daí sua solução deve atacar os problemas da infância e da família.

A prática de política no Brasil vive de passos desconexos, de ações pontuais. Não havendo planejamento, parece que os problemas são isolados e não se relacionam entre si. Assim, quando há uma política que combate a mortalidade infantil, se está apenas empurrando o problema para a frente, é uma sobrevida à criança. A política deve ser complexa, atacar a mortalidade infantil e a juvenil, investir na educação infantil e na juvenil, combater a violência infantil e a juvenil. Deve, enfim, haver uma continuidade.

Pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), toda a criança e jovem deveriam ter

* Secretário Geral da CUT Nacional.

assegurado, não só no papel, mas na prática, o acesso a condições dignas de vida, para uma boa formação educacional, moral, física e psicológica para, com isso, ter igualdade de condições de acesso ao mercado de trabalho.

O mercado de trabalho legal (com carteira registrada) está longe do alcance da grande maioria dos jovens das classes média e baixa. Boas colocações com salários razoáveis praticamente não existem, são muito raras as vagas para um emprego com carteira assinada e baixos salários, e a maioria não consegue qualquer colocação.

Do outro lado há os jovens que trabalham sem carteira assinada, fazendo "bicos" ou trabalhando na economia informal e, por fim, um último segmento acaba ingressando em um outro universo, o da prostituição infanto-juvenil, em atividades ilegais, no mundo das contravenções ou do crime, sujeitas a todo tipo de exploração.

O jovem acaba refletindo no mercado de trabalho todo o processo de exclusão que sofreu desde sua infância e que levará consigo por toda a sua vida, sempre preso aos limites de sua pobreza financeira e cultural.

Tratando do universo do que podemos chamar de trabalho legalmente aceitável, o jovem que busca o primeiro emprego, sem experiência e sem qualificação adequada, é jogado ao mercado informal de trabalho (sem carteira assinada) ou a trabalhos com baixos salários. Esse problema agrava-se de acordo com o grau de pobreza; assim, quanto mais pobre, mais difícil será o ingresso no mercado de trabalho.

O caminho profissional do jovem oriundo das classes baixas acaba sendo penoso, como mencionado, e não lhe permite, em muitos casos, o acesso à educação, para não citar os demais vícios de formação que acabam enfrentando por conta de uma alimentação precária, da falta de estrutura familiar, de saúde e de higiene. O trabalho infantil é outra realidade vivenciada pelo jovem que prematuramente é obrigado a ajudar no sustento da família.

O maior índice de desemprego no Brasil entre todas as faixas etárias é dos jovens até 25 anos e, se fizermos um corte de raça, gênero e classe social, a jovem negra e pobre é aquela que possui a menor possibilidade de ingressar no mercado de trabalho e a que observa o maior índice de desemprego.

Não conseguindo sequer estar empregado, considerando que emprego é a grande base da dignidade, para o jovem a cidadania é algo que parece distante e seu ingresso, enquanto personagem produtivo, fica seriamente prejudicado.

Dos mecanismos de acesso do jovem ao mercado de trabalho existentes, temos o estágio profissional, obrigatório para alguns setores (medicina e direito) e desnecessários para outros. Ainda assim, o estágio é usado invariavelmente como mecanismo de contratação barata e sem direitos trabalhistas, o que difere de um projeto responsável socialmente, pois a sociedade deve criar mecanismos de inclusão no mercado de trabalho sem promover a exclusão de direitos ou mecanismos para contratar com baixos custos em detrimento ou substituição de mão-de-obra existente ou de atividade que deveria ser exercida por trabalhador normal.

Propostas

Bom, tudo nos parece muito evidente e simples: o problema básico é o combate às causas da exclusão, com a criação de mecanismos que permitam o acesso de todos à educação, saúde, moradia, alimentação para formar um cidadão digno e em condições de ingressar no mercado de trabalho. O problema é que esse projeto necessita de tempo, de continuidade e de coragem para romper com o modelo neoliberal. Mais que isso, é necessário um projeto político que ao mesmo tempo combata as causas do problema (a médio e longo prazos) e repare e compense as deficiências causadas à população de jovens excluídos (a curto prazo).

Um programa de primeiro emprego deve fazer parte de um programa mais amplo

voltado à geração de emprego e renda, com várias medidas urgentes para diminuir os altíssimos índices de desemprego. Dentre essas medidas algumas podem ser destacadas:

- redução de jornada sem redução de salário;

- tributação de mecanismos de automação e de produção com uso de automação e verba destinada à criação de empregos;

- combate a todas as formas de contratação infralegal (informal, sem registro em carteira) de trabalhadores através de modificação na legislação (penalização) e fiscalização;

- implementação de um programa nacional de primeiro emprego (com direitos trabalhistas), criando vagas e cargos novos e específicos para o ingresso do jovem no mercado de trabalho que não podem ser supridos por trabalhadores com experiência e que também não reduzam as vagas de trabalho deste segmento;

- criação de frentes de trabalho (com registro e remuneração) em vários segmentos (educação, saúde, meio ambiente, administração pública em geral etc.) com uso exclusivo de mão-de-obra jovem;

- programa de conscientização, denúncia e fiscalização de todas as formas de exploração infanto-juvenil;

- investimento em cursos de qualificação e profissionalização destinados a jovens de classes pobres; e

- investimento imediato na educação pública de qualidade.

A tragédia social do jovem

Luiz Fernando Emediato*

Se você visita uma prisão, quase não vê, entre os prisioneiros, pessoas de cabelos brancos: a maioria é extremamente jovem, consumiu seus primeiros anos no crime e nas penitenciárias que não recuperam ninguém e passa seus dias no ócio e na desesperança.

Se você visita as enormes favelas e os bairros pobres na periferia dos grandes centros urbanos, pode ver milhares de jovens adolescentes que interromperam os estudos porque precisavam trabalhar, não encontraram emprego e, agora, perambulam pelas ruas à toa, enquanto não entram para o tráfico, como os dramáticos personagens do filme *Cidade de Deus*.

Se você visita as intermináveis filas dos postos do Sistema Nacional de Emprego (Sine), verá nelas uma multidão de jovens de ambos os sexos, com seus rostos tristes, porque sabem que no fim da fila não haverá a vaga e se houver, ele será incapaz de preenchê-la, pois deveria atender às exigências de boa qualificação, que ele não tem, enfrentar um dificílimo processo seletivo, por causa do alto número de candidatos, para concorrer a um baixo salário.

Se você visita as universidades públicas, nas quais estudam os mais ricos ou menos pobres, e as privadas, nas quais estudam os mais pobres, você verá jovens tensos, preocupados com o futuro: haverá emprego para eles, depois de no mínimo 15 anos nos bancos escolares? Terão eles aprendido realmente a sua profissão? Se conseguirem emprego, o salário será compatível com todo o investimento feito na formação profissional?

Não precisamos enumerar aqui os dados históricos do nosso baixo crescimento econômico, os índices de desemprego na cidade e no campo, os muitos estudos sobre a baixa escolaridade de nossa população, os crescentes índices de criminalidade e o decrescente envolvimento de nossos jovens nas lutas comunitárias pelos direitos da cidadania ou nas campanhas de solidariedade. A luta individual pela sobrevivência torna esses jovens cada vez mais duros, competitivos e egoístas.

O que o Estado e a Sociedade podem fazer, no contexto das atuais dificuldades no Brasil e no mundo, para empregar esses jovens? Partindo-se do princípio de que eles só conseguirão emprego quando e se o país retomar o crescimento econômico, com geração de novas vagas e um programa educacional capaz de treiná-los, o que se pode fazer agora é apenas criar programas emergenciais para minorar os efeitos do que, sem exagero, já podemos denominar verdadeira tragédia social.

Programa Meu Primeiro Emprego – Previsto no programa de governo divulgado durante a campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, esta ação — se for realmente efetivada — poderá ser uma das primeiras medidas a serem imediatamente implementadas, devido ao seu alcance. A idéia original era destinar R$ 200 para cada empresa que contratasse um jovem sem experiência, cabendo ao empregador complementar a

* Escritor, jornalista, editor e membro representante da Força Sindical no Codefat, CNPS e CNDES (suplente).

remuneração. É preciso identificar de onde sairá este dinheiro, tendo em vista a instabilidade da situação econômica e financeira do país, o contingenciamento do orçamento da União e a necessidade de gerar superávits primários para o pagamento dos juros da dívida. Uma alternativa interessante seria utilizar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o maior fundo social líquido do país, com patrimônio de quase R$ 80 bilhões, dos quais pelo menos R$ 10 bilhões estão aplicados em fundos extramercado no Banco do Brasil. O presidente da República — de preferência sem ouvir a equipe econômica... — poderia, numa ação política corajosa, decidir pela excepcionalidade do FAT, tirando-o do contingenciamento, o que é legalmente possível. No orçamento do FAT para 2003 já existem R$ 4,3 bilhões "congelados" numa reserva de contingência, a ser usada teoricamente em caso de calamidade pública. Este programa poderia ser desenvolvido também em parceria com os governos estaduais. O de Pernambuco, por exemplo, já criou o seu, em abril do ano passado, e destina até R$ 300 mensais, durante seis meses, para complementar os salários pagos pelas empresas que contratem jovens sem experiência, com idade entre 16 e 24 anos. A Prefeitura de São Paulo também criou o dela, embora com recursos modestos.

Pacto pela paz – A usina de idéias do governo Lula divulgou há dias mais uma muito boa, por intermédio da qual o Estado destinaria uma bolsa mensal de R$ 50, treinamento profissional e atividades de lazer para moradores jovens de favelas, com o objetivo de retirar tais jovens das mãos do tráfico de drogas. A bolsa seria destinada a jovens que queiram deixar a criminalidade. Aqui, dois problemas: um deles refere-se, como sempre, ao *funding* do programa: com orçamento em crise, de onde viria o dinheiro? O outro problema é: como o tráfico de drogas paga bem (em média R$ 600 mensais por atividades triviais, embora arriscadas), como convencer esses jovens a viver com R$ 50 e ainda estudar? Mais do que um programa de apoio financeiro, esse deverá incluir um trabalho fortemente educativo na questão dos valores morais e do próprio sentido da vida, como, aliás, já afirmou o secretário Nacional de Segurança Pública Luiz Eduardo Soares.

Bolsa para egressos do sistema penal – Este programa — que ainda não existe — complementaria o anterior. Por seu intermédio, os postos do Sine, por exemplo, dariam atendimento especializado e individualizado aos jovens egressos do sistema penal, em convênio com as Secretarias Estaduais de Administração Penitenciária e com as federações patronais, que se encarregariam de motivar as empresas a aceitarem esses jovens, o que hoje é difícil, tendo em vista o preconceito contra o ex-detento.

Qualificação profissional do trabalhador jovem – O Programa Nacional de Qualificação Profissional do Trabalhador (Planfor) foi um dos que obtiveram maior alcance no governo de Fernando Henrique Cardoso. Estima-se que foram treinados, em oito anos, mais de 10 milhões de trabalhadores pobres, a maioria jovens, com recursos do Programa do Seguro-Desemprego, oriundos do FAT, mas denúncias de desvios de recursos localizados no Mato Grosso do Sul, no Espírito Santo e principalmente no Distrito Federal (denúncias contra centrais sindicais, durante a última campanha eleitoral, não foram comprovadas) mancharam de forma dramática a imagem do Planfor, que está sendo reestudado pelo novo governo. Independentemente da forma como ele deverá ser reformado, uma questão importante que se coloca é que os recursos desse programa foram minguando, sistematicamente, nos últimos quatro anos, tendo sido reduzidos de R$ 500 milhões/ano para menos de R$ 200 milhões no orçamento de 2003.

Curso pré-vestibular e estágio para jovens – A oferta de cursos pré-vestibulares, gratuitos, para jovens carentes, teria o objetivo de ajudá-los a competir pelas vagas nas universidades públicas em condições menos desvantajosas, invertendo-se a situação, clássica, na qual os pobres acabam pagando caro por uma educação inferior, nas escolas privadas, enquanto os mais ricos estudam de graça nas universidades públicas de ponta, porque puderam ter uma educação fundamental de qualidade — na escola privada! A Prefeitura de São Paulo, embora em pe-

quena escala, já está oferecendo esses cursos, seguidos de estágios profissionais nas empresas para quem já esteja estudando. O investimento da prefeitura em 2003 será de apenas R$ 6,5 milhões, para 6 mil vagas de cursinho, 10 mil vagas de estágio e encaminhamento previsto para 6 mil empregos. A dotação não pode ser aumentada tendo em vista a crítica situação orçamentária e o endividamento da Prefeitura de São Paulo, em cuja região metropolitana já existem mais de 1,7 milhão de desempregados, a maioria jovens.

Crédito educativo – A melhoria na qualificação dos jovens pobres, sempre em situação empregatícia inferior à dos ricos, poderia ser obtida com o crédito educativo, em bases mais amplas que as oferecidas hoje pelo sistema existente, com os recursos do FIES. O ex-deputado Walfrido Mares Guia, hoje ministro do Turismo, empenhou-se pessoalmente na criação de um novo sistema, que recorreria também a recursos do FGTS e do FAT. Esse sistema contou com a simpatia do então ministro da Educação Paulo Renato Souza, que não teve tempo para levá-lo adiante. O novo ministro Cristovam Buarque, caracterizado por ser extremamente ágil e criativo, poderia recuperar a memória desse projeto e levá-lo adiante.

Apoio educativo e técnico ao jovem do campo – Milhares de jovens analfabetos ou de baixa qualificação, pelo interior do Brasil, vivem à margem de qualquer oportunidade para se educarem e entrarem no mercado de trabalho. Tanto o novo Programa Nacional de Alfabetização quanto o de Qualificação Profissional, a serem empreendidos pelo governo, deveriam dar atenção especial a esses jovens, que poderiam ser envolvidos em atividades adequadas para seu estágio cultural e nível educacional. No Nordeste, um programa que ensinasse os jovens que criam cabras e cabritos a não enterrarem o couro dos animais, depois de abatidos, para uso apenas da carne, agregaria valor à atividade, pois o couro da cabra — e a população não sabe disso — quando processado por técnicas corretas pode valer tanto quanto o de antílope. No Estado de São Paulo, uma central sindical treinou centenas de pessoas no campo, a maioria jovens, com recursos do FAT, para criarem abelhas melíferas, e elas começaram a desenvolver com sucesso sua atividade, fabricando e vendendo mel. Recentemente, o mel da China — maior exportador mundial do produto — foi rejeitado nos Estados Unidos e na Europa, por conter antibiótico, mas o Brasil não pôde ocupar esse mercado porque seus apicultores não estão organizados e nem imaginam como poderiam exportar seu produto! E mesmo que pudessem ainda não produzem mel suficiente para atender à grande demanda mundial.

Como se vê, há muito que fazer para qualificar o jovem, facilitar seu ingresso no mercado ou no sistema de trabalho autônomo e em cooperativas e associações. O problema é que todas essas atividades só podem crescer e dar resultados se forem integradas no âmbito de vários ministérios, envolver parcerias com os estados e municípios e com instituições privadas, além das internacionais. O ensino convencional e a qualificação profissional especializada, nos vários níveis educacionais e práticos, têm que estar integrados com a intermediação de mão-de-obra. E como tudo isso tem custo, de nada adianta criar belos programas se eles não contarem com suporte orçamentário.

Daí que, além de pensar, o governo e seus parceiros precisam agir. Os vários agentes sociais podem e devem juntar seus recursos humanos e financeiros para tornar essas idéias factíveis, mas o ente principal nesse quadro de muitos atores é, como não poderia deixar de ser, o governo, e a principal medida a ser tomada é excepcionalizar o FAT, hoje a maior e mais adequada fonte de recursos para o custeio de programas sociais. Se o presidente da República não tomar esta decisão política, poderemos continuar discutindo anos e anos a fio, e não chegaremos a lugar nenhum, pelo fato dramático e irrefutável de que as boas idéias e os bons programas, se não os elegemos como prioritários e não tivermos orçamento para levá-los adiante, poderão até ser impressos em belos livros e relatórios, mas não sairão do papel.

Aprendizagem industrial renovada

Alberto Borges de Araújo*

O texto busca evidenciar a importância da aprendizagem profissional como suporte das políticas públicas de formação, emprego e renda dos adolescentes. Apresenta os traços históricos e institucionais da introdução dessa estratégia formativa no Brasil e mostra a atuação do Senai na oferta de uma aprendizagem industrial renovada, em função das necessidades da indústria, da população e da sociedade.

1. Introdução

A educação profissional de adolescentes, atualmente no Brasil, pode-se realizar sob as seguintes formas: em cursos técnicos, em cursos de qualificação básica, em cursos de aprendizagem profissional, no próprio trabalho e por variados meios informais, incluído o âmbito familiar. Em cada uma dessas formas há uma grande variedade de profissões, em função das necessidades e características dos diferentes setores produtivos.

Sem dúvida, as políticas públicas de formação e de inserção de adolescentes no trabalho precisam estar adequadamente articuladas às políticas públicas de emprego e renda, pois uma juventude profissionalmente preparada constitui um dos fundamentos do desenvolvimento econômico e social sustentado.

Neste texto, será destacado o papel da aprendizagem industrial desenvolvida pelo Senai, destinada a jovens de 14 a 18 anos, como reconhecido e relevante instrumento de formação de jovens trabalhadores para a indústria brasileira.

2. A aprendizagem profissional no Brasil

A aprendizagem profissional, instituto jurídico de longa tradição, tem sido objeto de reforma e de revalorização em muitos países. Destaca-se, entre outros, a Alemanha que, historicamente, investe nessa estratégia formativa, destinada à população jovem, sendo que as responsabilidades e ações são compartilhadas entre os atores econômicos e sociais e o poder público.

No Brasil, essa modalidade educativa passou a ser legalmente praticada a partir da década de 1940, com o impulso da indústria nacional e com as chamadas leis orgânicas da educação nacional, notadamente a Lei Orgânica do Ensino Industrial, que estabeleceu as bases da organização e do regime desse tipo de ensino. Esse processo culminou com a criação, por meio de legislação específica, dos serviços nacionais de aprendizagem, sendo o primeiro o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), criado pelo Decreto-Lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942, organizado e administrado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Pode-se dizer que a razão de ser do Senai, à época de sua criação, foi a aprendizagem, que, ao longo de seis décadas de existência, nunca deixou de ter papel e espaço relevantes na política e nas ações estratégicas da instituição.

* Coordenador da Unidade de Metodologia e Tecnologia da Educação do Senai (Departamento Nacional).

A partir de 1942, portanto, a aprendizagem industrial passou a constituir uma relevante ação formativa para a indústria nacional, proporcionando sólida profissionalização inicial aos jovens que anualmente demandavam formação e emprego. Em 1943 a aprendizagem foi incluída como dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

É preciso salientar, porém, que o cenário industrial daquele período, caracterizado por relativa estabilidade de técnicas e processos, difere significativamente do atual, que é marcado por constantes inovações tecnológicas e organizacionais. Nesse novo quadro devem ser recontextualizadas as novas demandas e respostas de educação profissional e de aprendizagem, bem como ajustados os dispositivos legais e normativos sobre essa matéria.

A aprendizagem pressupõe uma articulação curricular entre formação e trabalho, pois os aprendizes devem ter períodos alternados, concomitantes ou seqüenciais de aprendizado escolar e de prática profissional nas empresas. Trata-se de uma relevante forma de educação profissional, estratégica para a economia, para a sociedade e para o país, pois prepara e, ao mesmo tempo, proporciona oportunidades de emprego aos jovens trabalhadores que constituem a base sobre a qual se constroem o presente e o futuro das empresas e da nação.

O atual ordenamento legal da aprendizagem, no entanto, requer ajustes indispensáveis no que se refere à definição de quotas de aprendizes por empresa e à presença dos menores aprendizes em ambientes de produção industrial. A esse respeito, Claudio de Moura Castro, em recente artigo publicado na revista *Veja* (22 de janeiro de 2003), declarou que a aprendizagem "continua sendo uma excelente idéia, pois o aprendiz aprende, ao mesmo tempo que trabalha e produz". Usando como referência a experiência alemã, o autor enfatiza a importância da aprendizagem, mas aponta excessos normativos de proteção aos jovens que estão dificultando a realização plena dessa ação formativa.

Testemunhando sobre a excelência do citado artigo, em carta do leitor, o senhor Paulo R. Guino, gerente executivo da Qualidade da Volkswagen do Brasil, informa que "aos 14 anos ingressou no Senai Roberto Simonsen, em São Paulo, como contratado da Volkswagen do Brasil, e logo nos primeiros meses passou a entender o que era uma máquina e efetivamente a operá-la".

3. Novos rumos da aprendizagem no Senai

A aprendizagem sempre teve lugar de destaque nas ações desenvolvidas pelo Senai, que, por isso mesmo, vem buscando novos caminhos e soluções pedagógicas e tecnológicas para aprimorar a sua oferta, numa perspectiva de educação continuada, tendo em vista as constantes mudanças no mundo do trabalho.

Com esse foco, em 1999 o Senai deflagrou o projeto Novos Rumos da aprendizagem industrial, coordenado pelo Departamento Nacional e com a participação dos Departamentos Regionais, visando renovar e revitalizar a aprendizagem e, dessa forma, ampliar as oportunidades de formação dos jovens brasileiros para o trabalho e para o primeiro emprego. Teve início, então, um processo participativo e democrático de discussão e formulação de diretrizes institucionais para a aprendizagem, envolvendo todos os Departamentos Regionais. As diretrizes foram estudadas e estruturadas sob os enfoques da legislação, da concepção técnico-pedagógica e do financiamento. Quanto à legislação, considerado o quadro de rápidas transformações no mundo produtivo e na sociedade atual, constatou-se a necessidade de, além das diretrizes, uma reforma mais ampla que resultou na elaboração de uma sugestão de anteprojeto de lei da aprendizagem profissional.

Em novembro de 2001, os resultados do projeto Novos Rumos foram apresentados e preliminarmente aprovados pelos Diretores Regionais, reunidos em Brasília. As orientações para o prosseguimento seriam definidas por um Comitê Político Estratégico, então criado e formado por sete diretores regionais sob a coordenação de um diretor-

geral, com assessoria de um Comitê Técnico. Em dezembro do mesmo ano, o Comitê Político Estratégico deliberou que havia necessidade de mais um período de validação das diretrizes pelos Departamentos Regionais. Ficou, também, decidido que o anteprojeto de lei, refletindo uma visão institucional mais ampla da aprendizagem e uma proposta de mudança mais profunda, deveria ter um encaminhamento independente, segundo razões políticas de conveniência e de oportunidade.

Assim, uma vez validadas, as diretrizes poderão ser encaminhadas ao Conselho Nacional do Senai para, nos termos regimentais, aprovação final e implantação em todo o sistema.

Entre os impactos previstos no projeto destacam-se:

- a revitalização da aprendizagem;

- a contextualização da aprendizagem, no âmbito da educação profissional, tendo por base os princípios da educação continuada;

- a melhoria contínua da qualidade do processo pedagógico;

- a unidade institucional de conceitos, políticas, diretrizes e ações da aprendizagem industrial; e

- a adequação do atendimento às necessidades do mercado e da sociedade.

A unidade institucional, que identifica a marca Senai no país e no exterior, convive com notável multiplicidade de ações, em função das diversificadas demandas dos setores industriais, bem como das características e do desenvolvimento tecnológico, econômico e social de cada região.

4. Conclusões

Em suma, o Senai, ao longo das últimas seis décadas, vem cumprindo o seu papel de proporcionar educação profissional de qualidade, para atendimento às demandas da indústria e da sociedade, adequando-se aos novos tempos e às novas normas, sempre apoiando e implementando as mudanças com o objetivo de trazer benefícios reais e duradouros aos jovens do nosso país.

A construção de uma nova aprendizagem profissional mais efetiva e adequada aos interesses da juventude e da indústria constitui imperativo do desenvolvimento da economia e da sociedade brasileira. É preciso, pois, revitalizar essa estratégia formativa, tornando-a cada vez mais sólida, flexível e ágil no atendimento às necessidades econômicas e sociais.

Para o diretor-geral do Senai, professor José Manuel de Aguiar Martins, "o projeto Novos Rumos, antes mesmo de sua conclusão, tem produzido efeitos positivos, seja no posicionamento político-estratégico institucional, seja em resultados objetivos de revitalização da aprendizagem". De fato, observa-se, nos anos 2001 e 2002, expressivo aumento de matrículas de aprendizes efetivamente contratados pelas empresas industriais. A par disso, os perfis profissionais e respectivos cursos e currículos têm sido objeto de estudos e reformulações, mediante estreito relacionamento entre o Senai e as empresas, destacando-se a atuação dos comitês técnicos setoriais.

Devido à relevância dessa estratégia formativa para a indústria, para os jovens e para a sociedade e considerando as novas medidas legais e normativas, algumas conclusões podem ser destacadas:

1. A aprendizagem é uma ação formativa de relevante interesse econômico e social, estratégica e prioritariamente desenvolvida pelo Senai.

2. O Senai adota, desde a sua origem, a orientação de oferecer a aprendizagem segundo o critério de atendimento à demanda das empresas industriais contribuintes.

3. O projeto Novos Rumos vem buscando renovar e revitalizar a aprendizagem industrial. Essa revitalização depende, fundamentalmente, da demanda e interesse das empresas e da população.

4. No contexto das mudanças legais e normativas, o Departamento Nacional e os Departamentos Regionais têm se mobilizado para atendimento a toda e qualquer demanda industrial em matéria de aprendizagem. Esse atendimento tem ocorrido por meio de cursos regularmente instalados e em funcionamento e, sobretudo, por meio de novas e flexíveis alternativas de aprendizagem, preservada, em qualquer hipótese, a qualidade pedagógica e tecnológica que representa ponto de honra das ações formativas do Senai.

5. As diretrizes formuladas no projeto Novos Rumos da aprendizagem industrial encontram-se alinhadas às políticas públicas de formação e emprego dos jovens adolescentes. Assim, esse projeto constitui o cenário norteador de outras reflexões, mudanças e iniciativas na educação profissional promovida pelo Senai.

Combate ao desemprego juvenil no Brasil: a proposta do Ministério do Trabalho e Emprego

Remígio Todeschini*

Na última década, as transformações por que passou a economia provocaram significativas mudanças na dinâmica do mercado de trabalho brasileiro. A taxa de desemprego geral cresceu acentuadamente e aumentou o trabalho precário. De maneira geral, a oferta de postos de trabalho, em especial de postos de trabalho decentes, foi insuficiente para fazer frente ao crescimento da população economicamente ativa (PEA). Ademais, elevaram-se as exigências para contratação, dificultando a inserção de quem não tem escolaridade média e, mais ainda, para quem não completou o ensino fundamental.

A variação na taxa geral de desemprego provocou rebatimentos importantes na taxa de desemprego juvenil. A taxa de desemprego geral subiu de 6,1% em 1995 para 9,3% em 2001.[1] Nesse período, entre os jovens com idade entre 16 e 24 anos, essa taxa passou de 11,3% para 17,8%. Se considerada a faixa mais jovem, de 16-19 anos, a taxa de desocupação sobe a 22%. O contingente de jovens desocupados, em 2001, totaliza 3,4 milhões de pessoas, representando 44% da PEA desocupada nacional.

Ressalte-se ainda que muitos jovens, apesar de ocupados, estão inseridos em formas de trabalho precárias, mal remuneradas e muitas vezes sem remuneração, freqüentemente no mercado de trabalho informal. Desse modo, as elevadas taxas de desemprego podem esconder elevadas taxas de rotatividade — tempo médio de vínculo reduzido, resultante do fato de parcela significativa dos jovens ocupar postos de trabalho de baixa qualidade, onde é limitada a possibilidade de ascensão profissional e de qualificação e, portanto, existe pouco incentivo do trabalhador em prolongar o vínculo.[2]

A dificuldade de inserção no mercado de trabalho para os jovens deriva, em grande medida, da exigência de experiência prévia. Para os empregadores, equívocos na seleção de seus empregados podem resultar em custos significativos, especialmente no caso da contratação formal. A fim de contornar o problema da assimetria de informação no mercado de trabalho, os empregadores tendem a adotar critérios objetivos para a seleção de seus empregados, como, por exemplo, a exigência de experiência profissional. Desse modo, a falta de experiência dificulta a obtenção de trabalho, o que, por sua vez, dificulta o acúmulo de experiência.

O problema da primeira inserção no mercado agrava-se na medida em que parcela significativa da PEA juvenil é absorvida pelo mercado informal, sem experiência reconhecida pelo mercado formal de trabalho, ou sem meios de comprová-la posteriormente. De fato, tende a ser elevado o percentual de jovens que trabalham como assalariados (empregados), sem registro em carteira ou outro tipo de formalização. Entre os jovens

* Documento elaborado por Remígio Todeschini, Secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com a colaboração da equipe técnica da secretaria.

1. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

2. Nesse caso, as variações na taxa de rotatividade tendem a ser influenciadas pela taxa de desemprego. Quanto menor o desemprego, maior tenderá a ser a taxa de rotatividade, uma vez que o trabalhador poderá passar mais facilmente de um posto de trabalho para outro.

assalariados (empregados) de 16 a 19 anos, 62,4% trabalham sem carteira assinada, situação enfrentada por 41,8% dos que possuem de 20 a 24 anos de idade.

A inserção precoce e, em muitos casos, precária no mercado de trabalho, somada à probabilidade de entrada no desemprego, pode afetar de maneira perversa e permanente a capacidade produtiva dos jovens. A vulnerabilidade social decorrente desses fatores, entre outros, contribui para o aumento da criminalidade, da prostituição e da dependência de drogas entre os jovens. O agravamento desse quadro pode, entre outros aspectos, comprometer a estabilidade social e o progresso econômico do país.

Nessa perspectiva, a proposta básica do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), aberta ao debate, é desenvolver e implementar estratégias que garantam aos jovens de 16 a 24 anos oportunidades de trabalho decente, por meio de pelo menos quatro opções de inserção no mercado de trabalho.

A primeira delas, inspirada em experiências bem-sucedidas nas esferas subnacionais, diz respeito à inserção de jovens, sem experiência profissional anterior, no mercado de trabalho formal. O MTE estuda a concessão de incentivos às empresas que criarem vagas para a contratação, por período mínimo estabelecido pela legislação pertinente, de jovens em busca do primeiro emprego.

Como estratégia de preparação para o primeiro trabalho, propõe-se o incentivo à inserção de jovens por meio da qualificação ocupacional, combinando estágio e qualificação profissional. O objetivo é garantir aos jovens a aprendizagem e o acúmulo de experiência desejados, ao mesmo tempo em que minimiza, para as empresas, os custos associados a seleção e formação de seus empregados.

A fim de evitar práticas de substituição de mão-de-obra, em detrimento da PEA adulta, o MTE irá atrelar a concessão dos benefícios à expansão dos postos de trabalho. Essas formas de incentivo serão concedidas às empresas, cooperativas e entidades sem fins lucrativos que não tenham reduzido postos de trabalho nos meses anteriores à habilitação, com o compromisso de manter, no mínimo, o mesmo número de empregados existente quando da habilitação ao programa, salvo no caso de demissão por justa causa.[3]

Também para minimizar o risco de impacto sobre o emprego de adultos, o MTE incentivará a geração de oportunidades de trabalho em atividades não-tradicionais, como as formas empreendedoras solidárias e o trabalho civil público social. No primeiro caso, a estratégia de ação é o estímulo, via acesso a crédito e ações de capacitação em gestão empreendedora, à criação de micro e pequeno empreendimentos solidários, valorizando seu potencial para a geração de trabalho e renda.

No segundo caso, os jovens terão garantidas oportunidades de qualificação e de vivência prática por meio do Serviço Civil Voluntário, programa do Ministério da Justiça implementado em parceria com o MTE. Os jovens serão, prioritariamente, encaminhados a atividades sociais solidárias para a participação em programas e ações nas áreas de educação, saúde, combate à pobreza, assistência social e cultura.

No entanto, a necessidade de ações imediatas, com resultados concretos no curto prazo, não deve substituir a implementação e/ou incremento de políticas de retornos mais demorados, como o investimento na qualificação profissional e na escolarização dos jovens. Tais políticas são cruciais para que se possa garantir aos jovens maiores oportunidades de trabalho decente e produtivo.

Na última década, a expansão do sistema de ensino fundamental resultou na melhoria dos índices de alfabetização e de freqüência escolar dos jovens com idade entre 16 e 24 anos. Entretanto, parcelas expressivas da PEA juvenil ainda participam do mercado de trabalho com níveis de escolaridade baixos, especialmente aquelas oriundas de núcleos familiares com baixa renda *per capita,* que tendem a ocupar postos de trabalho

3. O empregador que não cumprir com os critérios estabelecidos deverá devolver os benefícios recebidos, direta ou indiretamente, ao governo federal, ficando inabilitado a participar novamente do programa por prazo a ser estipulado.

precários, caracterizados pela pouca formalização e pelos baixos salários.[4]

Em todas as opções de inserção, o MTE instituirá a obrigatoriedade de freqüência escolar, para os jovens que não possuírem ao menos o ensino médio completo, como medida de prevenção à evasão e, em muitos casos, de incentivo à inserção (ou reinserção) no sistema escolar. Dessa maneira, espera-se reduzir as chances de elevação na taxa de participação dos jovens na PEA à custa de maiores taxas de deserção do sistema educacional.

Diante disso, o MTE garantirá prioridade no atendimento aos segmentos mais vulneráveis da PEA juvenil, em especial àqueles com baixa escolaridade e/ou pertencentes a famílias de baixa renda. Além desses, serão priorizados outros grupos com dificuldades adicionais de inserção no mercado de trabalho, como negros, mulheres, portadores de deficiência e jovens em conflito com a lei.

Para o enfrentamento desses desafios, a questão do desemprego juvenil deverá ocupar papel de destaque no âmbito das políticas de trabalho e renda e de desenvolvimento social. Políticas integradas de educação básica e qualificação profissional, aliadas a políticas de geração de trabalho e renda, serão fundamentais no combate às dificuldades de inserção e à inserção precária dos jovens no mundo do trabalho.

No âmbito do MTE, além das ações específicas de incentivo à absorção da PEA juvenil, as demais ações e programas desenvolvidos serão revistos e redirecionados, refinando sua focalização, com o estabelecimento de metas específicas de atendimento aos jovens. A proposta é integrar, de maneira efetiva, as ações dos principais mecanismos da política pública de trabalho e renda: o microcrédito, o seguro-desemprego, a intermediação de mão-de-obra e a qualificação profissional.

O MTE proporá a criação de um grupo interministerial que terá a incumbência de integrar as políticas públicas de juventude, articulando as ações específicas dos ministérios, estatais e demais órgãos públicos federais, evitando duplicidade de esforços e otimizando os investimentos públicos. Essa iniciativa é de fundamental importância não apenas para assegurar a escala necessária, mas principalmente para possibilitar o combate ao desemprego e à vulnerabilidade juvenil em todas as suas dimensões.

Em que pese o papel fundamental das políticas de trabalho e renda, estas são insuficientes para combater o desemprego e a vulnerabilidade social juvenil na escala necessária, uma vez que maiores e melhores oportunidades de trabalho, para jovens e adultos, estão condicionadas, em grande medida, ao crescimento econômico. Ações para minimizar esses problemas dependem do esforço conjunto dos atores interessados, governamentais e não-governamentais. Mais ainda, depende da mobilização e participação da sociedade, que deve atuar no sentido de cobrar a reorientação da ação governamental, assegurando a viabilidade das políticas concensadas como prioritárias.

Nesse sentido, o MTE incentivará a participação ativa de todos os atores envolvidos com a temática juvenil, criando espaço permanente para debates, deliberações e consultas. Além de permitir o desenho de projetos adequados às realidades locais e regionais, evitando a perda de eficiência associada ao planejamento centralizado, esta estratégia irá favorecer o controle social, na medida em que os atores serão envolvidos não apenas na formulação e implementação da política, mas também no monitoramento e avaliação continuada das ações. A gestão participativa será o caminho para a construção democrática de políticas públicas de trabalho e renda mais eficientes e eficazes, essenciais para o desenvolvimento econômico do país.

4. Ressalte-se que a vulnerabilidade social desses jovens é agravada não apenas pela baixa escolaridade, causada pela elevada e precoce evasão escolar, mas também pela má qualidade do sistema público de ensino, único ao qual têm acesso.

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

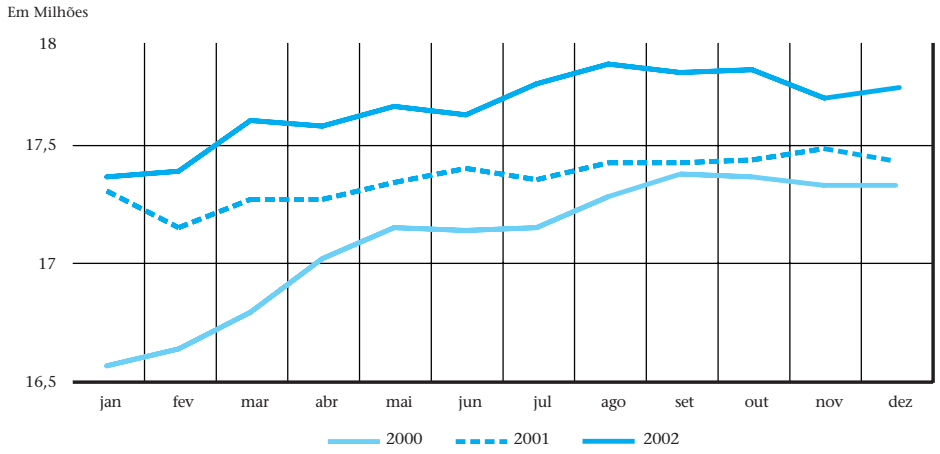
Mercado de trabalho

O comportamento do mercado de trabalho metropolitano em 2002 apresentou, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, alguns resultados cuja interpretação não é de maneira alguma trivial.

De fato, o nível de ocupação médio teve um aumento de 1,7%, desempenho bastante superior às expectativas permitidas por um cenário macroeconômico que, ao longo do ano, caracterizou-se pela instabilidade e pelas incertezas quanto ao futuro imediato. Assim, considerando-se o crescimento do PIB, da ordem de 1,5%, essa variação apresentada pelo nível de ocupação estaria expressando uma "elasticidade" emprego/produto superior à unidade, situação parecida com a que já havia ocorrido em 2000. Naquele ano, a retomada do crescimento e o clima de otimismo quanto à solidez dos fundamentos da economia, após a desvalorização do real e a mudança do regime cambial, levaram a uma explosão da demanda por trabalho, que apresentou um aumento de 4,2% relativamente ao ano anterior. No entanto, deve-se ressaltar que esse crescimento extraordinário da ocupação em 2000 ocorreu após três anos de estagnação, o que poderia sinalizar a existência de uma demanda potencial reprimida. Já em 2002, contudo, o crescimento verificado não esteve associado a expectativas favoráveis por parte dos agentes econômicos, muito pelo contrário, e, mesmo levando-se em conta o fraco desempenho de 2001, não se deu após uma prolongada recessão do mercado de trabalho.

Dessa forma, uma hipótese a ser considerada, na mesma linha de algumas observações feitas em números anteriores deste boletim, seria a de que o mercado de trabalho brasileiro estaria tendo um novo padrão de comportamento, talvez em decorrência de um possível encerramento do ciclo de reestruturação produtiva dos anos 1990.

GRÁFICO 1
BRASIL METROPOLITANO - NÍVEL DE OCUPAÇÃO (PME/IBGE) — 2000-2002



Em termos setoriais, e de forma sintomática, dadas as incertezas do cenário macroeconômico, o crescimento da ocupação foi maior no setor de serviços, com uma variação de 3,7% sobre o nível observado em 2001. Também o comércio teve um desempenho superior à média setorial, com 2% de trabalhadores a mais que no ano anterior. Já a ocupação na indústria de transformação ficou praticamente no mesmo patamar (+ 0,1%). O destaque negativo foi a construção civil, com uma queda de 7,1%.

Considerando o corte geográfico, a região metropolitana que teve o melhor desempenho foi o Rio de Janeiro, com 3,4% de crescimento, seguida de Recife e Belo Horizonte, com 2,7% e 2,3%, respectivamente. A região metropolitana de São Paulo, refletindo o maior peso que a indústria de transformação possui na sua economia, teve um desempenho tímido, tendo crescido apenas 0,6%. Como essa região responde por quase metade do volume da ocupação do conjunto coberto pela PME[1] (44% na média de 2002), sua evolução contribuiu decisivamente para a redução do resultado médio.

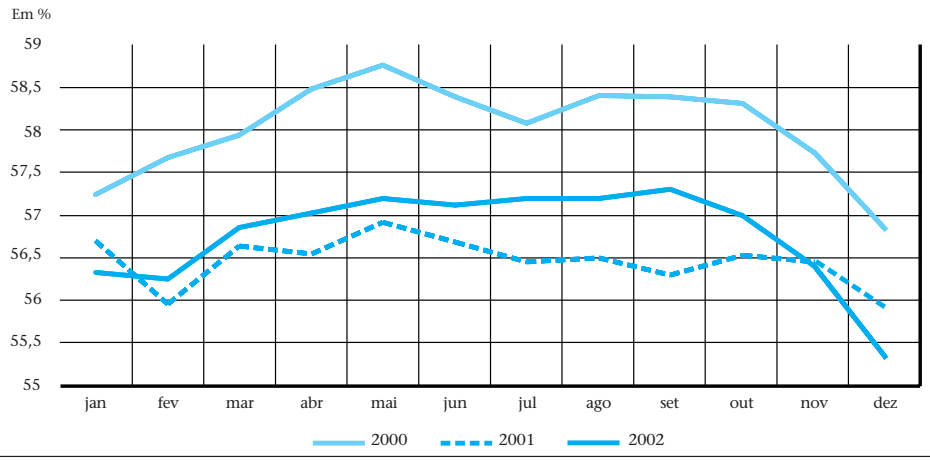
Embora a trajetória da ocupação possa ser avaliada como positiva, considerando-se o panorama macroeconômico que caracterizou o ano de 2002, o crescimento de 1,7% ficou aquém da variação da população em idade ativa (PIA), que em 2002 foi da ordem de 2,2% nas regiões da pesquisa. Assim, para que o menor dinamismo relativo da demanda por trabalho não impactasse negativamente a taxa de desemprego, seria necessário que a taxa de participação sofresse um recuo capaz de compensar a diferença verificada entre o crescimento do nível de ocupação e a pressão demográfica, expressa no maior crescimento da PIA.

Contudo, o aumento de um ponto percentual efetivamente verificado na taxa de desemprego média anual — passou de 6,2% para 7,2% — mostra que não foi isso o que aconteceu. Com efeito, em 2002 a taxa de participação, além de não ter cedido, relativamente ao nível em que se encontrava no ano anterior, teve um ligeiro acréscimo, passando de 56,4% para 56,7% em termos médios anuais. Isso contribuiu para que 100 mil pessoas ingressassem no contingente de desempregados, além daquelas (cerca de 120 mil) que o insuficiente crescimento da demanda por mão-de-obra, *vis-à-vis* a pressão demográfica, por si só provocaria. Dessa maneira o número de desempregados aumentou em 220 mil pessoas, o que significa um acréscimo de mais de 19% sobre o volume de desocupação ocorrido em 2001.

Os números da demanda e oferta de mão-de-obra verificados em 2002 são uma das combinações possíveis que a dinâmica do mercado de trabalho pode apresentar. Geralmente acontece de a taxa de participação

1. A Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE aqui trabalhada cobre as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Salvador.

GRÁFICO 2
BRASIL METROPOLITANO - TAXA DE PARTICIPAÇÃO (PME/IBGE) — 2000-2002



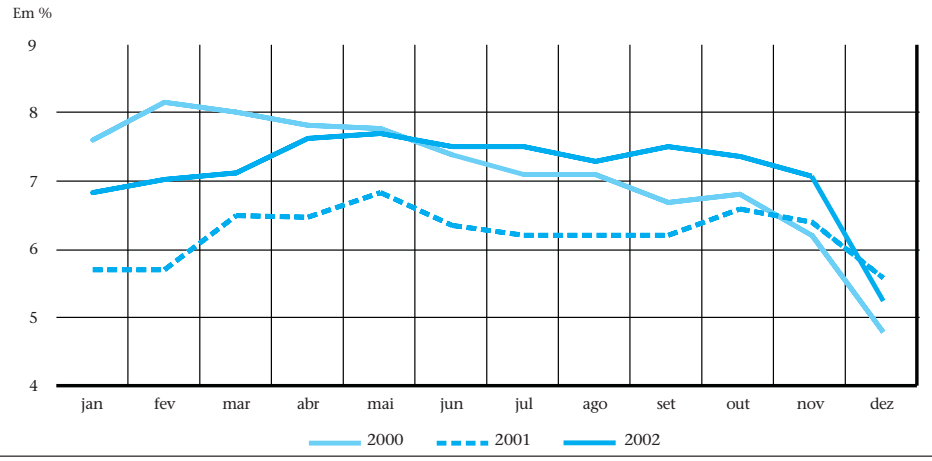
exibir um comportamento pró-cíclico, relativamente à demanda por mão-de-obra, o que a torna um elemento amortecedor dos movimentos da taxa de desemprego. A situação observada em 2002 não se caracterizou por nenhuma definição mais nítida, seja em termos de estagnação do mercado de trabalho (o que tenderia a provocar uma queda da taxa de participação), seja na direção contrária, em termos de um maior vigor da demanda. O que acabou prevalecendo foi um movimento no sentido de uma participação ligeiramente maior, acompanhando de certa forma a própria intensidade moderada que caracterizou o crescimento verificado na demanda.

Apesar da popularidade adquirida pela taxa de desemprego aberta como indicador do mercado de trabalho, uma avaliação mais consistente da sua situação precisa considerar, junto com a citada taxa de desemprego, os indicadores que demonstram as interações da oferta e da demanda de trabalho. Nesse sentido, um destaque especial deve ser conferido à taxa de participação, que indica a variação da oferta de trabalho considerada no contexto de um dado crescimento demográfico. Considerar apenas a taxa de desemprego pode ocasionar políticas públicas equivocadas. Pode gerar, por exemplo, uma complacência com um estado de coisas indesejável, quando um recuo da taxa de participação segura o crescimento da taxa de desemprego, impedindo que esta sinalize adequadamente a existência de problemas ou, inversamente, quando a demora de resultados positivos na taxa de desemprego é atribuída a uma política incompetente em termos de geração de novos postos de trabalho.

O Gráfico 4, com os valores da taxa de participação no eixo dos X e da taxa de desemprego no eixo dos Y, permite que se tenha uma visão da trajetória conjunta dessas duas variáveis nos últimos 13 anos, a partir de 1990. Dividindo a sua área em quatro partes, pode-se ver que a maioria dos pontos está situada nos quadrantes B e D, sendo nítido o deslocamento, ao longo do tempo, do quadrante D para o quadrante B. Esse deslocamento expressa dois fenômenos: uma queda persistente na taxa de participação e a mudança do patamar da taxa de desemprego, mudança esta que se cristalizou a partir de 1998.

A queda persistente da taxa de participação engloba dois processos que, embora possuam algum grau de interligação, podem ser pensados separadamente. O primeiro deles diz respeito àquilo que seria um componente estrutural de mudança, associado a alterações na composição etária da força de trabalho, com a diminuição da participação dos jovens em função de uma opção sua em retardar o ingresso no mercado, em troca, entre outras alternativas, de maior tempo de dedicação exclusiva aos estudos. De fato, praticamente todo o decréscimo observado na taxa de participação desde 1990 pode ser atribuído às faixas etárias de 15 a 17 e de 18 a 24 anos, uma vez que as faixas entre 25 e

GRÁFICO 3
BRASIL METROPOLITANO - TAXA DE DESEMPREGO (PME/IBGE) — 2000-2002



59 anos apresentaram aumento de participação e as acima de 60 anos são numericamente pouco significativas (ver as Tabelas A.1.4 e A.1.9 no Anexo Estatístico).

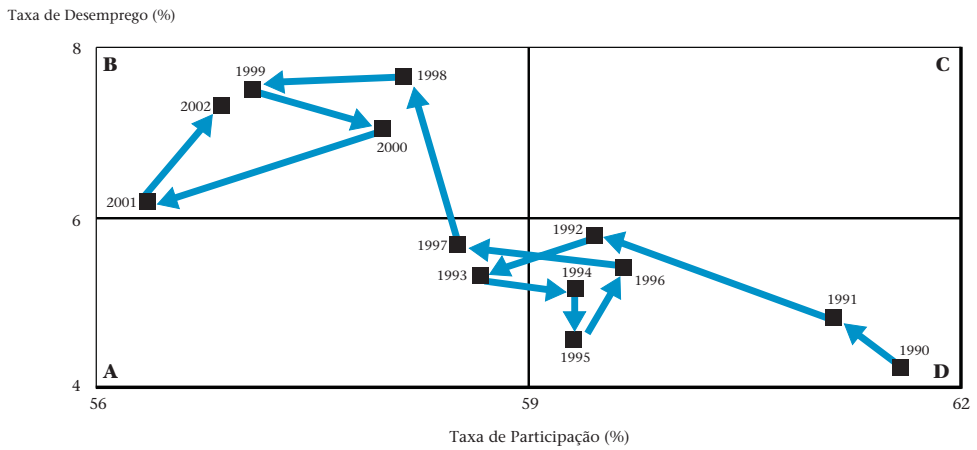
O segundo processo, de natureza mais conjuntural, conforme discussão feita anteriormente, é aquele que associa a diminuição da taxa de participação à debilidade exibida pela demanda por trabalho, uma característica marcante de vários anos do período considerado. Contudo, na medida em que a demanda não é de molde a atender a oferta potencial de trabalho, essa falta de alternativa faz crescer, principalmente entre os jovens, a opção por manter-se à margem do mercado e buscar maior qualificação, enquanto for possível, interligando-se assim os dois processos.

Analisando-se o Gráfico 4, contando também com algumas informações adicionais, relativas ao desempenho da economia e à evolução do nível de ocupação, pode-se ver como até 1993, os anos da recessão do período Collor e o começo da recuperação econômica com o Governo Itamar, a queda acentuada da taxa de participação segurou a explosão da taxa de desemprego. Para se ter uma idéia desse impacto basta aplicar a taxa de participação vigente em 1991 aos dados da PEA de 1993: em vez dos 5,3% realmente observados, a taxa de desemprego saltaria para 10,1%! Nos três anos seguintes, caracterizados pela retomada do crescimento e aumento da demanda por mão-de-obra, a taxa de participação se recupera e a taxa de desemprego cai, mas o faz de forma muito atenuada, em razão do comportamento pró-cíclico da oferta.

Em 1997 inicia-se o processo de deterioração do mercado de trabalho, com a demanda ficando praticamente estagnada, embora a queda da taxa de participação que acompanha essa estagnação segure mais uma vez um maior crescimento da taxa de desemprego. Já em 1998, como a queda da taxa de participação foi muito pequena, praticamente todo o crescimento demográfico (PIA), verificado ao longo do ano, bateu às portas do mercado de trabalho, provocando o grande salto de dois pontos percentuais da taxa de desemprego, o que faz com que, em termos do Gráfico 4, se passe a operar decididamente no quadrante B, caracterizado por elevadas taxas de desemprego, em um contexto de baixas taxas de participação. Em 1999, o nível médio de ocupação ao longo do ano permaneceu praticamente igual ao de 1988, mas uma expressiva queda adicional da taxa de participação evitou que um novo patamar de aumento da taxa de desemprego viesse a ser atingido.

Ao inaugurar-se uma nova fase do mercado de trabalho em 2000, com o crescimento já mencionado de cerca de 4,2% da demanda por mão-de-obra, a recuperação da taxa de participação impede que a diminuição da taxa de desemprego corresponda ao ritmo apresentado pela evolução do nível de ocu-

GRÁFICO 4
TAXAS DE PARTICIPAÇÃO E DESEMPREGO



pação. O ano de 2001, de baixo crescimento da ocupação, presenciou uma queda de tal forma significativa da taxa de participação que a taxa de desemprego teve uma redução em nada relacionada ao crescimento pífio da demanda por mão-de-obra.

Algumas questões podem ser colocadas à reflexão, a partir dessa visão panorâmica da década de 1990 e anos iniciais da nova década, considerando inclusive os resultados de 2002, comentados anteriormente.

A primeira delas refere-se ao processo de queda estrutural da taxa de participação e, mais especificamente, à existência de um limite ao mesmo. Continuará a crescer entre as novas gerações a parcela daqueles que optam por retardar a busca de uma ocupação? Se houver um limite, qual será ele e em que prazo será atingido? Ainda estamos longe desse momento ou ele está próximo? Se ainda houver espaços para reduções significativas na taxa de participação dos jovens, isso significa que a taxa de desemprego poderá contar com essa válvula de escape, caso a economia continue a ter dificuldades para gerar o volume de empregos requeridos pela pressão demográfica. Caso, porém, já estejamos próximos a esse limite, a única possibilidade de se evitar uma elevação persistente da taxa de desemprego está mesmo no crescimento da demanda por trabalho a taxas compatíveis com os atuais níveis de crescimento da PIA, supondo, desde já, que não se ingresse em um processo oposto de crescimento estrutural da taxa de participação, o que levaria a exigências ainda maiores de geração de empregos.

Uma segunda questão, de natureza mais conjuntural, diz respeito à localização de 2002 no canto superior esquerdo do quadrante B (Gráfico 4), com uma elevada taxa de desemprego e baixa taxa de participação, o que significa dizer que o mercado de trabalho hoje se encontra em uma situação bastante delicada.

Se a economia crescer de forma expressiva e houver uma forte demanda por trabalho, a taxa de participação tenderá a subir (pelas razões já comentadas) e a taxa de desemprego não poderá se beneficiar de forma significativa desse aumento da demanda (a nova posição estaria, assim, ainda no quadrante B, próxima talvez da ocupada pelo ano de 2000). Nesse sentido, seria necessário um processo de crescimento sustentado por alguns anos para que a taxa de participação deixasse de crescer em decorrência desses estímulos conjunturais e o dinamismo da demanda por trabalho passasse a se refletir diretamente na queda da taxa de desemprego. Se, por outro lado, houver dificuldades que impeçam uma geração expressiva de novas oportunidades de trabalho, o baixo patamar em que hoje se encontra a taxa de participação pode significar eventualmente uma resistência a quedas adicionais, o que irá pressionar a taxa de desemprego ainda mais para cima. Nesse sentido, as atuais perspectivas de baixo crescimento da economia, em decorrência das opções de política tomadas para impedir o prosseguimento das pressões inflacionárias ora em curso, não encontram o mercado de trabalho em uma situação confortável, em termos de sua capacidade de evitar que essas dificuldades se transformem em um quadro de crescimento do desemprego aberto.

Quanto às características dos vínculos gerados, o ano de 2002 mostrou um pequeno avanço da formalização do mercado de trabalho, prosseguindo, embora de maneira tímida, a recuperação iniciada ao final de 2000 e que havia tido em 2001 expressivos resultados. De fato, o processo de deterioração verificado na década de 1990, que chegou em determinado momento a ser considerado o principal problema a ser enfrentado no campo das políticas públicas de emprego, demonstrou a partir de 2001 uma inflexão, surpreendendo muitos analistas que atribuíam ao peso dos direitos e encargos trabalhistas na folha de pagamentos das empresas a responsabilidade pelos níveis crescentes de informalidade verificados a cada ano.

Os resultados de 2001 foram de tal forma expressivos que outras explicações precisaram ser encontradas, já que o contexto previdenciário-trabalhista não havia tido nenhuma modificação que justificasse a mudança ocorrida no mercado de trabalho. De fato, naquele ano, o fraco crescimento médio anual da ocupação, da ordem de

0,6%, foi alcançado exclusivamente a partir do emprego com carteira assinada, que cresceu extraordinários 3,7%, uma vez que o assalariamento sem carteira caiu 1,2% e o número de trabalhadores por conta própria diminui cerca de 0,8%! Com isso, o grau de formalização, entendido como a relação entre o número de empregos com carteira e o total da ocupação passou de 0,436 em 2000 para 0,450 em 2001.[2] Esses resultados, após toda uma década de precarização, parecem estar associados ao mesmo fenômeno de mudança do padrão de funcionamento do mercado de trabalho, apontado acima.

Nesse novo padrão de funcionamento, além de se operar com novos parâmetros na relação emprego/produto (maior geração de empregos a um dado crescimento do PIB), o emprego formal teria uma participação maior no crescimento da ocupação, encerrado o ciclo pesado de reestruturação produtiva e adaptação da economia a um maior grau de exposição à concorrência externa. Naturalmente que não se trata de esperar que os resultados de 2001 passem a ser uma norma. Apenas cabe ressaltar o ineditismo do fenômeno e a necessidade de se continuar acompanhando esses indicadores, buscando para o mesmo uma compreensão mais adequada, tanto mais necessária quanto maior for a sua importância nas discussões que irão subsidiar as propostas de revisão da legislação trabalhista.

Em 2002 o emprego com carteira voltou a ter um crescimento expressivo, de cerca de 2%, acima portanto do crescimento total da ocupação. Essa diferença permitiu um ligeiro aumento do grau de formalização, que passou para 0,451. No entanto, entre as relações de trabalho consideradas informais, de acordo com os dados divulgados pela PME, observou-se um crescimento ainda maior do emprego sem carteira (3,6%), ao passo que o número de trabalhadores por conta própria apresentou um declínio de 0,6%, sendo este, portanto, o segundo ano consecutivo em que tal fenômeno ocorre.

No que se refere ao comportamento dos rendimentos médios reais, o ano de 2002 seguiu a tendência de queda que vem ocorrendo todos os anos, desde o teto alcançado em 1997. O valor médio registrado no período janeiro-novembro no conjunto das seis regiões consideradas nesta análise foi de R$ 667,71, a preços de janeiro de 2000, aproximadamente 3,8% inferior ao do mesmo período de 2001.

O decréscimo assinalado ocorreu em todas as regiões. A queda mais acentuada verificou-se na região metropolitana de Porto Alegre (–5,7%), seguida pela região metropolitana de São Paulo, que apresentou uma queda de 3,7%. É interessante notar que a acentuada queda nos rendimentos da região metropolitana de Porto Alegre a fez perder o posto de região com o segundo maior rendimento médio do país para o Rio de Janeiro, posto que mantinha desde 2000.

Um fenômeno que deve ser ressaltado diz respeito ao impacto que as mudanças nas características de escolaridade dos trabalhadores vêm provocando na evolução dos rendimentos médios reais. Considerando os rendimentos reais médios de janeiro a novembro de 2002, comparados aos do mesmo período de 2001, todas as faixas de escolaridade registraram diminuição: de 0 a 4 anos de escolaridade, –5,5%; de 5 a 8 anos, –5,9%; de 9 a 11 anos, –6,7%; e de 12 anos e mais de escolaridade, –5,2%. Como se pode perceber, todas essas variações apresentam magnitudes bem superiores, em termos absolutos, ao decréscimo médio verificado para o conjunto de rendimentos, que, como visto acima, foi de –3,8%.

A explicação para essa aparente inconsistência dos dados está na mudança que está havendo no nível de escolaridade da população ocupada, com o decréscimo acentuado do contingente de trabalhadores de baixa escolaridade e o aumento expressivo verificado na quantidade de pessoas das faixas de maior escolaridade (de 9 a 11 anos e de 12 ou mais anos de estudo). Isso quer dizer que

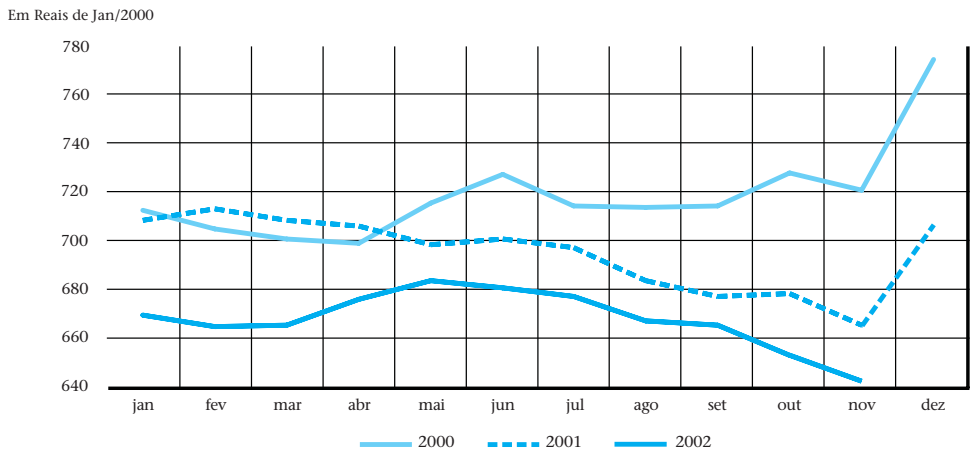
2. Deve-se ter presente que o grau de informalidade não é o complemento desses valores, tanto pela existência de um contingente de empregadores formais, quanto pela consideração, na PME, dos servidores públicos estatutários entre os trabalhadores sem carteira. Para uma discussão mais aprofundada, ver Ramos, L. A Evolução da Informalidade no Brasil Metropolitano:1991-2001. *Mercado de Trabalho — Conjuntura e Análise*. Ano 7. Julho de 2002. Nº 19. IPEA/MTE.

o forte deslocamento que está ocorrendo na composição educacional da população trabalhadora faz com que a magnitude da queda havida nos rendimentos reais médios, considerando-se o total da população ocupada, não expresse com fidelidade o grau de deterioração dos rendimentos, tal como realmente vivido pelas pessoas.

Em relação à massa salarial houve uma queda de aproximadamente 3% em novembro de 2002 em relação ao mesmo mês de 2001. Já a média de janeiro-novembro apresentou uma redução menor, em relação a 2001, de 2,15%, beneficiada pelo crescimento da ocupação ao longo do ano, que absorveu parte da deterioração havida nos rendimentos médios.

A massa salarial média anual ao longo dos últimos dez anos teve um incremento significativo após a adoção do Plano Real em 1994, registrando aumentos consideráveis em 1995 (de aproximadamente 14%) e 1996 (de 10%). Seu ponto máximo foi atingido em 1997, apresentando a partir daí quedas sucessivas, apenas interrompidas por um aumento de 3,7% ocorrido em 2000, produzido pelo extraordinário aumento da ocupação havido naquele ano. Dessa forma, os valores registrados em 2002 estão em um patamar cerca de 6,2 abaixo daquele máximo alcançado em 1997.

GRÁFICO 5
BRASIL METROPOLITANO - RENDA REAL MÉDIA (PME/IBGE) — 2000-2002



NOTAS TÉCNICAS

A oferta de trabalho dos jovens — tendências e perspectivas 37

Eduardo L. G. Rios-Neto e André Golgher

A transição para a vida adulta: novos ou velhos desafios? 53

Ana Amélia Camarano, Maria Tereza Pazinato, Solange Kanso e Caroline Vianna

NOTA TÉCNICA

A oferta de trabalho dos jovens — tendências e perspectivas

Eduardo L. G. Rios-Neto* e André Golgher**

1. Introdução

Esta nota visa descrever as tendências da oferta de trabalho dos jovens entre 1989 e 2001, além de projetar um cenário inicial para os quatro anos do governo que se inicia, com o intuito de estabelecer parâmetros iniciais de restrições de oferta para o desenho de políticas de trabalho voltadas para a geração de empregos. Trata-se de uma nota descritiva que pretende descrever as tendências recentes para explorar as possibilidades de focalização dos programas nas políticas futuras.

2. Tendências na oferta — jovens comparados aos demais grupos etários

A comparação do desempenho da oferta de trabalho dos jovens com a dos demais grupos etários será efetuada a partir da análise da evolução das taxas específicas de atividade (TEA), por sexo, nos anos de 1989, 1995 e 2001. A fonte primária dos dados é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE. As TEAs são calculadas a partir da razão entre a população economicamente ativa (PEA) em um determinado grupo etário e a população deste grupo etário, em suma, a TEA é a medida de participação na PEA para cada grupo de idade.

No caso da PEA masculina, a tendência dos anos 1990 aponta para uma ligeira modificação do perfil das taxas de atividade, com a manutenção do *plateau* de participação nos grupos etários de 30 a 49 anos, mas um declínio substancial na TEA dos jovens (grupos etários de 15 a 19 e 20 a 24) e do grupo de 25 a 29 anos. A queda ocorreu entre 1989 e 1995, tendo se mantido constante a partir de então. A Tabela 1 e o Gráfico 1 ilustram esses resultados.

No caso da PEA feminina a tendência é distinta. Verifica-se de fato uma queda na taxa de atividade do segmento mais jovem (15 a 19 anos), mas para os demais grupos etários a tendência é de aumento na taxa de atividade. O nível de atividade das mulheres na PEA é ainda mais baixo do que o dos homens, a despeito do contínuo crescimento no nível de participação feminino. A Tabela 2 e o Gráfico 2 ilustram esse resultado.

O perfil etário da taxa de desemprego mostra a proporção da PEA que não está ocupada e está procurando trabalho no período de referência. No caso da PEA masculina, a Tabela 3 e o Gráfico 3 apontam para uma clara tendência de aumento nos níveis de desemprego em todos os grupos etários. De qualquer forma, os dados mostram que a taxa de desemprego é muito mais elevada no segmento dos jovens (15 a 24 anos) do que nos demais grupos etários. Pouco mais do que um em cada cinco garotos na PEA de 15 a 19 anos estava procurando trabalho em 2001, enquanto mais do que um em cada dez rapazes de 20 a 24 anos procurava trabalho no mesmo período.

Os dados anteriores mostraram que a taxa de atividade feminina apresenta crescimento no período, entretanto, a taxa de desemprego da PEA feminina apresenta crescimento mais elevado do que a masculina, conforme pode ser visto na Tabela 4 e no Gráfico

* Professor titular de Demografia do Cedeplar/UFMG.

**Pesquisador do Cedeplar e doutor em Demografia pelo Cedeplar/UFMG.

TABELA 1
PARTICIPAÇÃO NA PEA (TEA) PARA HOMENS

FAIXA ETÁRIA	ANO		
	1989	1995	2001
15-19	73,3	53,2	47,6
20-24	92,5	82,8	82,1
25-29	96,3	91,8	91,2
30-34	97,3	94,5	93,1
35-39	97,3	95,0	93,5
40-44	96,0	94,5	93,1
45-49	93,0	91,9	89,1
50-54	85,4	85,6	83,0
55-59	76,7	76,6	74,8
60-64	65,8	63,9	59,6
65-69	48,2	48,5	42,8

Fonte: PNADs de 1989, 1995 e 2001.

GRÁFICO 1
PARTICIPAÇÃO NA PEA PARA HOMENS — COMPARAÇÃO ENTRE ANOS

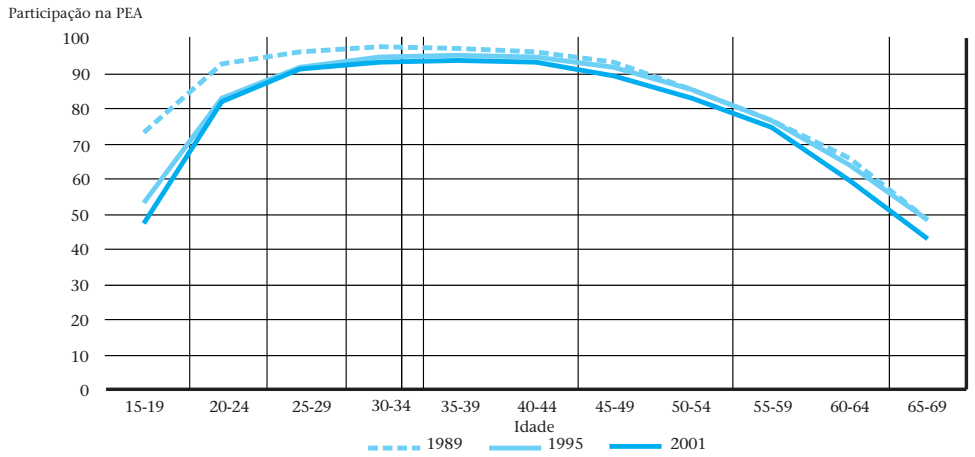


TABELA 2
PARTICIPAÇÃO NA PEA (TEA) PARA MULHERES

FAIXA ETÁRIA	ANO		
	1989	1995	2001
15-19	40,9	36,4	35,4
20-24	52,0	53,4	58,1
25-29	52,4	53,8	60,5
30-34	52,7	56,4	60,9
35-39	53,9	57,4	62,5
40-44	51,1	55,5	59,7
45-49	45,6	48,7	53,8
50-54	37,7	39,7	43,9
55-59	29,4	28,6	32,7
60-64	19,6	18,0	20,8
65-69	11,3	10,2	11,9

Fonte: PNADs de 1989, 1995 e 2001.

GRÁFICO 2
PARTICIPAÇÃO NA PEA PARA MULHERES — COMPARAÇÃO ENTRE ANOS

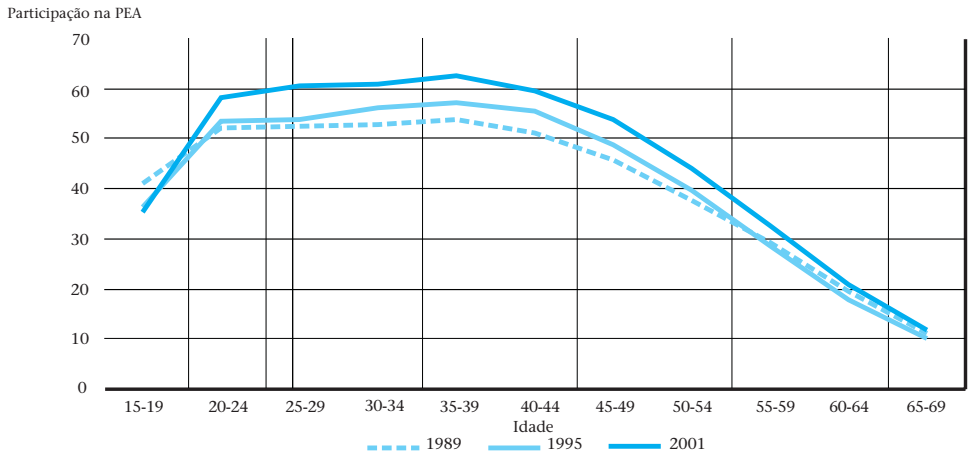
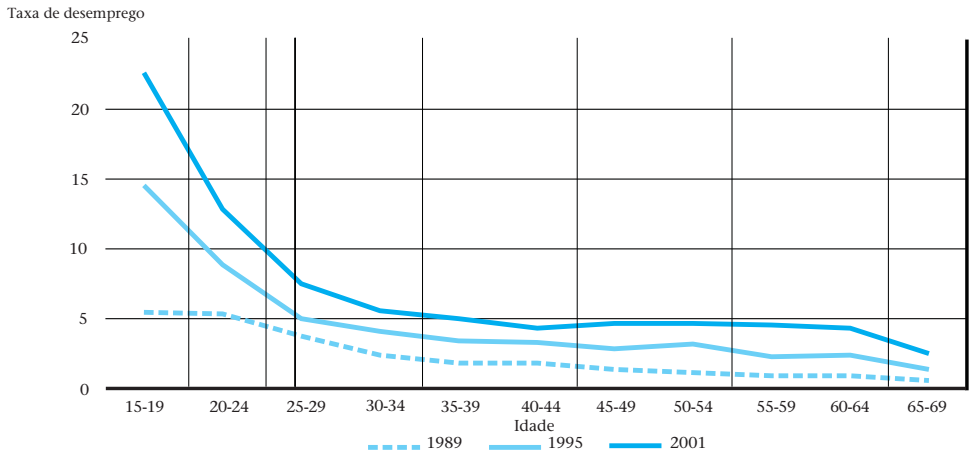


TABELA 3
TAXA DE DESEMPREGO PARA HOMENS EM DIFERENTES ANOS

FAIXA ETÁRIA	ANO		
	1989	1995	2001
15-19	5,5	14,6	22,6
20-24	5,3	8,9	12,8
25-29	3,7	5,1	7,5
30-34	2,4	4,1	5,6
35-39	1,8	3,4	5,0
40-44	1,8	3,3	4,3
45-49	1,4	2,8	4,6
50-54	1,1	3,1	4,6
55-59	0,9	2,2	4,5
60-64	0,9	2,4	4,3
65-69	0,5	1,4	2,5

Fonte: PNADs de 1989, 1995 e 2001.

GRÁFICO 3
TAXA DE DESEMPREGO PARA HOMENS — COMPARAÇÃO ENTRE ANOS



4. Também neste caso a situação é mais dramática com relação aos jovens, quase uma em cada três garotas na PEA de 15 a 19 anos estava desempregada em 2001, enquanto uma em cada cinco moças na PEA de 20 a 24 anos estava desempregada no mesmo período. Destaque-se que a taxa de desemprego das mulheres é muito mais elevada nas adultas de 25 a 39 anos de idade do que no caso masculino.

3. Tendências nas taxas de participação na PEA e desemprego dos jovens

A Tabela 5 e o Gráfico 5 apresentam as TEAs por idade simples dos jovens do sexo masculino. Os dados por idade simples confirmam a queda substancial nas taxas de atividade durante a década de 1990, com predominância para o período entre 1989 e 1995. Entretanto, os dados também mostram que as taxas de participação dos jovens de 15 a 17 anos continuam caindo na segunda metade da década.

No caso feminino, a Tabela 6 e o Gráfico 6 sugerem uma tendência distinta que aponta para uma ligeira queda nas TEAs de 15 a 17 anos, com um aumento nas TEAs de 18 a 24 anos. Cumpre destacar que o perfil etário por idade simples das TEAs é crescente tanto no caso masculino quanto feminino.

TABELA 4
TAXA DE DESEMPREGO PARA MULHERES EM DIFERENTES ANOS

FAIXA ETÁRIA	ANO		
	1989	1995	2001
15-19	6,2	20,3	30,7
20-24	5,3	13,6	20,9
25-29	3,5	9,1	15,3
30-34	2,2	7,7	11,8
35-39	1,7	6,0	9,3
40-44	0,9	4,5	8,0
45-49	0,7	3,1	6,6
50-54	0,3	3,3	5,5
55-59	0,2	1,9	5,7
60-64	0,0	1,8	4,2
65-69	0,0	2,2	3,4

Fonte: PNADs de 1989, 1995 e 2001.

GRÁFICO 4
TAXA DE DESEMPREGO PARA MULHERES — COMPARAÇÃO ENTRE ANOS

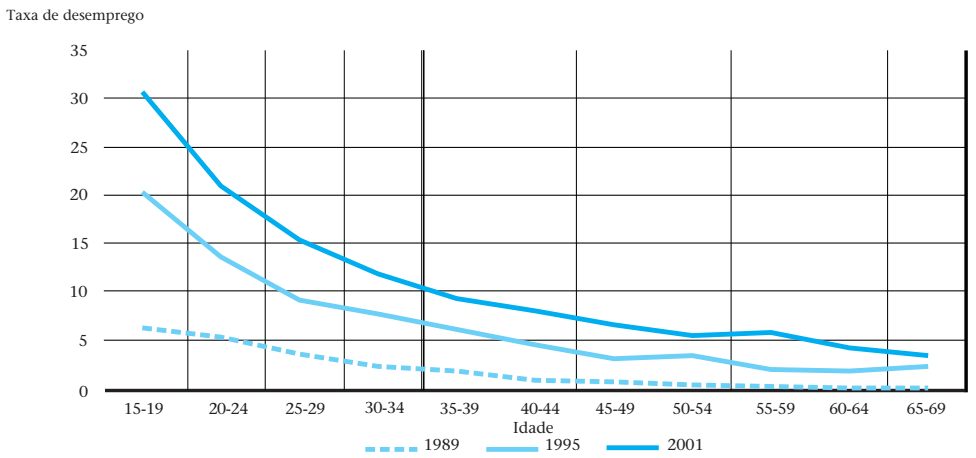


TABELA 5
PARTICIPAÇÃO NA PEA (TEA) PARA HOMENS

IDADE	ANO		
	1989	1995	2001
15	57,7	37,0	25,3
16	68,7	45,6	35,8
17	73,3	55,0	46,3
18	80,8	61,9	59,5
19	87,2	70,9	70,1
20	89,8	77,1	74,9
21	90,5	80,0	80,5
22	93,5	83,5	82,6
23	94,5	86,1	85,7
24	94,3	88,2	87,9

Fonte: PNADs de 1989, 1995 e 2001.

GRÁFICO 5
PARTICIPAÇÃO NA PEA HOMENS — COMPARAÇÃO ENTRE ANOS

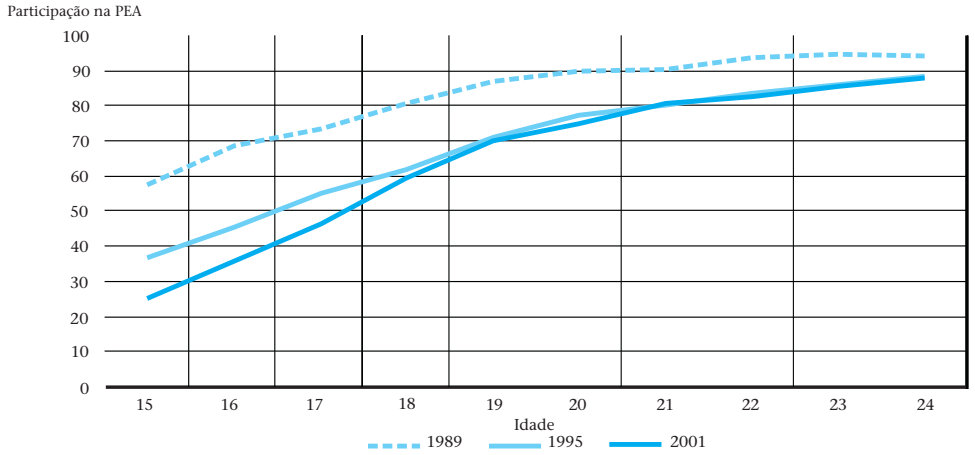
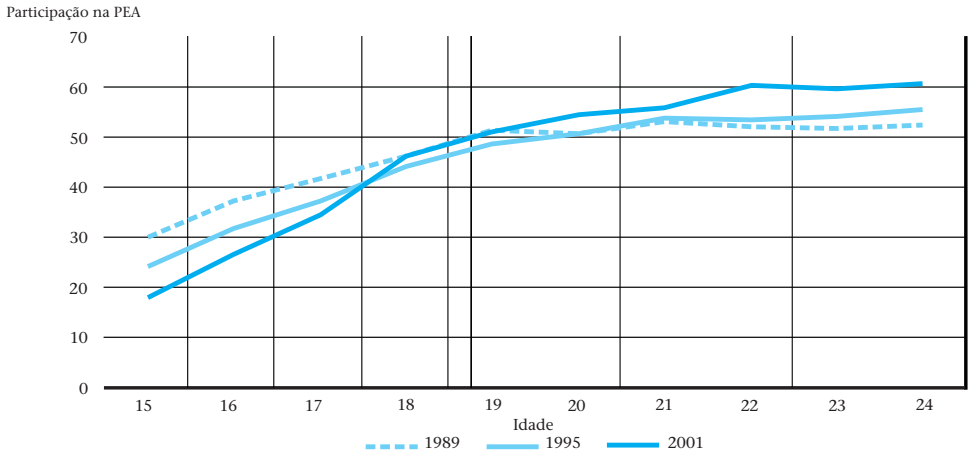


TABELA 6
PARTICIPAÇÃO NA PEA (TEA) PARA MULHERES

IDADE	ANO		
	1989	1995	2001
15	30,0	24,2	17,8
16	37,2	31,6	26,6
17	41,6	37,3	34,7
18	46,1	44,3	46,3
19	51,3	48,6	51,0
20	50,7	50,6	54,4
21	53,0	53,7	55,9
22	52,1	53,6	60,5
23	51,8	54,1	59,6
24	52,5	55,4	60,7

Fonte: PNADs de 1989, 1995 e 2001.

GRÁFICO 6
PARTICIPAÇÃO NA PEA PARA MULHERES — COMPARAÇÃO ENTRE ANOS



A taxa de desemprego por idade simples dos jovens do sexo masculino é apresentada na Tabela 7 e no Gráfico 7. O brutal aumento na taxa de desemprego na década de 1990 é corroborado pelos dados, tendo ocorrido nas duas metades do período. Destaca-se a mudança fundamental no perfil etário da taxa de desemprego dos jovens masculinos, que era praticamente horizontal em 1989, passando a ser cada vez mais decrescente com a idade nos anos 1990. A taxa de desemprego de 2001 passa de um *plateau* mais elevado nos jovens de 15 a 17 anos, em torno de 25%, para um nível mais baixo nos jovens de 22 a 24 anos, em torno de 11%, declinando linearmente entre 18 e 21 anos.

A Tabela 8 e o Gráfico 8 apresentam o perfil da taxa de desemprego feminina. Há duas diferenças com relação às taxas masculinas. Primeiro, o crescimento no nível de desemprego das jovens foi maior do que no caso masculino, por exemplo, mais de 1/3 das meninas de 15 anos na PEA em 2001 estava procurando emprego. Segundo, o perfil etário da taxa de desemprego é distinto, apresentando um *plateau* elevado e prolongando (15 a 19 anos) com níveis em torno de 30% em 2001. Já o declínio na taxa de desemprego aberto entre 20 e 24 anos é bastante mais suave do que no caso masculino.

As tendências nas taxas de atividade e de desemprego por idade e sexo descritas ante-

TABELA 7
TAXA DE DESEMPREGO PARA HOMENS EM DIFERENTES ANOS

IDADE	ANO		
	1989	1995	2001
15	5,7	16,9	25,6
16	5,7	17,1	25,1
17	5,3	13,7	24,8
18	5,2	14,7	21,7
19	5,6	11,6	19,7
20	6,8	10,1	17,7
21	5,8	10,0	14,1
22	5,7	8,8	12,0
23	4,4	8,3	10,9
24	3,8	7,5	9,3

Fonte: PNADs de 1989, 1995 e 2001.

GRÁFICO 7
TAXA DE DESEMPREGO PARA HOMENS — COMPARAÇÃO ENTRE ANOS

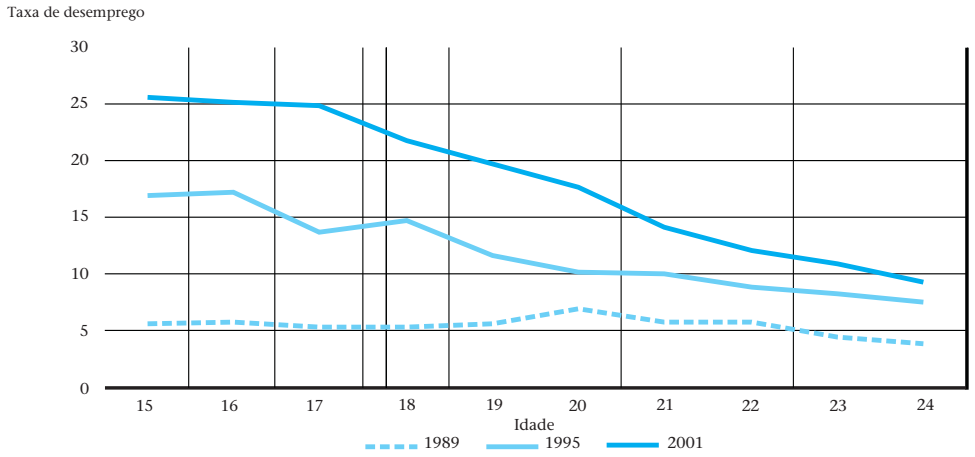
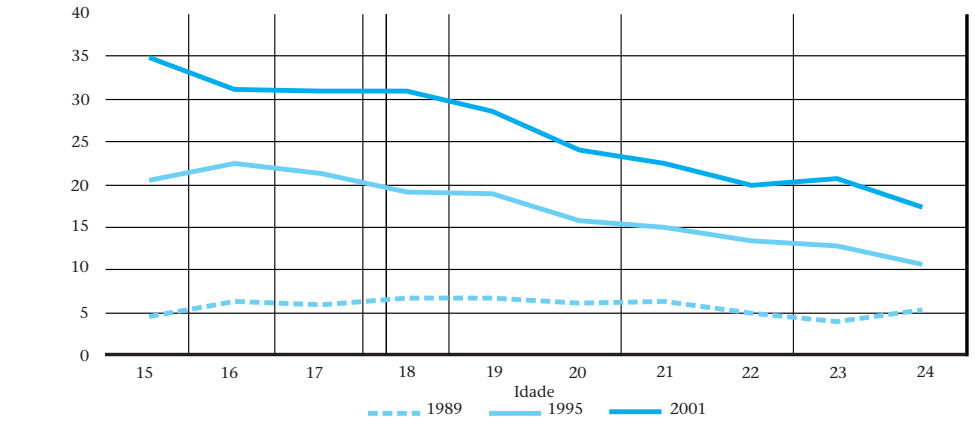


TABELA 8
TAXA DE DESEMPREGO PARA MULHERES EM DIFERENTES ANOS

IDADE	ANO		
	1989	1995	2001
15	4,6	20,5	34,8
16	6,4	22,5	31,1
17	6,0	21,3	31,0
18	6,7	19,2	31,0
19	6,8	18,8	28,6
20	6,1	15,9	24,1
21	6,4	15,0	22,5
22	5,0	13,4	19,9
23	4,0	12,9	20,6
24	5,3	10,6	17,4

Fonte: PNADs de 1989, 1995 e 2001.

GRÁFICO 8
TAXA DE DESEMPREGO PARA MULHERES — COMPARAÇÃO ENTRE ANOS



riormente apontam para um declínio da ocupação (emprego) dos jovens tanto em decorrência da queda na taxa de atividade quanto do aumento na taxa de desemprego. Caberia indagar sobre qual seria o aumento no volume de desempregados caso a queda da taxa de atividade ocorrida no período não se tivesse verificado. O exercício apresentado na Tabela 9 esclarece esse ponto. A PEA corrente declinou em 1,7 milhão de jovens entre 1989 e 1995, tendo aumentado 2,4 milhões de jovens entre 1995 e 2001. Por outro lado, a PEA de 1995 apresenta 2,4 milhões de jovens a menos do que teria caso as taxas de atividade fossem aquelas observadas em 1989, sendo que esse número seria de 3,1 milhões de jovens em 2001. Considerando a taxa de desemprego observada nos períodos, esse decremento no número de jovens participando na PEA faz com que o já elevado número de desempregados jovens em 2001 (3,7 milhões) tenha 721 mil jovens a menos do que seria observado caso a taxa de atividade tivesse sido mantida nos níveis de 1989. Concluindo, o declínio observado na taxa de atividade arrefeceu parte da pressão no mercado de trabalho, mas não foi suficiente para compensar o aumento no número de desempregados causado pela maior taxa de desemprego no período.

Há controvérsias sobre o declínio na taxa de participação dos jovens no período, principalmente na primeira metade dos anos 1990. Alguns analistas associam o fenômeno ao aumento da escolaridade com a retenção dos jovens no sistema de ensino, enquanto outros vêem a queda como decorrência do desalento gerado pela baixa geração de empregos no período. As Tabelas 10 e 11 corroboram o aumento da proporção de jovens que freqüentavam escola no período. Além disso, a proporção de jovens que freqüentavam escola é muito maior entre os jovens de 15 a 19 anos do que entre os de 20 a 24 anos.

As Tabelas 12 a 15 e os Gráficos 9 a 12 corroboram, em parte, a hipótese do aumento na escolaridade dos jovens, ao mostrar os resultados das TEAs controlando pela freqüência à escola. Um primeiro efeito é meramente de composição, o nível de participação na PEA dos jovens que freqüentam escola é menor do que o nível de participação daqueles que não freqüentam. Como as Tabelas 10 e 11 mostraram o aumento na proporção de jovens matriculados por idade simples, somente esse fator já explicaria uma queda relativa nas TEAs dos jovens. Um efeito inusitado é a queda bastante acentuada nas TEAs dos jovens de 15 a 17 anos que não estudam, queda esta verificada em maiores proporções entre 1989 e 1995. Esse declínio na TEA do segmento mais jovem que não estuda é observado tanto no sexo masculino quanto no feminino, sendo que entre as garotas que estudam o nível de atividade fica praticamente constante no período. Nume-

TABELA 9
DECOMPOSIÇÃO DA FLUTUAÇÃO NA PEA E NO DESEMPREGO DOS JOVENS

PEA	ANO		
	1989	1995	2001
(1) PEA CORRENTE	17.637.759	15.919.717	18.280.183
(2) PEA TEA89	17.637.759	18.336.092	21.381.868
(1) – (2)	—	–2.416.375	–3.101.685
DELTA (1)	—	–1.718.042	2.360.466
DELTA (2)	—	698.333	3.045.776
DESEMPREGADOS			
(3) CORRENTE	972.815	2.144.614	3.679.546
(4) TEA89	972.815	2.495.646	4.401.398
(3) – (4)	—	–351.033	–721.852
DELTA (3)	—	1.171.799	1.534.932
DELTA (4)	—	1.522.832	1.905.752

Fonte: PNADs de 1989, 1995 e 2001.

TABELA 10
PROPORÇÃO DE HOMENS QUE FREQÜENTAVAM ESCOLA

IDADE	ANO		
	1989	1995	2001
15	62,4	72,6	88,5
16	50,3	63,6	82,8
17	43,1	54,9	74,5
18	33,2	43,4	57,9
19	24,4	33,6	45,9
20	20,2	26,4	36,7
21	18,7	25,6	28,8
22	14,3	17,9	24,3
23	11,0	14,5	18,8
24	10,2	11,1	17,1

Fonte: PNADs de 1989, 1995 e 2001.

TABELA 11
PROPORÇÃO DE MULHERES QUE FREQÜENTAVAM ESCOLA

IDADE	ANO		
	1989	1995	2001
15	65,2	77,7	86,7
16	57,9	68,4	80,2
17	50,3	60,8	73,0
18	42,7	50,4	57,0
19	32,8	39,7	44,7
20	25,3	32,2	37,3
21	20,9	24,9	30,8
22	16,4	20,5	25,1
23	12,1	16,5	21,1
24	9,9	13,6	18,0

Fonte: PNADs de 1989, 1995 e 2001.

TABELA 12
PARTICIPAÇÃO NA PEA PARA HOMENS QUE FREQÜENTAVAM ESCOLA

IDADE	ANO		
	1989	1995	2001
15	40,4	29,8	22,3
16	49,6	37,7	32,0
17	52,1	45,4	40,6
18	58,7	50,2	49,1
19	67,0	55,9	58,7
20	70,3	65,9	63,5
21	70,2	68,0	67,3
22	78,9	71,9	72,0
23	79,5	78,4	76,7
24	80,3	78,8	78,9

Fonte: PNADs de 1989, 1995 e 2001.

TABELA 13
PARTICIPAÇÃO NA PEA PARA HOMENS QUE NÃO FREQÜENTAVAM ESCOLA

IDADE	ANO		
	1989	1995	2001
15	86,3	56,0	48,3
16	88,0	59,6	54,4
17	89,3	66,8	62,9
18	91,8	71,0	73,8
19	93,7	78,5	79,8
20	94,7	81,1	81,5
21	95,2	84,2	85,9
22	96,0	86,0	85,9
23	96,3	87,4	87,8
24	95,9	89,3	89,8

Fonte: PNADs de 1989, 1995 e 2001.

TABELA 14
PARTICIPAÇÃO NA PEA PARA MULHERES QUE FREQÜENTAVAM ESCOLA

IDADE	ANO		
	1989	1995	2001
15	20,1	20,8	16,4
16	27,2	28,3	25,7
17	31,7	34,6	33,5
18	38,4	41,8	42,6
19	47,0	49,1	47,6
20	52,9	55,1	52,6
21	56,9	57,9	59,3
22	59,8	58,7	62,1
23	59,0	63,4	60,6
24	64,5	67,5	66,8

Fonte: PNADs de 1989, 1995 e 2001.

TABELA 15
PARTICIPAÇÃO NA PEA PARA MULHERES QUE NÃO FREQÜENTAVAM ESCOLA

IDADE	ANO		
	1989	1995	2001
15	48,6	35,9	27,6
16	51,0	38,8	30,4
17	51,6	41,5	37,7
18	51,8	46,8	51,2
19	53,4	48,2	53,7
20	50,0	48,5	55,5
21	51,9	52,3	54,4
22	50,6	52,3	59,9
23	50,8	52,3	59,4
24	51,1	53,4	59,3

Fonte: PNADs de 1989, 1995 e 2001.

GRÁFICO 9
PARTICIPAÇÃO NA PEA PARA HOMENS QUE FREQÜENTAVAM ESCOLA — COMPARAÇÃO ENTRE ANOS

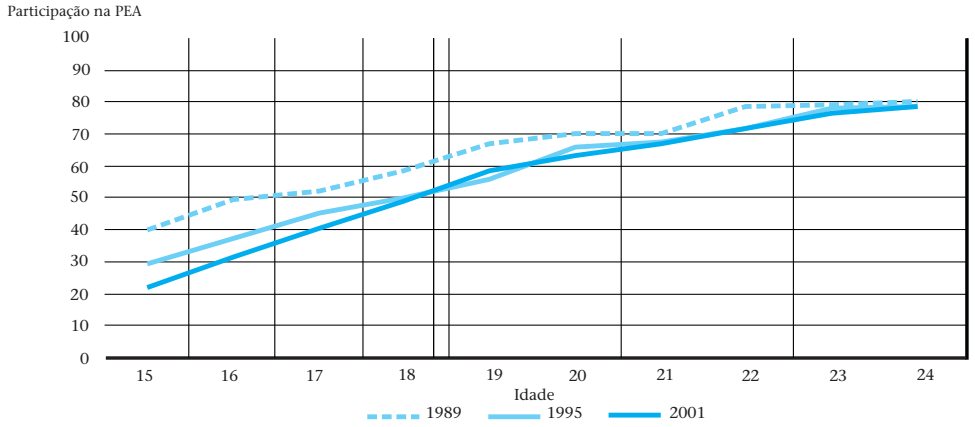


GRÁFICO 10
PARTICIPAÇÃO NA PEA PARA HOMENS QUE NÃO FREQÜENTAVAM ESCOLA — COMPARAÇÃO ENTRE ANOS

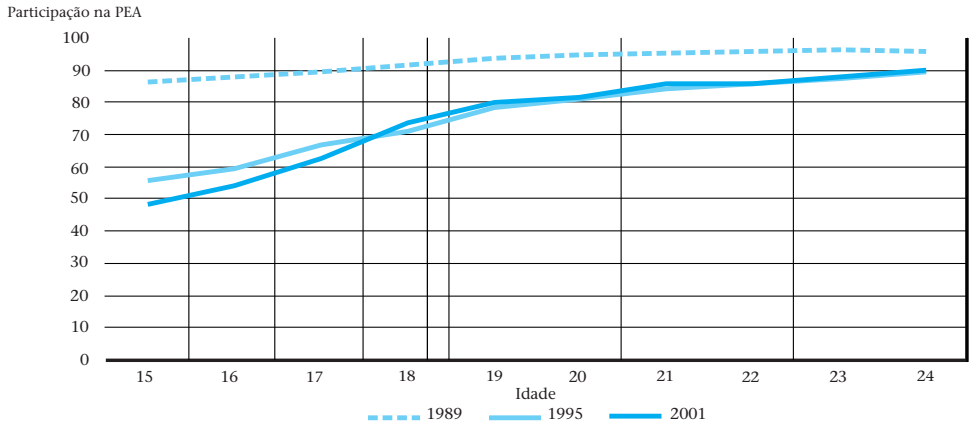


GRÁFICO 11
PARTICIPAÇÃO NA PEA PARA MULHERES QUE FREQÜENTAVAM ESCOLA — COMPARAÇÃO ENTRE ANOS

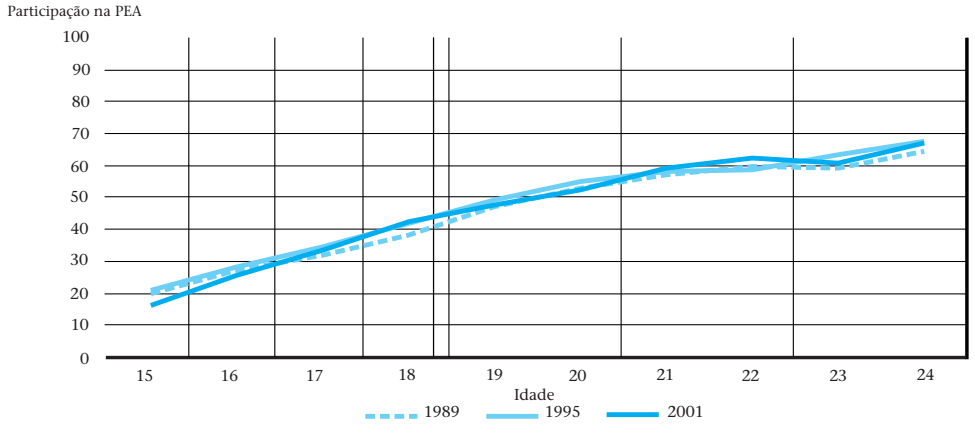
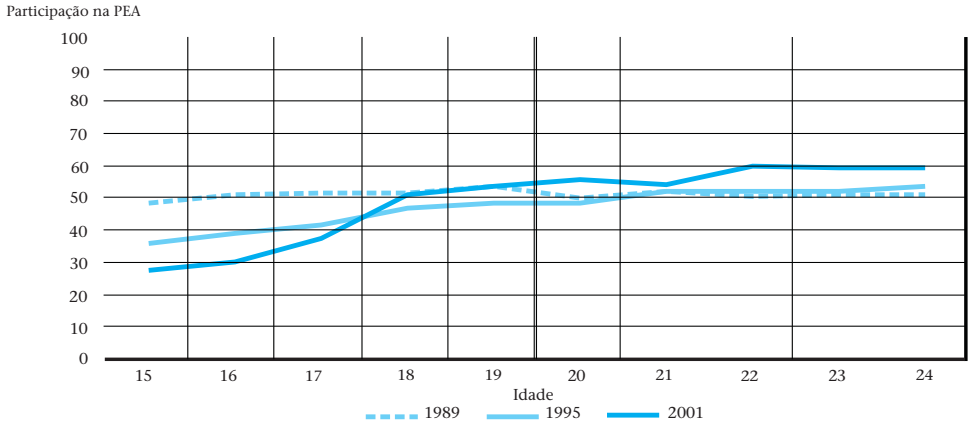


GRÁFICO 12
PARTICIPAÇÃO NA PEA PARA MULHERES QUE NÃO FREQÜENTAVAM ESCOLA — COMPARAÇÃO ENTRE ANOS



ricamente, o segmento que não estuda dos jovens de 15 a 17 anos vem declinando ao longo do tempo, os jovens de 16 anos que não estudavam representavam cerca de 46% em 1989, 34% em 1995 e 19% em 2001. Apenas a título de exemplo, mais de 10% dos jovens brasileiros com 16 anos de idade em 2001 não estavam na PEA e não estudavam, constituindo um verdadeiro segmento de excluídos.

4. Perspectivas: a oferta de trabalho dos jovens no Governo Lula

Como foi evidenciado na análise de tendências, a oferta de trabalho (PEA) é o resultado do produto entre a população (por idade e sexo) e as TEAs por sexo. Um primeiro cenário, grosseiro, de estimativa da oferta de trabalho dos jovens nos próximos quatro anos pode ser formulado. Para formular tal cenário basta interagir uma projeção populacional dos jovens com uma projeção de TEA para o período. O cenário estabelecido será utilizar uma projeção populacional por idade simples para o Brasil[1] e aplicar a ela as TEAs e taxas de desemprego específicas obtidas na PNAD de 2001 e assumidas constante durante o período 2003-2006.

A projeção populacional apresentada na Tabela 16 mostra que, contrariamente aos anos 1990, não haverá pressão populacional no mercado de trabalho. A população jovem terá um tamanho quase constante no período, sendo um pouco menor do que 33 milhões de pessoas.

Como a TEA é fixa nos valores de 2001 e a população projetada não variará significativamente no período, o corolário é uma PEA quase constante em torno de 18,5 milhões de jovens no período, conforme indicado na Tabela 17.

A projeção dos desempregados abertos apresentada na Tabela 18 também não surpreende sob o ponto de vista de variação temporal no período, conforme esperado pelo cenário. O número de desempregados jovens deve girar em torno de 3,6 milhões por ano, caso as condições do mercado de trabalho de 2001 não se alterem durante o período.

Esse cenário pode ser considerado extremamente básico tanto em termos de TEA quanto de taxa de desemprego dos jovens, pois admite que as taxas serão constantes no nível de 2001 durante os quatro anos de Governo Lula. Pelo menos nesse cenário o objetivo não é acertar a previsão das taxas, mas sim delimitar um parâmetro de restrição de oferta a partir do qual políticas de crescimento econômico e emprego devem atuar.

1. A projeção populacional utilizada foi obtida a partir de estimativas realizadas pelo Cedeplar/UFMG, como produto de convênio com Inep/MEC.

TABELA 16
PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO JOVEM POR IDADE SIMPLES NO BRASIL

IDADE	ANO			
	2003	2004	2005	2006
15	3.239.293	3.211.763	3.184.699	3.213.608
16	3.241.464	3.193.880	3.146.975	3.178.288
17	3.252.929	3.195.717	3.139.259	3.166.087
18	3.277.358	3.227.034	3.177.317	3.189.284
19	3.307.602	3.275.026	3.242.787	3.234.186
20	3.334.215	3.317.897	3.301.671	3.273.935
21	3.360.733	3.360.930	3.360.925	3.312.843
22	3.365.526	3.382.117	3.398.456	3.340.696
23	3.337.382	3.368.583	3.399.870	3.349.348
24	3.286.064	3.330.194	3.374.980	3.342.755
TOTAL	**33.002.566**	**32.863.139**	**32.726.940**	**32.601.030**

Fonte: Projeção populacional Cedeplar/UFMG de 2002 em convênio com o Inep/MEC.

TABELA 17
PROJEÇÃO DOS JOVENS NA PEA POR IDADE SIMPLES NO BRASIL

IDADE	ANO			
	2003	2004	2005	2006
15	700.517	694.553	688.693	695.098
16	1.013.279	998.264	983.464	993.522
17	1.318.233	1.294.791	1.271.659	1.282.903
18	1.736.098	1.709.217	1.682.661	1.689.326
19	2.005.332	1.985.506	1.965.888	1.960.891
20	2.159.154	2.148.737	2.138.380	2.120.401
21	2.295.183	2.295.771	2.296.219	2.263.028
22	2.409.445	2.421.940	2.434.254	2.392.439
23	2.427.739	2.451.327	2.474.987	2.437.818
24	2.441.799	2.475.625	2.509.965	2.485.933
TOTAL	**18.506.779**	**18.475.731**	**18.446.170**	**18.321.359**
TEA-T(%)	**56**	**56**	**56**	**56**

Fontes: Projeção populacional Cedeplar/UFMG de 2002, em convênio com o Inep/MEC, e PNAD de 2001.

TABELA 18
PROJEÇÃO DOS JOVENS DESEMPREGADOS POR IDADE SIMPLES NO BRASIL

IDADE	ANO			
	2003	2004	2005	2006
15	205.579	203.831	202.113	203.953
16	279.609	275.494	271.437	274.159
17	362.008	355.624	349.325	352.335
18	446.837	440.000	433.245	434.841
19	470.147	465.519	460.940	459.709
20	439.928	437.776	435.636	431.976
21	402.618	402.619	402.597	396.854
22	369.330	371.091	372.823	366.530
23	361.424	364.702	367.989	362.565
24	306.741	310.769	314.856	311.856
TOTAL	**3.644.220**	**3.627.425**	**3.610.961**	**3.594.778**
TD-T(%)	**20**	**20**	**20**	**20**

Fontes: Projeção populacional Cedeplar/UFMG de 2002, em convênio com o Inep/MEC, e PNAD de 2001.

5. À guisa de conclusão: parâmetros de oferta para políticas de emprego

Uma primeira conclusão de política de emprego deste trabalho refere-se à comparação do segmento de jovens com os demais segmentos da população em idade ativa. Está claro que o problema de geração de empregos para os jovens não decorre nem do crescimento da população jovem, nem de um pouco provável aumento na taxa de participação na PEA. Isso contrasta com a grande visibilidade da necessidade de se gerar empregos para os jovens, tão enfatizada durante o processo eleitoral. De acordo com a análise aqui apresentada, essa visibilidade decorre do alto volume de jovens desempregados. Caso não ocorra nenhuma mudança estrutural, projetam-se cerca de 3,6 milhões de jovens desempregados por ano. Há uma janela de oportunidades no segmento dos jovens, pois qualquer geração de empregos no segmento contribuirá diretamente para uma redução na taxa de desemprego aberto do país. Por outro lado, a pressão por novos empregos decorrentes da dinâmica populacional ocorrerá em outros segmentos de idades mais avançadas, fato que merece outro estudo detalhado.

Os programas de primeiro emprego que possam vir a ser desenhados tornam-se extremamente importantes, pois causarão impacto direto na diminuição da taxa de desemprego aberto, além de ajudar a cumprir metas de geração de empregos estabelecidas. Não é função desta nota avaliar as experiências estaduais e municipais de programas de primeiro emprego, entretanto, é possível adiantar que o custo de se gerar subsídios para a geração de primeiro emprego em números expressivos será muito alto. Mesmo que se opte pela utilização desse instrumento de política, esta nota contribui para mostrar uma certa heterogeneidade nas restrições de oferta que dificultariam o desenho de uma política uniforme.

Dois exemplos serão mencionados a título de ilustração. Primeiro, o segmento de jovens que não estudam, nem trabalham, nem procuram emprego deve ser objeto de política específica. Este segmento caracteriza um tipo de exclusão inaceitável. Segundo, o segmento de jovens que freqüentam escola no ensino médio e superior deve ser diferenciado. Este segmento ganharia mais com um programa de estágios do que com um programa de primeiro emprego, nos moldes das experiências já existentes. O estágio já está regulamentado, possui baixo custo trabalhista, é compatível com várias modalidades de proteção social, demanda poucos recursos orçamentários e está coadunado com o incentivo mais fundamental que é o aumento da escolaridade média dos jovens.

A título de ilustração e conclusão, as Tabelas 19 a 22 delimitam o público-alvo de uma política de estágios. Uma política de estágios deve ser pensada como complemento a um programa de primeiro emprego, focalizando um determinado público-alvo e visando ao mesmo tipo de impacto de redução na taxa de desemprego aberto dos jovens. A lei de estágios atualmente em vigor permite que qualquer aluno matriculado no ensino médio ou superior possa se beneficiar de um contrato de estágio. Os dados da Tabela 19 mostram que cerca da metade dos jovens está matriculada, sendo a participação bem maior entre 15 e 17 anos de idade. Já os dados da Tabela 20 mostram que o público-alvo de uma política de estágios é composto por cerca de 9 milhões de jovens. Pouco menos do que a metade desses jovens já está na PEA, cerca de 4 milhões de jovens conforme a Tabela 21. Em torno de 1 milhão de jovens estão na PEA e são desempregados, este é o público-alvo mais imediato de uma política de estágios. No caso deste público-alvo, uma política de estágios pode ser bem mais efetiva do que uma política de primeiro emprego. Os desempregados que estudam no ensino médio ou superior representam cerca de 30% do estoque de desempregados jovens, de acordo com a projeção anual desta nota, sendo claramente um público-alvo específico para política de emprego. Outras políticas de emprego deveriam ser destinadas àqueles jovens que estudam, estão desempregados, mas ainda cursam o ensino fundamental. Obviamente, o segmento de jovens que não estudam e estão desempregados continua representando segmento importante, merecendo o desenho de política específica que provavelmente se aproximaria mais dos programas de primeiro emprego existentes.

TABELA 19
PROJEÇÃO DOS JOVENS MATRICULADOS POR IDADE SIMPLES NO BRASIL

IDADE	ANO			
	2003	2004	2005	2006
15	2.837.651	2.813.532	2.789.822	2.815.183
16	2.642.789	2.603.953	2.565.672	2.591.278
17	2.400.196	2.357.948	2.316.257	2.336.101
18	1.883.602	1.854.663	1.826.074	1.832.975
19	1.498.669	1.483.904	1.469.292	1.465.409
20	1.234.718	1.228.670	1.222.657	1.212.387
21	1.001.058	1.001.081	1.001.044	986.750
22	830.862	834.936	838.948	824.705
23	665.842	671.988	678.150	668.108
24	575.640	583.338	591.149	585.507
TOTAL	**15.571.028**	**15.434.013**	**15.299.066**	**15.318.403**
TM-T(%)	**47**	**47**	**47**	**47**

Fontes: Projeção populacional Cedeplar/UFMG de 2002, em convênio com o Inep/MEC, e PNAD de 2001.

TABELA 20
PROJEÇÃO DOS JOVENS MATRICULADOS NO ENSINO MÉDIO E SUPERIOR POR IDADE SIMPLES NO BRASIL

IDADE	ANO			
	2003	2004	2005	2006
15	875.103	867.677	860.374	868.000
16	1.319.645	1.300.413	1.281.454	1.293.933
17	1.490.841	1.464.825	1.439.152	1.451.151
18	1.210.252	1.191.724	1.173.419	1.177.757
19	984.427	974.742	965.158	962.567
20	878.754	874.426	870.123	862.816
21	737.774	737.779	737.740	727.214
22	603.682	606.617	609.507	599.177
23	486.312	490.786	495.272	487.944
24	422.981	428.641	434.384	430.238
TOTAL	**9.009.771**	**8.937.631**	**8.866.584**	**8.860.798**

Fontes: Projeção populacional Cedeplar/UFMG de 2002, em convênio com o Inep/MEC, e PNAD de 2001.

TABELA 21
PROJEÇÃO DOS JOVENS NA PEA E MATRICULADOS NO ENSINO MÉDIO E SUPERIOR POR IDADE SIMPLES NO BRASIL

IDADE	ANO			
	2003	2004	2005	2006
15	160.828	159.463	158.121	159.523
16	398.086	392.284	386.565	390.329
17	565.408	555.541	545.804	550.355
18	597.045	587.905	578.875	581.015
19	562.270	556.739	551.264	549.784
20	521.472	518.904	516.350	512.014
21	469.798	469.802	469.777	463.074
22	411.462	413.462	415.431	408.391
23	337.958	341.067	344.184	339.092
24	317.536	321.785	326.097	322.984
TOTAL	**4.341.862**	**4.316.951**	**4.292.469**	**4.276.561**

Fontes: Projeção populacional Cedeplar/UFMG de 2002, em convênio com o Inep/MEC, e PNAD de 2001.

TABELA 22
PROJEÇÃO DOS JOVENS DESEMPREGADOS E MATRICULADOS NO ENSINO MÉDIO E SUPERIOR POR IDADE SIMPLES NO BRASIL

IDADE	ANO			
	2003	2004	2005	2006
15	49.668	49.247	48.832	49.265
16	115.976	114.286	112.620	113.717
17	173.085	170.065	167.084	168.477
18	190.023	187.114	184.240	184.921
19	158.619	157.058	155.514	155.096
20	122.851	122.246	121.644	120.623
21	102.010	102.010	102.005	100.550
22	68.586	68.920	69.248	68.074
23	57.564	58.094	58.625	57.757
24	43.808	44.394	44.989	44.560
TOTAL	**1.082.191**	**1.073.435**	**1.064.802**	**1.063.041**

Fontes: Projeção populacional Cedeplar/UFMG de 2002, em convênio com o Inep/MEC, e PNAD de 2001.

NOTA TÉCNICA

A transição para a vida adulta: novos ou velhos desafios?

Ana Amélia Camarano*, Maria Tereza Pazinato**,
Solange Kanso*** e Caroline Vianna***

"A sociedade só se preocupa com o indivíduo na medida em que ele produz. Sabem-no muito bem os jovens. Sua ansiedade no momento de abordar a vida social é simétrica à angústia dos velhos na hora de serem dela excluídos. No ínterim, a rotina se encarrega de mascarar os problemas. O jovem teme a máquina que o vai abocanhar e procura, de quando em quando, defender-se a golpes de paralelepípedos; ao velho, por ela repelido, esgotado e nu, só lhe restam os olhos para chorar."

(Simone de Beauvoir, *A velhice*, 1970)

1. Introdução

A distribuição da população por grupos etários é um determinante importante da demanda por políticas e serviços públicos bem como da oferta de força de trabalho. Isto leva a que a população seja tradicionalmente dividida em dois grupos: "os dependentes", formados pelas crianças e idosos, e "os ativos", os que participam da atividade econômica.

A transição entre um grupo e outro se dá, principalmente, através do mercado de trabalho: a inserção e o retiro. No mundo atual, ambas as transições estão desafiando a sociedade, o Estado e a família. A transição da infância/juventude para a vida adulta vem acontecendo em quase todo o mundo cada vez mais tarde e com restrições crescentes. Uma tendência quase universal é o adiamento da idade em que os filhos saem da casa dos pais. O período em que os filhos passam como economicamente dependentes tem crescido devido à instabilidade do mercado de trabalho, ao maior tempo despendido na escola e à maior instabilidade das relações afetivas. Além disso, uma parcela não-desprezível dos jovens do sexo masculino morre antes de alcançar a vida adulta, pela violência.[1]

O retiro da atividade econômica também traz desafios pela perda de papéis sociais dos indivíduos, o aparecimento de novos (ser avô/avó), que é muitas vezes associado ao aparecimento de doenças crônico-degenerativas, perda de autonomia para o desempenho das atividades do cotidiano etc. Para o Estado e a mídia em geral, a preocupação com a saída da atividade econômica ocorre pelos encargos que isso acarreta para a Previdência Social, os serviços de Saúde etc.

A demografia costuma definir como segmento ativo o de 15 a 65 anos. No entanto, nem todas as pessoas nesse grupo etário participam do mercado de trabalho e, por outro lado, uma parcela não-desprezível de idosos e crianças também participa da atividade econômica. O período de inserção é, provavelmente, um período instável e incerto e é um passo importante para a transição da juventude para a idade adulta. Pode representar, ao mesmo tempo, uma fonte de esperanças no futuro, pela possibilidade de mobilidade social e/ou de frustrações, pois pode significar também rotinas, precariedade e exclusão social.

* Da Diretoria de Estudos Sociais do IPEA.

** Da Ence/IBGE.

*** Assistente de Pesquisa no IPEA.

1. Por exemplo, 3,8% dos jovens de 15 a 24 anos não sobrevivem ao 25º aniversário por causas violentas.

No Brasil de hoje, essa complexidade é somada ao fato de esse segmento populacional ainda apresentar taxas elevadas de crescimento populacional, não obstante a baixa fecundidade em curso no país desde os anos 1970. Para Salm (1992), esse contingente pressiona um mercado de trabalho retraído, que exige elevada qualificação, experiência profissional e deixa os jovens à margem, a despeito de sua melhor escolaridade. Por outro lado, esse não é um segmento populacional alvo de políticas públicas específicas, ao contrário do que ocorre com o grupo formado pela população idosa.

Este trabalho busca levantar algumas características do processo de transição do jovem brasileiro da infância para a vida adulta. A pergunta levantada aqui é se a transição, hoje, é diferente de há anos e de como os jovens brasileiros têm reagido a isso. Por transição está se entendendo a inserção no mercado de trabalho e a constituição de uma nova família. A análise é baseada nos dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1981 e 2001.

Tendo isto em mente, o trabalho está dividido em cinco seções, além desta introdução. A Seção 2 traça um breve perfil demográfico e social dos jovens brasileiros. A Seção 3 analisa o processo de formação de família desses jovens. Na Seção 4, consideram-se algumas questões relacionadas com o processo de inserção no mercado de trabalho desses jovens. A Seção 5 apresenta as considerações finais sobre os resultados.

O primeiro problema deparado neste trabalho é com o estabelecimento dos limites etários que definem o segmento populacional estudado. Fala-se sempre de população jovem, mas não existe uma definição precisa do que se trata em termos de idade. O que se pretende é analisar o segmento que experimenta a transição da infância para a vida adulta. Por adolescência em geral, considera-se o grupo etário de 13 a 19 anos. No entanto, reconhece-se que a vida adulta está começando mais tarde, muito embora a sexualidade comece mais cedo. A Organização Mundial de Saúde define o período da "juventude" como o compreendido entre 15 e 24 anos. Decidiu-se, então, trabalhar com esse grupo etário, embora se saiba que foi uma escolha arbitrária. Reconhece-se, no entanto, que a vivência da juventude pode variar segundo regiões geográficas, classes sociais, raça, gênero etc.

O limite inferior considera a idade em que já estão desenvolvidas as funções sexuais e reprodutivas, que diferenciam o adolescente da criança e repercutem na sua dinâmica física, biológica e psicológica. O limite superior faz referência ao momento em que os indivíduos normalmente concluem o ciclo da educação formal, procuram entrar no mercado de trabalho e constituem sua própria família, caracterizando, assim, a transição para a fase adulta. A análise compara homens com mulheres e leva também em conta algumas diferenças por regiões geográficas.

2. Quantos são, onde estão e o que fazem os jovens brasileiros?

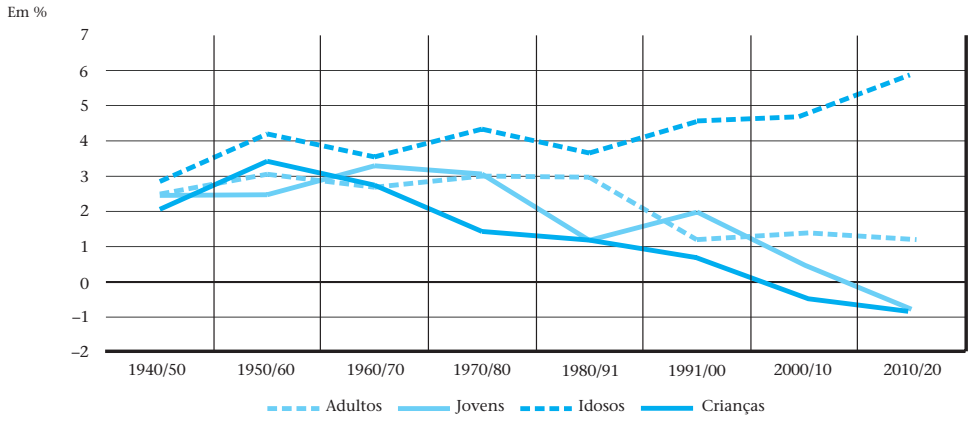
2.1. Quantos são os jovens?

Segundo Bercovich e Madeira (1990), embora as mulheres brasileiras nascidas nas décadas de 1950 e 1960 tenham apresentado níveis de fecundidade muito mais baixos do que as suas mães, o seu grande volume fará com que a população continue a crescer ainda por um tempo expressivo. Esse crescimento populacional residual, denominado inércia demográfica, é um dos determinantes das ondas jovens[2] que se verificaram entre as décadas de 1980 e 1990, com profundos efeitos sociais e demográficos. Cita-se, por exemplo, o crescimento que ela provoca na população em idade ativa (PIA).

O Censo Demográfico de 2000 contou 34 milhões de brasileiros no grupo de 15 a 24 anos. Esse contingente é resultado de uma dinâmica demográfica de aproximadamente 25 anos. O Gráfico 1 apresenta as taxas médias de crescimento dos quatro principais subgrupos populacionais: crianças, jovens, adultos e idosos. Pode-se observar que o cres-

2. Aqui consideradas no plural em razão de sua natureza e intensidade variáveis, tanto temporal quanto espacial.

GRÁFICO 1
TAXAS MÉDIAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO ANUAL — BRASIL, 1940-2000 E PROJEÇÕES PARA 2010 E 2020



Fonte: IBGE, censos demográficos e projeções da Coordenadoria de Família e População.

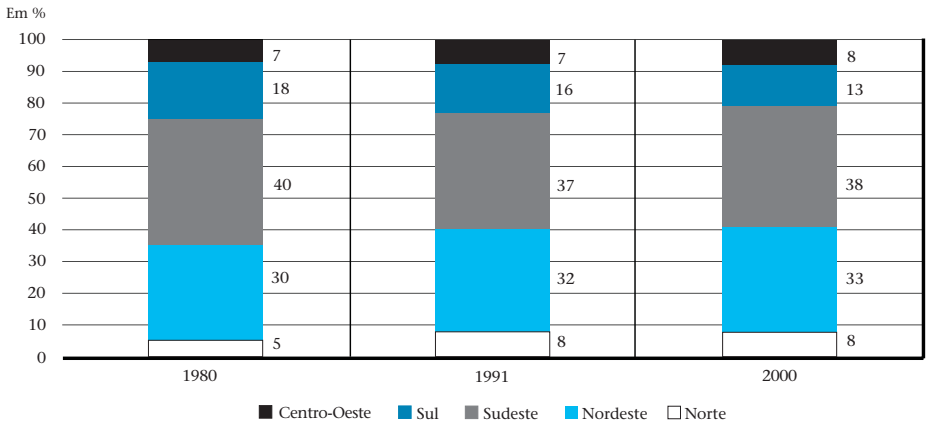
cimento da população não se dá de forma linear e monotônica. As taxas de crescimento dos diversos subgrupos, com exceção do das crianças, apresentam oscilações. A dinâmica demográfica, como salientado por Bercovich e Madeira (1990), acontece de forma ondular, em função dos tamanhos diferenciados de coortes diferenciadas.

A razão de sexos do contingente jovem é de um, ou seja, metade deste é constituída por homens e metade por mulheres. A participação relativa desse contingente no total nacional não se alterou muito; declinou de 21% em 1980 para 20% em 2000. Em relação à PIA, a variação foi mais expressiva, que decresceu de 27,5% para 25%. Ainda que não se tenha observado variações significativas na participação relativa da população jovem, o seu incremento absoluto não pode ser desprezado. Este foi de 3,5 milhões entre 1980 e 1991 e de 5,5 milhões entre 1991 e 2000.

2.2. Onde estão os jovens?

A sua distribuição pelo território nacional acompanha de perto a distribuição da população total (ver Gráfico 2). Visto que grande parte da população brasileira está concentrada na região Sudeste, o mesmo acontece com a população jovem. Embora essa proporção tenha decrescido ligeiramente entre 1980 e 2000, neste último ano ainda se encontravam nessa região 38% da população jovem brasileira. Por outro lado, as regiões

GRÁFICO 2
PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS JOVENS DE CADA REGIÃO NO TOTAL DOS JOVENS BRASILEIROS — 1980, 1991 E 2000



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentaram participações crescentes no total da população jovem brasileira.

O Gráfico 3 apresenta a participação relativa dos jovens de cada região no total da população de suas regiões em 1980, 1991 e 2000. Essas proporções decresceram em todas as regiões, com exceção das regiões Norte e Nordeste. A distribuição espacial da população brasileira é conseqüência de taxas de crescimento vegetativo diferenciadas e de movimentos migratórios. Os jovens constituem um grupo com alta propensão a migrar. Por exemplo, as mais altas taxas de migração rural-urbana são encontradas para esse grupo etário [Camarano e Abramovay (1999)].

Dos 34 milhões de jovens brasileiros em 2000, 12% eram constituídos de pessoas que, neste ano, não residiam no mesmo município em que moravam em 1995.[3] Essa proporção varia entre as regiões. Ela foi mais alta na região Centro-Oeste, 19% e mais baixa na região Nordeste, 9,3%.[4]

2.3. O que fazem os jovens?

Reconhece-se que o grupo aqui chamado de jovens é um grupo bastante heterogêneo. Por exemplo, parte desse contingente já deveria ter terminado o ensino superior e/ou curso médio e deveria estar se preparando para a entrada no mercado de trabalho. No entanto, já foi observado que grandes parcelas de jovens brasileiros não apresentam níveis de escolaridade condizentes com a idade e já participam do mercado de trabalho [Camarano *et alii* (2001)].

Este trabalho classifica os jovens brasileiros segundo a sua participação no mercado de trabalho e freqüência à escola.[5] Estes foram classificados em quatro grupos: só estudam, estudam e trabalham, só trabalham e nem estudam nem trabalham. Dada a heterogeneidade do grupo, este foi dividido em três subgrupos: 15-17, 18-19 e 20-24 anos. A Tabela 1 apresenta o perfil social e econômico dos jovens brasileiros em 1981 e 2001 no que se refere a sua participação no mercado de trabalho e na escola.

Observam-se duas tendências no período de tempo considerado: o aumento da freqüência à escola e a redução da proporção de jovens apenas ocupados. A única exceção ocorre entre jovens mulheres com idades compreendidas entre 20 e 24 anos cuja proporção apresentou um ligeiro acréscimo. Isso deve refletir o aumento generalizado da participação feminina no mercado de trabalho. Entre as mulheres, reduziu a proporção das que não estudam e nem trabalham.

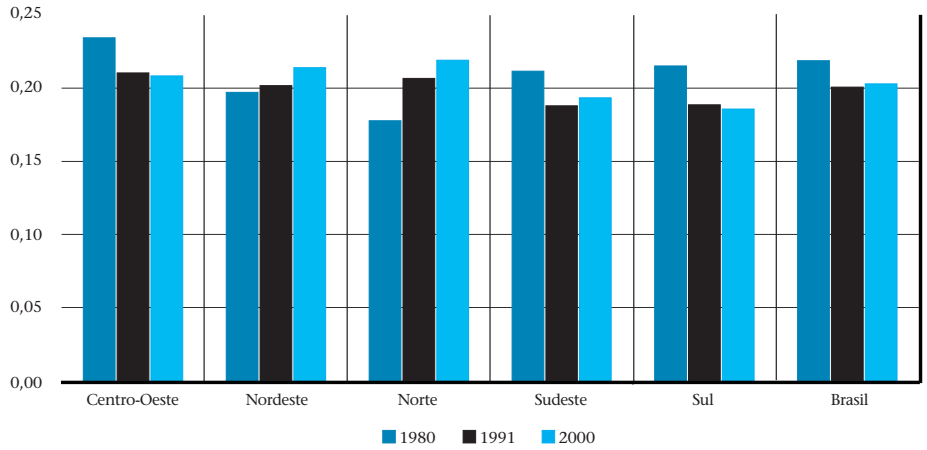
Quando se considera freqüência à escola como um fator positivo, com implicações

3. Neste caso, está se considerando a migração intermunicipal realizada no período 1995-2000.

4. Dados não mostrados, extraídos do Censo Demográfico de 2000.

5. A decomposição do grupo jovem por essas categorias já foi feita em outro trabalho ver [Camarano *et alii* (2001)].

GRÁFICO 3
PROPORÇÃO DE JOVENS NAS GRANDES REGIÕES E BRASIL — 1980,1991 E 2000



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

TABELA 1
DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL DOS JOVENS BRASILEIROS POR OCUPAÇÃO E FREQÜÊNCIA À ESCOLA, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE — BRASIL, 1981

	ESTUDA E É OCUPADO		É SÓ OCUPADO		SÓ ESTUDA		NEM ESTUDA NEM É OCUPADO	
	1981	2001	1981	2001	1981	2001	1981	2001
				HOMENS				
15-17	19,7	26,1	38,9	10,6	32,7	56,0	8,7	7,3
18-19	16,8	24,4	56,4	34,8	16,2	27,5	10,6	13,2
20-24	11,4	15,8	74,0	60,4	5,9	9,8	8,7	14,0
15-24	15,4	20,9	58,0	39,2	17,4	28,1	9,1	11,8
				MULHERES				
15-17	9,8	15,3	22,3	5,6	43,2	64,7	24,7	14,4
18-19	12,0	16,5	28,4	20,0	24,0	34,2	35,6	29,2
20-24	8,6	13,2	34,0	35,3	8,7	13,6	48,7	37,9
15-24	9,7	14,5	28,8	23,0	23,6	33,6	37,8	28,8

Fonte: IBGE/PNADs de 1981 e 2001.

TABELA 2
ESCOLARIDADE MÉDIA DOS JOVENS BRASILEIROS POR OCUPAÇÃO, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE — BRASIL, 1981 E 2001

	ESTUDA E É OCUPADO		É SÓ OCUPADO		SÓ ESTUDA		NEM ESTUDA NEM É OCUPADO	
	1981	2001	1981	2001	1981	2001	1981	2001
				HOMENS				
15-17	5,0	6,2	3,0	4,6	5,7	6,7	3,5	4,4
18-19	7,0	7,6	3,9	6,5	8,1	8,1	4,6	6,7
20-24	9,0	8,7	4,7	7,0	10,4	9,4	5,3	6,6
15-24	6,8	7,4	4,2	6,7	6,9	7,4	4,5	6,2
				MULHERES				
15-17	5,6	7,3	3,5	5,5	6,0	7,1	3,4	5,1
18-19	7,5	8,7	4,6	8,4	7,9	8,4	4,3	6,7
20-24	9,8	10,1	6,0	8,9	9,5	9,3	4,5	6,8
15-24	7,8	8,8	5,1	8,5	7,0	7,8	4,2	6,5

Fonte: IBGE/PNADs de 1981 e 2001.

importantes para a formação pessoal e profissional, pode-se dizer que, na sua grande maioria, os jovens de hoje encontram-se em melhores condições do que os de aproximadamente há 20 anos. Por outro lado, ainda que numericamente menos significativo, um fator preocupante é o aumento observado na percentagem de jovens com mais de 18 anos do sexo masculino que não trabalham nem estudam. Isso ocorreu a despeito de jovens terem apresentado ganhos relativamente expressivos no número de anos de estudo no período analisado (Tabela 2). Desses, quase metade dos homens estava procurando trabalho e 48% das mulheres já tinham constituído as suas famílias, ou seja, eram cônjuges (44,8%) ou chefes dos domicílios. Além disso, 58% já tinham tido filhos.

Desde 1981, a escolaridade feminina apresenta-se mais elevada que a masculina, sendo a diferença tanto maior quanto mais velha for a faixa etária analisada. Isso só não se verificou para o ano de 1981 entre os que só estudam e que não estudam e nem trabalham de 18 a 24 anos. Neste caso, a escolaridade masculina é mais elevada que a feminina. Observaram-se ganhos expressivos no período para ambos os sexos. Os maiores ocorreram entre os jovens só ocupados e os que não estudam e nem trabalham, principalmente entre as mulheres. Ganhos reduzidos

foram verificados para os que estudam, mas os níveis eram mais elevados em 1981 e assim continuaram em 2001. Neste caso, os incrementos foram maiores para os homens.

2.4. Condições de vida

Se as condições de vida dos jovens brasileiros forem avaliadas pelo nível de pobreza dos domicílios onde residem, observa-se que, tanto entre os homens como entre as mulheres, os que estão ocupados, ainda que estudando, são os que se encontram em melhores condições de vida (Tabela 3). Entre eles, é baixa a proporção dos que não tinham nenhum rendimento. Entre os que estudam e trabalham mais de 3/4 ainda não havia completado a transição para a vida adulta, mesmo entre os mais velhos, ou seja, ainda moravam na casa dos pais na condição de filhos. Dos jovens do sexo masculino, 1/4 era chefe de família e 1/3 das mulheres era cônjuge ou chefe. Tais proporções crescem com a idade. Como era de se esperar, os dados sugerem uma associação entre constituição de família e inserção no mercado de trabalho mais clara para os homens.

Os jovens em piores condições de vida são os que não estudam e nem estão ocupados. Isso se verifica para ambos os sexos. Observa-se também nesse grupo a maior proporção de jovens sem nenhum rendimento e a de pessoas procurando trabalho (Tabela 3). Por outro lado, 44,8% dos jovens do sexo feminino eram cônjuges do chefe e 58% já tinham tido filhos. O que chama a atenção é que entre as jovens que vivem nas condições mais precárias é que se encontra a maior proporção das que já formaram suas próprias famílias. Não se sabe se essas mulheres deixaram de estudar e trabalhar porque tiveram filhos e constituíram famílias ou se foi porque buscavam um papel social. Entre os jovens do sexo masculino, aí se encontra a segunda maior proporção de chefes.

Uma parcela não-desprezível dos jovens que estão apenas estudando está também procurando trabalho — 19,5% dos homens e 15,2% das mulheres, proporção essa crescente com a idade. A situação dos indivíduos na família é bastante diferenciada entre os sexos. Aproximadamente 88% dos jovens do sexo masculino encontravam-se na categoria de filhos; proporção que decresce com a idade, mas 83% dos jovens entre 20 e 24 anos ainda moravam com os seus pais. Para as mulheres, as proporções comparáveis são mais baixas. O fato de esses jovens não estarem inseridos no mercado de trabalho pode ser um entrave importante para o processo de constituição de suas famílias. O mesmo não parece ocorrer com as mulheres.

3. O processo de formação de família

Considera-se que o jovem constitui a sua família quando deixa a casa dos pais e assume a chefia de um domicílio ou se casa, tornando-se cônjuge do domicílio. O primeiro fator é estreitamente relacionado à inserção no mercado de trabalho e pressupõe, de alguma forma, uma independência econômica. A demografia reconhece que uma nova família é constituída quando do casamento ou do nascimento do primeiro filho. Não se está considerando aqui a segunda possibilidade, pois, em 2001, 35,3% das jovens brasileiras que tiveram filhos moravam na casa dos pais na condição de filhas ou em casa de parentes.

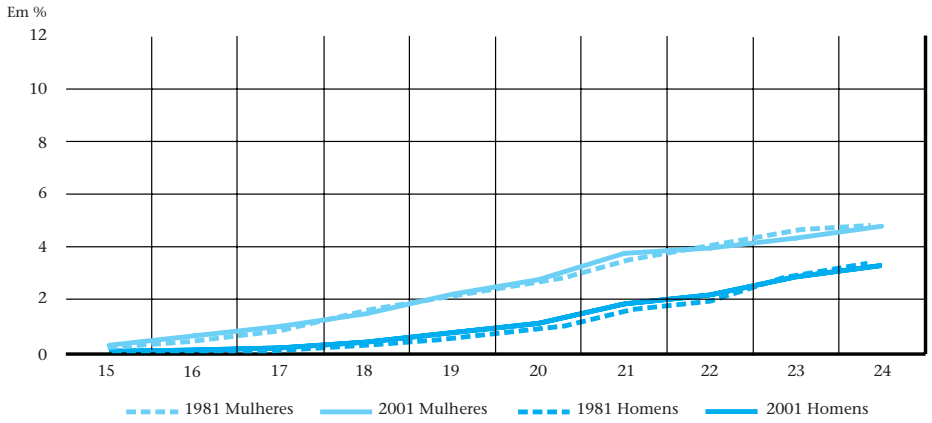
O Gráfico 4 apresenta as probabilidades por sexo e idade simples de um jovem vir a ser chefe ou cônjuge. Observa-se que as chances de uma mulher vir a constituir a sua própria família são mais altas do que para os homens. Isso se dá, provavelmente, pelo fato de a "independência" feminina acontecer apenas pelo casamento. De acordo com a Tabela 4, em 1981, aproximadamente 25% das mulheres jovens formaram a sua família antes dos 25 anos. Em média, isso aconteceu aos 21,4 anos. Quanto aos jovens do sexo masculino, apenas 11,7% chegaram aos 25 anos tendo constituído suas próprias famílias. Entre 1981 e 2001, não se observaram variações expressivas nesses indicadores de transição. Em outras palavras, nos 20 anos estudados não parece ter havido um adiamento da idade em que a população de 15 a 24 anos sai da casa de pais ou parentes. Isso pode estar acontecendo com as pessoas mais velhas.

TABELA 3
ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DOS JOVENS — BRASIL, 2001

	HOMENS				MULHERES			
	15-17	18-19	20-24	TOTAL	15-17	18-19	20-24	TOTAL
JOVENS QUE ESTUDAM E SÃO OCUPADOS								
PROPORÇÃO EM DOMICÍLIOS POBRES OU INDIGENTES	42,8	29,1	18,7	30,9	34,9	22,0	12,6	22,1
PROPORÇÃO DE JOVENS SEM RENDIMENTO	33,8	18,0	8,8	20,9	20,7	8,1	5,4	11,0
DISTRIBUIÇÃO DE JOVENS POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO								
CHEFE	0,4	3,3	13,3	5,7	0,4	0,95	5,33	2,70
CÔNJUGE	0,08	0,02	0,42	0,19	1,5	5,25	14,25	7,98
FILHO	90,5	85,8	74,9	83,8	85,5	78,19	66,14	75,30
OUTRO	9,0	10,9	11,3	10,3	12,5	15,60	14,3	14,0
PROPORÇÃO DE MULHERES QUE TIVERAM FILHOS	-	-	-	-	2,1	7,3	24,1	7,9
JOVENS QUE ESTÃO SÓ OCUPADOS								
PROPORÇÃO EM DOMICÍLIOS POBRES OU INDIGENTES	51,4	33,7	26,3	29,8	43,2	20,8	18,8	21,0
PROPORÇÃO DE JOVENS SEM RENDIMENTO	23,5	11,1	5,7	8,2	19,1	8,7	6,3	7,7
DISTRIBUIÇÃO DE JOVENS POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO								
CHEFE	4,24	9,88	31,18	24,80	0,78	2,25	6,84	5,54
CÔNJUGE	0,16	0,43	1,15	0,93	16,46	17,55	32,78	28,77
FILHO	80,08	74,50	54,87	60,78	61,05	64,97	47,45	51,69
OUTRO	15,52	15,19	12,80	13,49	21,70	15,23	12,93	14,00
PROPORÇÃO DE MULHERES QUE TIVERAM FILHOS	-	-	-	-	19,36	24,05	42,55	37,42
JOVENS QUE SÓ ESTUDAM								
PROPORÇÃO EM DOMICÍLIOS POBRES OU INDIGENTES	38,5	33,0	29,5	35,9	38,2	35,0	28,5	35,7
PROPORÇÃO DE JOVENS À PROCURA DE EMPREGO	12,8	27,2	35,1	19,5	10,0	21,5	24,1	15,2
PROPORÇÃO DE JOVENS SEM RENDIMENTO	96,8	95,5	92,1	95,7	96,2	94,2	91,7	94,9
DISTRIBUIÇÃO DE JOVENS POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO								
CHEFE	0,1	1,1	4,4	1,0	0,1	0,8	2,4	0,7
CÔNJUGE	0,0	0,1	0,1	0,1	1,2	4,5	16,3	4,8
FILHO	90,0	87,1	83,4	88,3	87,4	82,0	68,2	82,5
OUTRO	9,8	11,6	12,2	10,6	11,3	12,8	13,2	12,0
PROPORÇÃO DE MULHERES QUE TIVERAM FILHOS	-	-	-	-	2,0	7,9	21,5	7,1
JOVENS QUE NÃO ESTUDAM NEM SÃO OCUPADOS								
PROPORÇÃO EM DOMICÍLIOS POBRES OU INDIGENTES	62,6	46,3	47,6	50,2	52,9	43,5	46,9	47,1
PROPORÇÃO DE JOVENS À PROCURA DE EMPREGO	29,0	47,0	53,1	46,9	14,2	25,0	24,0	22,7
PROPORÇÃO DE JOVENS SEM RENDIMENTO	94,7	95,3	92,7	93,7	94,3	93,1	91,6	92,3
DISTRIBUIÇÃO DE JOVENS POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO								
CHEFE	0,8	2,5	11,6	7,3	1,3	1,6	3,6	2,8
CÔNJUGE	0,2	0,2	0,8	0,5	25,6	34,4	52,9	44,8
FILHO	84,7	80,5	74,6	78,0	52,9	49,5	32,8	39,4
OUTRO	14,4	16,7	13,0	14,2	20,2	14,5	10,7	13,0
PROPORÇÃO DE MULHERES QUE TIVERAM FILHOS	-	-	-	-	32,2	47,7	67,7	58,0

Fonte: IBGE/PNAD de 2001.

GRÁFICO 4
PROBABILIDADE DE O JOVEM SE TORNAR CHEFE OU CÔNJUGE, SEGUNDO SEXO E IDADE — BRASIL, 1981 E 2001



Fonte: IBGE/PNADs de 1981 e 2001.

TABELA 4
INDICADORES DE TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA — BRASIL, 1981 E 2001
[em %]

	PROPORÇÃO QUE FORMOU FAMÍLIA		IDADE MÉDIA		PROPORÇÃO NA PEA		IDADE MÉDIA	
	1981	2001	1981	2001	1981	2001	1981	2001
HOMENS	11,66	12,55	22,28	22,04	79,72	71,13	19,59	20,02
MULHERES	24,69	25,02	21,40	21,28	41,78	49,13	19,51	20,16

Fonte: IBGE/PNADs de 1981 e 2001.

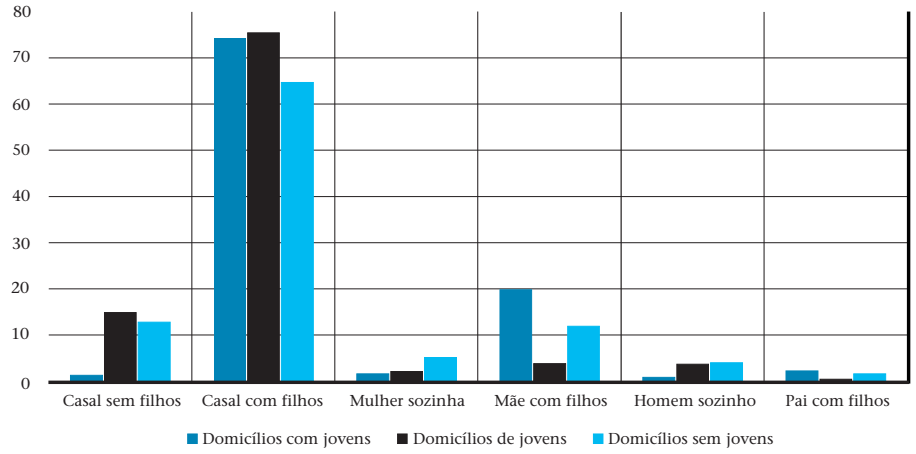
A questão que se coloca agora é avaliar as condições de vida das famílias constituídas pelos jovens comparativamente às das famílias onde os jovens são filhos ou outros parentes. Os domicílios com jovens residindo foram divididos em dois grupos: *domicílio de jovens*, onde o jovem é chefe ou cônjuge, e *domicílios com jovens*, onde os jovens moram na condição de parentes do chefe.

Em 2001, encontravam-se jovens em 45% dos domicílios brasileiros. *Os domicílios de jovens* constituíam 10% do total de domicílios brasileiros e quase 1/4 dos domicílios com jovens residindo. Esses são formados, na grande maioria (75%), por casais com filhos. Aproximadamente 15% são casais sem filhos. É baixa a proporção de domicílios chefiados por mulheres, o que pode ser explicado pelo fato de as cônjuges jovens serem um dos elementos definidores dessa categoria. Os *domicílios com jovens* também são compostos, principalmente, por casais com filhos. Em segundo lugar em importância aparecem os constituídos por mães com filhos (Gráfico 5).

A Tabela 5 apresenta algumas características dos *domicílios de jovens* e *com jovens* comparados aos *domicílios sem jovens*. Observa-se que são esses últimos os que estão em melhores condições de vida, se essas forem medidas pela renda domiciliar *per capita* e pela proporção de domicílios acima da linha de pobreza. Estes são, também, domicílios menores e apresentam uma proporção menor dos casais com filhos. Os que estão em piores condições de vida são os *domicílios de jovens*, o que está associado ao seu momento no ciclo de vida. Nesses domicílios, encontram-se um menor número de pessoas e jovens que trabalham e uma maior dependência da renda do chefe. A escolaridade dos jovens aí residindo é mais baixa que a dos demais jovens.

Os *domicílios com jovens* são maiores, apresentam um maior número de jovens e uma proporção maior de chefes mulheres. Apresentam um número maior de pessoas que trabalham e uma dependência menor da renda do chefe. A contribuição da renda do jovem no orçamento domiciliar é baixa: 15,5%.

GRÁFICO 5
COMPOSIÇÃO DOS DOMICÍLIOS BRASILEIROS — 2001



Fonte: IBGE/PNAD de 2001.

TABELA 5
ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DOS DOMÍCILIOS BRASILEIROS

	DOMÍCILIOS COM JOVENS	DOMÍCILIOS DE JOVENS	DOMÍCILIOS SEM JOVENS
TAMANHO MÉDIO	4,7	3,2	3,0
NÚMERO MÉDIO DE JOVENS	1,6	1,4	-
SEXO DO CHEFE			
HOMENS	72,4	90,0	74,8
MULHERES	27,6	10,0	25,2
IDADE MÉDIA DO CHEFE	49,5	26,2	48,0
RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA*	266,9	184,9	349,0
PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS POBRES OU INDIGENTES	30,0	43,7	26,9
NÚMERO DE FILHOS	2,39	1,09	1,13
ESCOLARIDADE DO CHEFE	5,4	6,4	6,0
ESCOLARIDADE DO JOVEM	7,7	6,7	-
NÚMERO DE PESSOAS QUE TRABALHAM	2,9	1,5	1,6
NÚMERO DE JOVENS QUE TRABALHAM	1,1	0,9	-
CONTRIBUIÇÃO DA RENDA DO JOVEM	15,5	47,3	-
CONTRIBUIÇÃO DA RENDA DO CHEFE	59,8	74,9	71,00

Fonte: IBGE/PNADs de 2001.

Esses arranjos domiciliares estão em piores condições de vida do que os *domícilios sem jovens*.

4. O processo de inserção no mercado de trabalho

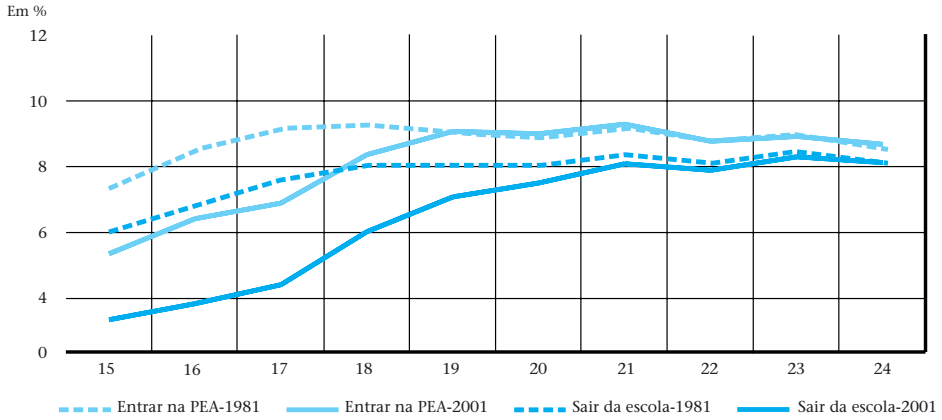
A condição de jovem encerra, ao mesmo tempo, potencialidades associadas a sua capacidade de mudanças, de experimentar inovações e vulnerabilidades conjugadas à baixa experiência profissional. Os jovens experimentam uma escolaridade mais elevada, cresceram em meio ao desenvolvimento da microeletrônica, da informatização e puderam adaptar-se às mudanças delas decorrentes. Por outro lado, a reestruturação produtiva tem aumentado a competitividade do mercado de trabalho, tornando cada vez mais difícil a obtenção do primeiro emprego, o que lhes poderia agregar experiência. Com isso, a transição para a vida adulta tem sido retardada.

A Tabela 4 mostra que a idade média de entrada na população economicamente ativa (PEA) aumentou em aproximadamente meio ano, tanto para homens quanto para mulheres, entre 1981 e 2001. No caso da população masculina, menos jovens chegam aos 24 anos fazendo parte da PEA. Essa percentagem declinou de 79,7% para 71,1% nos 20 anos considerados. Já entre as mulheres, observou-se um aumento na proporção comparável de 41,5% para 49,7%. Por outro lado, os Gráficos 6 e 7 mostram que diminuiu a probabilidade de um jovem sair da escola para ambos os sexos.

No caso da população masculina, a redução da probabilidade de ingresso na PEA ocorreu entre os 15 e os 19 anos de idade. A partir dessa idade, ela não variou em relação a 1981. Já a probabilidade de saída da escola reduziu-se até os 22 anos e não se alterou a partir daí. Parte da redução da participação masculina na atividade econômica tem sido explicada por muitos autores pelo "desemprego pelo desalento". Isto se dá pelo reconhecimento *a priori* da dificuldade de obtenção de emprego, o que faz com que os jovens desistam até de procurá-lo. Entre as mulheres, a probabilidade de ingresso na PEA decresceu entre as de 15 e 17 anos e cresceu a partir daí. A probabilidade de saída da escola decresceu em todas as idades, mas a magnitude do decréscimo é inversamente proporcional à idade.

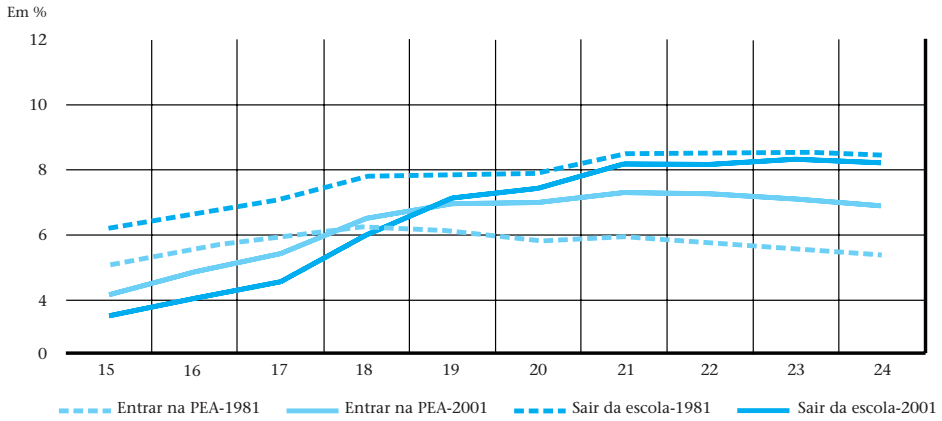
O fato de um jovem participar da PEA não quer dizer que ele esteja ocupado. Pelo con-

GRÁFICO 6
PROBABILIDADE DE O JOVEM BRASILEIRO ENTRAR NO MERCADO DE TRABALHO E SAIR DA ESCOLA, SEGUNDO A IDADE — BRASIL, 1981 E 2001



Fonte: IBGE/PNADs de 1981 e 2001.

GRÁFICO 7
PROBABILIDADE DE A JOVEM BRASILEIRA ENTRAR NO MERCADO DE TRABALHO E SAIR DA ESCOLA, SEGUNDO A IDADE — BRASIL, 1981 E 2001



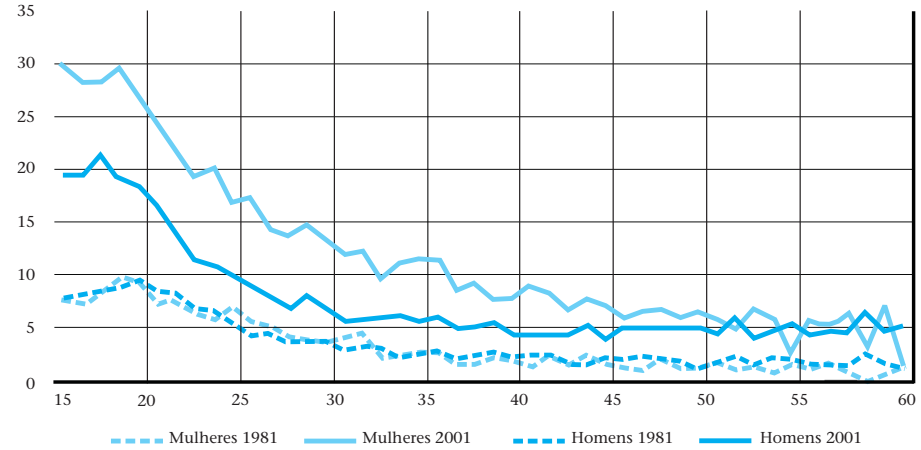
Fonte: IBGE/PNADs de 1981 e 2001.

trário, o aumento da participação feminina tem sido considerado como um dos fatores responsáveis pelo aumento das taxas de desemprego feminino. Pode-se observar, pelo Gráfico 8, o grande aumento verificado nas taxas de desemprego da população brasileira ocorrido entre 1981 e 2001. Esse aumento foi maior para as mulheres e para a população jovem. A taxa de desemprego do segmento jovem cresceu de 7,8% para 18,9%. A taxa correspondente para as mulheres variou de 7,7% para 23,6% no período estudado.

As taxas de desemprego não mostram uma relação linear com o aumento da escolaridade (Gráfico 9). No ano de 2001, as maiores taxas são observadas para homens e mulheres com cinco a oito anos de estudo. A partir daí, os níveis mais altos de escolaridade resultam em taxas mais baixas para as mulheres. Para os homens, a redução só ocorre para os jovens com mais de 12 anos de estudo. Entre 1981 e 2001, o maior crescimento nas taxas de desemprego masculinas ocorreu para o grupo de escolaridade mais elevada, seguido pelo de escolaridade mais baixa. Entre as mulheres, foram as de escolaridade mais baixa as que experimentaram o maior crescimento nas suas taxas de desemprego.

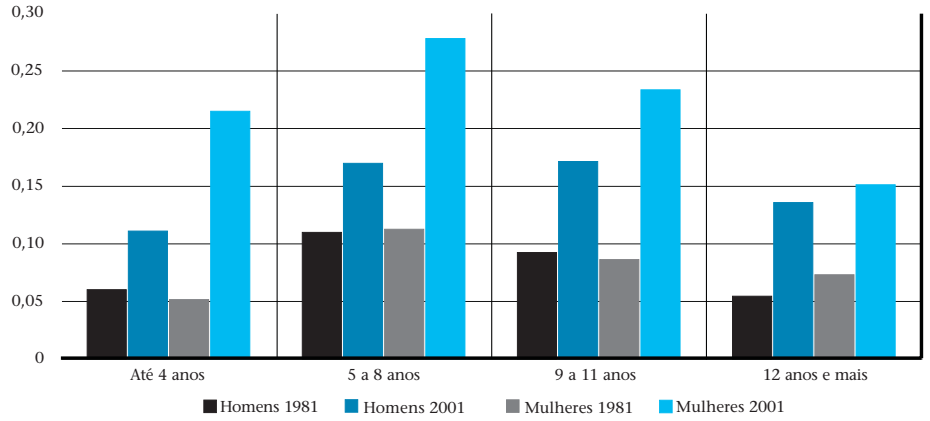
Além de experimentar taxas mais elevadas de desemprego, os ajustes no mercado de trabalho nas últimas duas décadas resultaram também em uma informalização maior da força de trabalho jovem. De acordo com os dados da Relação Anual de Informações So-

GRÁFICO 8
TAXAS DE DESEMPREGO POR IDADE INDIVIDUAL E SEXO — BRASIL, 1981 E 2001



Fonte: IBGE/PNAD de 1981.

GRÁFICO 9
TAXAS DE DESEMPREGO DA POPULAÇÃO JOVEM BRASILEIRA POR ANOS DE ESTUDO — BRASIL, 1981 E 2001



Fonte: IBGE/PNADs de 1981 e 2001.

ciais (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego, a redução nas ocupações formais foi mais acentuada para os jovens. Entre 1989 e 2001, foram destruídos 950 mil postos de empregos formais para trabalhadores com idades entre 15 e 24 anos. Por outro lado, foram criados 3,7 milhões de postos para o restante da população. Já a população de 25 anos e mais cresceu 35% e o emprego formal desse grupo aumentou 20% nesse período. A população jovem cresceu 32% e o número de jovens em empregos formais caiu 14,8%.

A Tabela 6 reforça os resultados obtidos com os dados da Rais mostrando o processo do ponto de vista da declaração dos jovens para as PNADs de 1981 e 2001. Estes também apontam para o mesmo sentido dos registros da Rais, no que se refere à redução dos jovens empregados com carteira nas duas faixas etárias. As maiores reduções foram observadas para a população mais jovem (15-17 anos) e para as mulheres.

O perfil das categorias de ocupação mais freqüentes entre os jovens pouco se alterou nos 20 anos considerados. A mudança mais marcante para ambos os sexos foi a redução da importância relativa das categorias relacionadas a atividades agropecuárias e o aumento da importância das categorias relacionadas ao comércio, refletindo as transformações observadas na esfera produtiva. Observa-se também que a maior demanda pelos jovens do sexo masculino continua a se dar em atividades pouco qualificadas e mal remuneradas, em que os principais requisitos residem na própria "força" da juventude. Por outro lado, as jovens mulheres, embora em proporções decrescentes, continuam predominantemente ocupadas em atividades domésticas.

5. Considerações finais

Do que foi visto, pode-se concluir que, nos 20 anos de análise, a transição da adolescência para a vida adulta ficou mais difícil, principalmente no que se refere à inserção no mercado de trabalho.

Embora ganhos substanciais nos níveis de escolaridade tenham sido observados, as taxas de atividade dos homens jovens diminuíram, as de desemprego cresceram muito, principalmente entre as mulheres, e as relações de trabalho ficaram mais informais. A inserção no mercado de trabalho ficou mais difícil para todos os segmentos populacionais, mas esta dificuldade foi mais intensa para os jovens.

As mulheres iniciam o processo de formação de suas famílias mais cedo do que os homens. Isso, por outro lado, é menos afetado pela sua participação no mercado de trabalho, mas, por outro, afeta a participação futura.

Tabela 6
DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO SEGUNDO GRUPOS DE IDADE E SEXO — BRASIL, 1981 E 2001

	Empregado com carteira		Empregado sem carteira		Conta-própria		Empregador		Não-remunerado	
	1981	2001	1981	2001	1981	2001	1981	2001	1981	2001
					Homens					
15-17	22,0	11,9	43,9	49,7	5,9	6,8	0,1	0,1	28,2	31,4
18-19	33,4	34,1	39,9	41,4	9,0	9,9	0,3	0,4	17,4	14,2
20-24	49,6	46,9	27,2	31,8	13,9	13,5	1,1	1,5	8,2	6,4
15-24	43,7	43,5	19,9	19,0	29,6	29,7	5,8	6,6	1,0	1,2
					Mulheres					
15-17	21,4	15,1	50,3	58,4	6,6	6,3	0,0	0,1	21,6	20,1
18-19	39,9	39,3	39,6	46,2	6,4	5,8	0,0	0,2	14,1	8,5
20-24	52,4	47,5	29,2	37,1	8,9	8,4	0,3	0,8	9,2	6,2
15-24	38,1	44,8	24,7	25,2	25,1	19,3	1,3	3,2	10,7	7,5

Fonte: IBGE/PNADs de 1981 e 2001.

TABELA 7
CATEGORIAS DE OCUPAÇÃO COM MAIOR FREQÜÊNCIA ENTRE OS JOVENS DE 15 A 24 ANOS — 1981 E 2001

PROPORÇÃO	PROPORÇÃO		ANOS DE ESTUDO		REMUNERAÇÃO MÉDIA (R$)
	1981	2001	1981	2001	2000
HOMENS					
TRABALHADOR AGROPECUÁRIO	27,3	18,0	2,6	4,3	89,04
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	6,4	4,3	9,0	10,2	365,08
LOJISTA	5,6	7,9	6,3	8,5	263,40
SERVENTE DE PEDREIRO	4,9	5,2	3,4	5,7	198,68
TRABALHADOR BRAÇAL SEM ESPECIFICAÇÃO	4,8	4,4	2,8	5,7	195,92
PRODUTOR AGROPECUÁRIO AUTÔNOMO	4,2		2,4		
PORTEIRO, VIGIA, SERVENTE	3,6	4,1	5,6	7,8	269,58
MECÂNICO SEM ESPECIFICAÇÃO	3,0	3,1	5,7	7,8	286,49
PEDREIRO	2,6		3,9		
MOTORISTA	2,3	2,3	5,6	7,9	460,72
OUTRAS OCUPAÇÕES OU OCUPAÇÕES MALDEFINIDAS		5,5		8,1	282,85
GARÇOM		2,3		7,7	240,57
MULHERES					
EMPREGADA DOMÉSTICA	25,1	22,0	3,7	6,5	140,11
TRABALHADORA AGROPECUÁRIA	16,2	6,5	2,8	5,0	33,27
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	14,4	13,7	9,8	10,7	342,36
LOJISTA	6,9	12,8	7,2	9,6	249,30
PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL	4,5	4,0	9,4	11,4	289,57
COSTUREIRA	4,0	3,0	5,5	8,4	235,13
CAIXA	2,5	3,2	8,8	10,4	295,30
OUTRAS OCUPAÇÕES OU OCUPAÇÃO MALDEFINIDA	2,4	3,8	7,9	10,8	286,10
GARÇONETE	1,8	3,6	4,8	8,0	187,29
PORTEIRA, VIGIA, SERVENTE	1,5		4,8		
VENDEDORA AMBULANTE		2,4		7,6	147,00

Fonte: IBGE/PNADs de 1981 e 2001.
Obs.: A compatibilização das categorias de ocupação foi feita de acordo com o algoritmo desenvolvido por Valéria Pero utilizado na sua tese de doutorado.

Já as dificuldades enfrentadas pelos jovens do sexo masculino na sua inserção têm levado a uma proporção elevada de jovens vivendo ainda com os pais. Quer dizer, retardando o processo de formação de suas famílias. Ressalte-se, no entanto, que os domicílios de jovens são os que se encontram em piores condições de vida comparados aos demais domicílios.

A literatura fala de uma estreita relação entre as etapas do ciclo familiar e o nível de pobreza [Goldani (1999) e Arriagada (1998)]. As famílias mais vulneráveis são, em geral, as formadas por casais jovens com filhos pequenos. Observou-se que nos domicílios de jovens encontra-se um número maior de pessoas que não trabalham e uma dependência maior da renda do chefe. Por outro lado, o momento no ciclo de vida desses chefes, ou seja, a sua menor idade, com conseqüente menor tempo de vida profissional, os leva a uma renda mais baixa. Embora seja esperado que esses domicílios experimentem piores condições de vida, tal fato e as dificuldades crescentes na inserção no mercado de trabalho colocam novos desafios para as políticas públicas.

Com as restrições orçamentárias crescentes vividas pelo setor público, como assegurar/possibilitar, na transição posterior, de retorno à inatividade característica da velhice, condições dignas de vida? Em um ambiente econômico e social cada vez mais instável, em que condições esses jovens criarão seus filhos? Foi visto que a maior parte das jovens que tiveram filhos encontra-se nos domicílios mais vulneráveis. Essas jovens mulheres e mães não estudam e nem trabalham.

BIBLIOGRAFIA

ARRIAGADA, I. Familias latinoamericanas: convergencias y divergencias de modelos y políticas. *Revista de la Cepal,* n. 65, Ago. 1998.

BERCOVICH, A. M. F. *Descontinuidades demográficas no Brasil e no Estado de São Paulo*. VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Belo Horizonte: Abep, 1990.

CAMARANO, A. A., ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. *Revista Brasileira de Estudos de População,* n. 15, v. 2, p. 45-66, jul.-dez. 1998.

CAMARANO, A. A. *et alii*. Os jovens brasileiros no mercado de trabalho. *Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise,* Rio de Janeiro: IPEA, n. 17, p. 31-38, nov. 2001.

GOLDANI, A. M. O regime demográfico brasileiro nos anos 90: desigualdades, restrições e oportunidades demográficas. *Saúde Sexual e Reprodutiva no Brasil*, p. 25-69, 1999.

SALM, C. Mercado de trabalho brasileiro: uma visão prospectiva. *Revista Brasileira de Estudos de População,* Brasília: Abep, n. 1, p. 83-86, 1992.

ANEXO ESTATÍSTICO

População Economicamente Ativa 01

Ocupação 09

Movimentação de Mão-de-Obra 14

Desemprego 23

Seguro-Desemprego 38

Rendimentos 39

Informalidade 44

A.1 POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA A.1.1 PEA POR REGIÃO METROPOLITANA

MÉDIA	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	TOTAL
1991	4.208.466	6.885.836	1.269.144	1.426.707	1.065.954	992.087	15.848.195
1992	4.183.108	6.938.833	1.286.908	1.425.139	1.088.418	1.009.493	15.931.898
1993	4.228.284	6.936.090	1.297.896	1.466.221	1.101.360	1.026.800	16.056.650
1994	4.235.085	7.094.547	1.408.734	1.528.699	1.099.679	1.065.000	16.431.743
1995	4.283.585	7.282.190	1.404.441	1.599.872	1.111.122	1.073.470	16.754.682
1996	4.342.119	7.603.345	1.451.736	1.642.070	1.123.584	1.110.754	17.273.609
1997	4.325.935	7.598.853	1.455.926	1.735.468	1.137.912	1.114.136	17.368.230
1998	4.397.831	7.705.368	1.494.981	1.773.822	1.191.206	1.122.102	17.685.309
1999	4.370.950	7.758.947	1.498.761	1.773.232	1.187.994	1.131.236	17.721.119
2000	4.486.729	8.046.757	1.557.508	1.869.405	1.218.626	1.210.921	18.389.945
2001	4.287.615	8.243.185	1.581.165	1.893.453	1.249.575	1.243.095	18.498.088
2002	4.478.398	8.477.014	1.617.277	1.932.151	1.274.936	1.239.916	19.019.692
DEZ/01	4.328.730	8.183.086	1.555.030	1.904.503	1.248.418	1.244.782	18.464.549
JAN/02	4.347.664	8.310.377	1.575.213	1.897.222	1.242.696	1.259.520	18.632.692
FEV/02	4.355.554	8.377.235	1.596.710	1.889.891	1.250.675	1.223.184	18.693.249
MAR/02	4.494.486	8.439.403	1.587.866	1.933.927	1.253.477	1.240.332	18.949.491
ABR/02	4.490.613	8.491.948	1.615.684	1.931.557	1.265.566	1.220.489	19.015.857
MAI/02	4.529.483	8.533.103	1.616.468	1.953.162	1.278.455	1.232.616	19.143.287
JUN/02	4.511.292	8.434.058	1.639.131	1.937.035	1.282.660	1.262.724	19.066.900
JUL/02	4.522.671	8.554.384	1.630.993	1.962.920	1.271.497	1.273.379	19.215.844
AGO/02	4.549.609	8.575.368	1.633.636	1.959.618	1.262.306	1.273.364	19.253.901
SET/02	4.513.367	8.591.013	1.646.058	1.949.646	1.283.818	1.287.756	19.271.658
OUT/02	4.497.798	8.611.904	1.636.460	1.948.392	1.284.287	1.260.062	19.238.903
NOV/02	4.485.949	8.504.700	1.629.174	1.939.643	1.293.140	1.193.814	19.046.420
DEZ/02	4.442.289	8.300.673	1.599.927	1.882.803	1.330.653	1.151.751	18.708.096

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

TABELA A.1.2

PEA POR GÊNERO

MÉDIA	MASCULINO	FEMININO
1991	9.744.102	6.104.093
1992	9.889.346	6.042.552
1993	9.882.113	6.174.537
1994	10.073.502	6.358.241
1995	10.153.021	6.601.660
1996	10.383.991	6.889.617
1997	10.375.947	6.992.284
1998	10.471.056	7.214.254
1999	10.421.763	7.299.357
2000	10.722.572	7.667.375
2001	10.781.206	7.716.882
2002	10.950.101	8.069.590
DEZ/01	10.722.515	7.742.034
JAN/02	10.807.018	7.825.675
FEV/02	10.821.821	7.871.428
MAR/02	10.972.818	7.976.671
ABR/02	10.948.581	8.067.276
MAI/02	11.057.483	8.085.805
JUN/02	10.997.455	8.069.446
JUL/02	11.048.794	8.167.050
AGO/02	10.995.727	8.258.171
SET/02	11.049.132	8.222.524
OUT/02	11.030.419	8.208.483
NOV/02	10.897.977	8.148.444
DEZ/02	10.773.984	7.934.111

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

TABELA A.1.3

PEA POR GRAU DE INSTRUÇÃO

MÉDIA	0 - 4	5 - 8	9 - 11	> = 12	TOTAL
1991	6.115.804	4.138.071	3.383.726	2.210.594	15.848.195
1992	5.919.442	4.225.658	3.522.927	2.263.871	15.931.898
1993	5.737.414	4.289.138	3.685.761	2.344.337	16.056.650
1994	5.758.577	4.455.380	3.828.357	2.389.429	16.431.743
1995	5.647.694	4.566.725	4.038.460	2.501.803	16.754.681
1996	5.455.571	4.769.715	4.349.671	2.698.652	17.273.609
1997	5.150.815	4.749.938	4.630.775	2.836.702	17.368.230
1998	4.765.339	4.923.261	5.033.722	2.962.987	17.685.310
1999	4.499.606	4.768.435	5.321.817	3.131.262	17.721.120
2000	4.356.923	4.810.706	5.864.975	3.357.342	18.389.947
2001	4.136.562	4.742.924	6.131.007	3.487.595	18.498.088
2002	3.906.057	4.709.795	6.655.343	3.748.496	19.019.691
DEZ/01	4.011.129	4.813.147	6.245.179	3.395.095	18.464.549
JAN/02	3.887.490	4.752.720	6.425.260	3.567.223	18.632.693
FEV/02	3.878.655	4.716.804	6.446.706	3.651.085	18.693.249
MAR/02	3.922.653	4.739.707	6.580.723	3.706.406	18.949.489
ABR/02	3.949.016	4.709.190	6.615.945	3.741.706	19.015.857
MAI/02	4.034.925	4.648.593	6.678.685	3.781.085	19.143.288
JUN/02	4.035.075	4.653.486	6.600.951	3.777.388	19.066.901
JUL/02	3.953.859	4.693.024	6.700.152	3.868.810	19.215.844
AGO/02	3.894.341	4.694.875	6.784.140	3.880.542	19.253.898
SET/02	3.867.602	4.780.771	6.810.469	3.812.814	19.271.656
OUT/02	3.835.800	4.724.072	6.873.479	3.805.551	19.238.902
NOV/02	3.819.900	4.737.856	6.762.737	3.725.928	19.046.421
DEZ/02	3.793.365	4.666.437	6.584.875	3.663.418	18.708.095

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

A.1 POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA A.1.4 PEA POR FAIXA ETÁRIA

MÉDIA	15 - 17	18 - 24	25 - 29	30 - 39	40 - 49	50 - 59	60 - 64	> = 65
1991	760.623	3.173.872	2.450.650	4.489.691	2.927.412	1.458.858	346.177	240.912
1992	703.997	3.186.693	2.400.777	4.459.276	3.064.626	1.511.405	361.435	243.689
1993	669.518	3.155.279	2.380.297	4.492.902	3.226.514	1.527.883	357.654	246.602
1994	668.242	3.213.225	2.454.774	4.701.770	3.306.159	1.511.000	336.788	239.785
1995	690.723	3.182.082	2.421.867	4.753.810	3.489.569	1.601.258	347.215	268.158
1996	696.981	3.301.156	2.401.704	4.914.157	3.647.189	1.657.282	363.425	291.715
1997	623.975	3.261.650	2.392.182	4.915.073	3.784.091	1.710.061	375.928	305.272
1998	611.536	3.414.493	2.467.260	4.891.011	3.860.012	1.740.052	379.649	321.298
1999	523.642	3.324.941	2.446.217	4.881.118	3.974.530	1.863.489	383.887	323.297
2000	483.067	3.537.197	2.478.331	4.968.178	4.174.661	2.008.486	398.755	341.272
2001	398.377	3.527.662	2.479.035	4.921.035	4.282.040	2.135.170	413.799	340.970
2002	389.166	3.667.472	2.589.980	4.938.190	4.381.554	2.255.053	444.272	354.004
DEZ/01	377.936	3.515.271	2.444.155	4.933.406	4.223.648	2.165.250	421.289	383.593
JAN/02	375.020	3.559.218	2.525.741	4.953.787	4.246.738	2.186.576	422.248	363.364
FEV/02	393.370	3.597.477	2.549.024	4.931.183	4.245.054	2.162.114	450.861	364.167
MAR/02	392.996	3.661.478	2.602.558	4.938.080	4.331.341	2.212.386	447.339	363.311
ABR/02	392.297	3.706.780	2.628.171	4.918.196	4.350.810	2.246.171	433.576	339.856
MAI/02	413.210	3.741.337	2.599.653	4.917.995	4.375.975	2.274.565	452.677	367.875
JUN/02	399.400	3.651.629	2.626.559	4.912.772	4.357.964	2.302.918	450.660	364.997
JUL/02	405.687	3.694.607	2.676.391	4.963.147	4.369.557	2.305.670	436.111	364.673
AGO/02	404.238	3.732.567	2.669.996	4.951.449	4.449.679	2.267.622	436.387	341.960
SET/02	406.384	3.728.227	2.653.988	4.994.229	4.472.663	2.256.534	416.008	343.623
OUT/02	390.258	3.739.845	2.579.188	4.970.611	4.483.531	2.284.723	441.570	349.176
NOV/02	359.875	3.708.779	2.493.065	4.919.068	4.504.310	2.257.777	457.432	346.115
DEZ/02	337.254	3.487.720	2.475.428	4.887.762	4.391.028	2.303.576	486.401	338.927

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

TABELA A.1.5

PEA POR POSIÇÃO NA FAMÍLIA

MÉDIA	CHEFE	CÔNJUGE	FILHO	OUTROS	TOTAL
1991	7.982.033	2.671.412	4.101.100	1.093.650	15.848.195
1992	8.028.371	2.650.555	4.191.551	1.061.421	15.931.898
1993	8.100.633	2.695.080	4.252.416	1.008.521	16.056.650
1994	8.342.412	2.909.325	4.187.035	992.971	16.431.743
1995	8.429.028	3.007.101	4.333.965	984.588	16.754.681
1996	8.577.345	3.156.468	4.487.067	1.052.728	17.273.609
1997	8.639.928	3.183.918	4.530.240	1.014.144	17.368.230
1998	8.654.771	3.260.708	4.678.905	1.090.925	17.685.310
1999	8.720.040	3.267.549	4.696.605	1.036.926	17.721.120
2000	9.032.160	3.511.232	4.843.163	1.003.391	18.389.947
2001	9.066.532	3.500.091	4.943.372	988.092	18.498.088
2002	9.218.760	3.584.568	5.169.274	1.047.090	19.019.691
DEZ/01	9.008.912	3.488.889	4.922.215	1.044.533	18.464.549
JAN/02	9.080.893	3.469.901	5.050.894	1.031.005	18.632.693
FEV/02	9.066.647	3.478.705	5.127.115	1.020.782	18.693.249
MAR/02	9.164.041	3.547.862	5.209.703	1.027.883	18.949.489
ABR/02	9.156.369	3.589.790	5.227.867	1.041.831	19.015.857
MAI/02	9.232.970	3.593.680	5.253.304	1.063.335	19.143.288
JUN/02	9.269.655	3.608.091	5.138.447	1.050.708	19.066.901
JUL/02	9.294.890	3.636.033	5.253.452	1.031.470	19.215.844
AGO/02	9.306.528	3.675.198	5.224.506	1.047.666	19.253.898
SET/02	9.348.880	3.669.965	5.190.772	1.062.039	19.271.656
OUT/02	9.320.774	3.644.039	5.187.039	1.087.049	19.238.902
NOV/02	9.242.210	3.607.554	5.131.324	1.065.333	19.046.421
DEZ/02	9.141.258	3.493.997	5.036.865	1.035.974	18.708.095

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

A.1

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA A.1.6

TAXA DE PARTICIPAÇÃO POR REGIÃO METROPOLITANA (%)

MÉDIA	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	TOTAL
1991	57,52	63,71	61,64	63,79	55,68	61,28	61,07
1992	55,75	62,14	60,50	61,74	55,25	59,40	59,50
1993	55,42	61,09	59,88	61,12	54,44	58,11	58,73
1994	56,35	61,55	61,34	61,56	53,09	58,72	59,30
1995	56,02	61,65	61,37	62,11	52,78	58,39	59,28
1996	55,85	62,58	61,92	62,29	52,12	58,35	59,64
1997	54,96	61,03	60,99	61,69	51,53	57,28	58,53
1998	54,97	60,20	61,03	61,31	52,90	56,05	58,18
1999	53,90	59,22	59,79	59,65	51,63	54,75	57,06
2000	54,40	60,36	60,65	61,11	51,66	56,87	58,02
2001	52,97	59,00	58,85	59,22	50,38	53,88	56,40
2002	54,90	59,01	59,08	58,29	50,39	52,33	56,70
DEZ/01	53,42	57,88	57,83	58,68	49,50	53,28	55,8
JAN/02	53,70	58,69	58,31	58,10	49,13	53,93	56,2
FEV/02	53,40	58,94	58,80	57,46	49,91	52,13	56,1
MAR/02	54,95	59,17	58,07	58,55	50,10	52,83	56,7
ABR/02	55,11	59,47	59,13	58,20	50,70	51,58	56,9
MAI/02	55,35	59,57	58,88	58,20	50,70	52,15	57,1
JUN/02	55,41	59,10	59,86	58,40	50,44	53,26	57,0
JUL/02	55,50	59,50	59,60	59,20	50,00	53,60	57,2
AGO/02	55,80	59,50	59,40	58,90	49,60	53,60	57,2
SET/02	55,50	59,40	60,20	58,90	50,70	54,00	57,3
OUT/02	55,20	59,10	59,50	58,60	50,70	52,90	57,0
NOV/02	54,75	58,56	59,21	58,37	50,74	49,93	56,4
DEZ/02	54,10	57,14	58,01	56,62	51,99	48,04	55,3

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

TABELA A.1.7

TAXA DE PARTICIPAÇÃO POR GÊNERO (%)

MÉDIA	MASCULINO	FEMININO
1991	79,98	44,28
1992	78,35	42,69
1993	77,16	42,51
1994	77,20	43,35
1995	76,67	43,92
1996	76,26	44,86
1997	74,66	44,29
1998	73,70	44,53
1999	72,18	43,88
2000	72,67	45,23
2001	71,00	43,93
2002	70,46	44,99
DEZ/01	69,75	43,81
JAN/02	70,25	44,21
FEV/02	70,09	44,23
MAR/02	71,01	44,62
ABR/02	70,85	45,09
MAI/02	71,19	45,07
JUN/02	70,79	45,21
JUL/02	70,99	45,55
AGO/02	70,44	45,98
SET/02	70,78	45,81
OUT/02	70,40	45,51
NOV/02	69,74	44,99
DEZ/02	69,01	43,65

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

TABELA A.1.8

TAXA DE PARTICIPAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO (%)

MÉDIA	0 - 4	5 - 8	9 - 11	> = 12	TOTAL
1991	53,58	61,01	67,45	80,22	61,02
1992	51,36	59,66	66,33	79,26	59,50
1993	50,40	58,40	65,75	78,17	58,75
1994	51,17	58,49	65,86	78,80	59,28
1995	50,85	58,54	65,45	78,27	59,26
1996	50,26	58,78	65,90	79,23	59,62
1997	48,36	57,29	65,09	78,12	58,51
1998	46,70	57,24	64,70	77,41	58,16
1999	45,03	55,53	63,34	76,51	57,03
2000	44,59	56,35	63,95	77,01	58,00
2001	42,31	54,50	62,03	76,09	56,48
2002	41,28	54,79	63,29	76,42	56,81
DEZ/01	41,53	54,33	62,23	75,56	55,88
JAN/02	41,31	54,84	62,25	76,13	56,32
FEV/02	41,18	54,85	61,96	75,83	56,24
MAR/02	41,58	55,66	62,43	76,60	56,86
ABR/02	41,79	55,31	62,83	77,16	57,03
MAI/02	41,93	55,07	63,76	76,67	57,19
JUN/02	41,74	55,08	63,72	76,95	57,11
JUL/02	41,73	54,88	64,26	76,76	57,37
AGO/02	41,52	54,99	64,08	76,59	57,35
SET/02	41,34	55,23	64,24	77,10	57,43
OUT/02	41,13	54,37	64,10	76,58	57,08
NOV/02	40,55	53,95	63,56	76,04	56,45
DEZ/02	39,61	53,31	62,28	74,64	55,35

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

A.1

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA A.1.9

TAXA DE PARTICIPAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA (%)

MÉDIA	15 - 17	18 - 24	25 - 29	30 - 39	40 - 49	50 - 59	60 - 64	> = 65
1991	35,83	68,58	74,80	74,59	71,73	52,78	32,28	12,00
1992	32,67	66,76	73,49	73,85	70,58	51,75	31,43	11,37
1993	29,97	65,99	73,42	74,15	70,33	51,24	30,40	10,86
1994	28,99	65,10	74,32	75,20	71,65	51,54	29,12	10,79
1995	28,70	65,21	74,77	75,33	72,41	52,21	29,69	11,25
1996	28,00	65,90	75,29	76,15	72,80	52,76	30,80	11,66
1997	24,43	64,32	75,36	75,99	72,13	52,13	30,62	11,46
1998	23,64	64,42	75,75	76,09	71,48	51,37	29,83	11,58
1999	20,38	62,15	75,37	76,03	70,90	51,59	28,87	11,00
2000	19,37	63,67	76,35	76,99	72,49	53,50	29,25	11,08
2001	16,19	61,11	75,83	75,96	71,70	52,79	29,04	10,24
2002	16,11	61,89	76,21	76,58	71,97	52,99	30,10	10,21
DEZ/01	15,62	60,42	74,92	75,90	71,03	52,51	28,69	10,94
JAN/02	15,67	61,12	75,58	75,75	71,91	52,26	28,92	10,57
FEV/02	16,28	60,82	75,51	75,94	71,90	51,64	30,74	10,46
MAR/02	16,05	61,83	75,90	76,60	72,28	52,71	30,94	10,54
ABR/02	16,07	62,56	75,75	76,64	71,89	53,20	30,58	9,99
MAI/02	17,05	62,93	75,34	76,88	71,85	53,46	30,47	10,74
JUN/02	16,63	62,53	75,91	76,83	71,13	54,24	30,25	10,65
JUL/02	16,89	62,61	76,85	76,96	71,57	53,95	30,38	10,58
AGO/02	16,66	62,60	77,56	77,15	72,29	52,78	29,50	10,08
SET/02	16,85	62,51	77,16	77,33	72,38	53,37	28,53	10,05
OUT/02	16,11	62,04	77,46	77,14	72,15	52,91	30,04	10,03
NOV/02	14,95	61,87	76,29	76,36	72,53	52,53	29,78	9,66
DEZ/02	14,05	59,26	75,21	75,44	71,71	52,78	31,08	9,21

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

TABELA A.1.10

TAXA DE PARTICIPAÇÃO POR POSIÇÃO NA FAMÍLIA (%)

MÉDIA	CHEFE	CÔNJUGE	FILHO	OUTROS	TOTAL
1991	76,58	37,34	63,25	57,29	61,02
1992	75,04	35,99	61,62	55,55	59,50
1993	73,94	36,15	60,34	53,82	58,75
1994	74,72	38,22	59,09	53,51	59,28
1995	73,74	39,58	58,74	52,83	59,26
1996	73,75	40,59	58,96	53,76	59,62
1997	72,26	40,51	57,07	52,46	58,51
1998	71,13	40,89	57,01	53,05	58,16
1999	69,60	40,68	55,46	50,75	57,03
2000	70,11	42,83	56,31	49,59	58,00
2001	68,18	41,95	54,63	47,86	56,48
2002	67,59	42,47	55,91	48,71	56,81
DEZ/01	67,10	41,79	53,96	48,61	55,88
JAN/02	67,54	41,43	55,26	48,54	56,32
FEV/02	67,21	41,39	55,52	48,36	56,24
MAR/02	67,84	42,06	56,18	48,68	56,86
ABR/02	67,69	42,73	56,44	48,32	57,03
MAI/02	67,83	42,58	56,57	49,85	57,19
JUN/02	67,99	42,70	56,04	49,27	57,11
JUL/02	68,17	43,08	56,56	48,40	57,37
AGO/02	68,04	43,37	56,22	49,27	57,35
SET/02	68,22	43,35	56,19	49,35	57,43
OUT/02	67,78	43,08	55,85	49,24	57,08
NOV/02	67,12	42,66	55,27	47,76	56,45
DEZ/02	65,66	41,14	54,77	47,50	55,35

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

A.2 OCUPAÇÃO

TABELA A.2.1 NÍVEL DE OCUPAÇÃO POR REGIÃO METROPOLITANA

MÉDIA	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	TOTAL
1991	4.057.111	6.505.758	1.213.895	1.368.044	1.002.996	933.428	15.081.231
1992	4.014.250	6.486.712	1.215.882	1.356.721	996.093	941.118	15.010.777
1993	4.056.071	6.538.017	1.245.827	1.400.854	1.003.125	958.816	15.202.711
1994	4.061.324	6.710.434	1.350.540	1.463.340	1.024.891	989.879	15.600.408
1995	4.136.996	6.905.456	1.341.531	1.539.361	1.050.504	1.001.187	15.975.034
1996	4.183.443	7.125.642	1.365.768	1.565.939	1.059.945	1.034.694	16.335.430
1997	4.164.392	7.096.645	1.376.345	1.646.928	1.070.805	1.027.897	16.383.012
1998	4.159.970	7.043.288	1.386.049	1.646.489	1.087.271	1.018.061	16.341.129
1999	4.134.750	7.114.953	1.390.422	1.636.861	1.090.816	1.018.800	16.386.602
2000	4.251.300	7.446.779	1.445.778	1.724.113	1.122.464	1.092.500	17.082.934
2001	4.099.481	7.715.366	1.494.566	1.754.035	1.151.679	1.131.921	17.347.049
2002	4.236.991	7.763.115	1.524.125	1.794.330	1.183.308	1.145.415	17.647.284
DEZ/01	4.129.426	7.705.483	1.493.582	1.781.047	1.175.204	1.145.264	17.430.006
JAN/02	4.100.204	7.709.691	1.495.721	1.742.709	1.172.018	1.137.736	17.358.079
FEV/02	4.156.548	7.681.802	1.496.047	1.753.559	1.160.967	1.130.508	17.379.431
MAR/02	4.229.422	7.762.679	1.498.461	1.791.927	1.178.154	1.137.748	17.598.391
ABR/02	4.208.839	7.731.953	1.511.272	1.794.256	1.177.229	1.140.575	17.564.124
MAI/02	4.271.767	7.744.620	1.525.308	1.797.788	1.180.128	1.134.714	17.654.325
JUN/02	4.246.119	7.696.188	1.537.343	1.800.963	1.183.303	1.158.031	17.621.947
JUL/02	4.253.161	7.794.131	1.529.968	1.820.994	1.180.190	1.172.054	17.750.498
AGO/02	4.306.483	7.813.485	1.529.806	1.825.675	1.183.146	1.169.795	17.828.390
SET/02	4.267.139	7.795.574	1.540.267	1.821.968	1.188.190	1.189.198	17.802.336
OUT/02	4.254.337	7.831.352	1.540.429	1.820.838	1.183.278	1.172.519	17.802.753
NOV/02	4.253.057	7.793.482	1.545.858	1.794.492	1.180.795	1.118.387	17.686.071
DEZ/02	4.296.815	7.802.426	1.539.022	1.766.789	1.232.301	1.083.712	17.721.065

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

TABELA A.2.2

NÍVEL DE OCUPAÇÃO POR GÊNERO

MÉDIA	MASCULINO	FEMININO
1991	9.275.868	5.805.363
1992	9.332.246	5.678.531
1993	9.372.919	5.829.793
1994	9.588.012	6.012.396
1995	9.693.032	6.282.002
1996	9.864.371	6.471.059
1997	9.828.342	6.554.669
1998	9.728.907	6.612.221
1999	9.689.872	6.696.730
2000	10.029.243	7.053.691
2001	10.149.382	7.197.666
2002	10.209.841	7.437.443
DEZ/01	10.155.155	7.274.851
JAN/02	10.102.751	7.255.328
FEV/02	10.112.464	7.266.967
MAR/02	10.236.554	7.361.837
ABR/02	10.201.149	7.362.975
MAI/02	10.247.207	7.407.118
JUN/02	10.192.408	7.429.539
JUL/02	10.230.220	7.520.278
AGO/02	10.237.505	7.590.885
SET/02	10.290.099	7.512.237
OUT/02	10.268.382	7.534.371
NOV/02	10.166.992	7.519.079
DEZ/02	10.232.367	7.488.698

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME.

TABELA A.2.3

NÍVEL DE OCUPAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO

MÉDIA	0 - 4	5 - 8	9 - 11	> = 12
1991	5.878.403	3.847.265	3.202.251	2.153.312
1992	5.646.197	3.863.969	3.293.742	2.206.870
1993	5.489.234	3.971.740	3.457.760	2.283.978
1994	5.526.679	4.142.516	3.599.424	2.331.788
1995	5.446.139	4.271.083	3.812.055	2.445.757
1996	5.228.892	4.422.069	4.062.443	2.622.026
1997	4.920.843	4.386.951	4.313.935	2.761.281
1998	4.474.137	4.449.702	4.573.661	2.843.629
1999	4.232.378	4.326.863	4.824.416	3.002.944
2000	4.120.479	4.404.945	5.327.524	3.229.986
2001	3.942.708	4.399.932	5.627.415	3.376.993
2002	3.706.965	4.324.659	6.012.648	3.603.013
DEZ/01	3.830.945	4.512.842	5.804.099	3.282.120
JAN/02	3.688.053	4.397.015	5.832.060	3.440.952
FEV/02	3.672.798	4.357.720	5.838.478	3.510.435
MAR/02	3.723.187	4.362.558	5.941.939	3.570.707
ABR/02	3.741.413	4.317.340	5.926.366	3.579.005
MAI/02	3.818.223	4.244.266	5.972.827	3.619.009
JUN/02	3.826.795	4.236.262	5.939.771	3.619.119
JUL/02	3.733.574	4.259.135	6.045.191	3.712.598
AGO/02	3.698.324	4.293.703	6.099.185	3.737.178
SET/02	3.660.060	4.358.525	6.124.712	3.659.039
OUT/02	3.628.953	4.336.669	6.187.251	3.649.880
NOV/02	3.632.861	4.344.245	6.134.156	3.574.809
DEZ/02	3.659.334	4.388.467	6.109.843	3.563.421

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

A.2 OCUPAÇÃO

TABELA A.2.4 NÍVEL DE OCUPAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA

MÉDIA	15 - 17	18 - 24	25 - 29	30 - 39	40 - 49	50 - 59	60 - 64	> = 65
1991	671.196	2.882.065	2.315.721	4.327.338	2.862.885	1.439.607	342.950	239.468
1992	604.388	2.836.005	2.237.397	4.270.071	2.981.046	1.484.012	356.670	241.188
1993	586.473	2.825.848	2.232.486	4.314.918	3.144.471	1.499.615	354.195	244.706
1994	588.349	2.900.554	2.303.013	4.524.538	3.225.555	1.486.775	333.792	237.831
1995	615.612	2.888.206	2.290.113	4.582.476	3.415.097	1.574.941	342.864	265.725
1996	605.529	2.954.547	2.253.013	4.703.151	3.545.811	1.626.379	358.881	288.118
1997	537.143	2.904.732	2.232.959	4.694.572	3.669.120	1.671.668	371.315	301.501
1998	499.288	2.935.883	2.251.607	4.591.651	3.692.407	1.682.573	370.668	317.053
1999	430.025	2.841.753	2.241.857	4.588.290	3.794.808	1.798.502	374.089	317.278
2000	400.713	3.042.619	2.277.449	4.691.202	3.997.451	1.946.477	391.735	335.285
2001	344.805	3.086.621	2.299.641	4.672.004	4.128.163	2.072.608	405.896	337.311
2002	326.924	3.137.623	2.387.483	4.649.524	4.179.139	2.178.688	431.756	349.439
DEZ/01	339.010	3.142.254	2.281.492	4.689.525	4.079.621	2.107.395	414.128	376.581
JAN/02	311.406	3.086.261	2.331.812	4.664.937	4.074.174	2.116.893	416.181	356.416
FEV/02	317.487	3.108.148	2.342.367	4.644.579	4.079.643	2.091.276	439.228	356.704
MAR/02	335.215	3.141.296	2.394.065	4.639.603	4.157.560	2.133.565	439.343	357.743
ABR/02	316.181	3.134.339	2.427.324	4.610.389	4.142.578	2.173.082	425.902	334.328
MAI/02	340.709	3.160.716	2.378.393	4.603.438	4.161.880	2.208.233	441.491	359.465
JUN/02	340.214	3.102.142	2.403.710	4.602.900	4.144.543	2.229.315	442.230	356.894
JUL/02	339.614	3.129.311	2.431.294	4.672.969	4.157.114	2.229.023	429.384	361.789
AGO/02	328.956	3.164.453	2.454.540	4.685.536	4.237.117	2.190.858	428.043	338.885
SET/02	335.330	3.134.888	2.433.668	4.710.692	4.245.577	2.192.974	407.246	341.961
OUT/02	326.320	3.167.353	2.375.016	4.681.473	4.264.096	2.213.821	432.262	342.411
NOV/02	304.727	3.184.950	2.290.127	4.628.247	4.306.249	2.186.526	448.008	337.238
DEZ/02	283.690	3.104.770	2.323.202	4.676.575	4.260.233	2.256.036	482.953	333.606

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

TABELA A.2.5

NÍVEL DE OCUPACÃO POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

MÉDIA	CC	SC	CP	EMPRE	IGN
1991	8.100.113	3.138.779	3.031.013	667.918	143.408
1992	7.736.477	3.325.838	3.142.996	652.557	152.909
1993	7.717.174	3.495.476	3.183.870	660.391	145.801
1994	7.698.589	3.693.913	3.389.385	656.849	161.673
1995	7.743.111	3.847.728	3.507.169	716.085	160.941
1996	7.632.617	4.050.282	3.720.662	752.617	179.253
1997	7.603.265	4.065.808	3.810.842	739.232	163.865
1998	7.495.494	4.156.111	3.783.837	741.463	164.224
1999	7.296.358	4.324.804	3.856.262	747.718	161.461
2000	7.456.465	4.703.301	3.986.839	771.270	165.059
2001	7.812.146	4.689.455	3.984.687	723.528	137.232
2002	7.966.700	4.858.741	3.961.672	724.530	135.641
DEZ/01	7.882.727	4.735.468	4.009.926	680.440	121.444
JAN/02	7.869.302	4.775.825	3.881.892	706.839	124.221
FEV/02	7.927.219	4.738.164	3.890.762	694.581	128.706
MAR/02	7.895.841	4.854.787	3.969.999	739.760	138.003
ABR/02	7.959.476	4.787.552	3.926.852	737.824	152.420
MAI/02	7.965.937	4.861.742	3.951.893	729.037	145.716
JUN/02	7.913.811	4.873.605	3.930.935	755.942	147.655
JUL/02	8.003.044	4.896.329	3.986.141	732.859	132.124
AGO/02	8.095.492	4.921.507	3.965.522	714.640	131.229
SET/02	8.005.471	4.939.615	4.008.156	719.189	129.905
OUT/02	7.965.216	4.945.361	4.040.641	717.985	133.549
NOV/02	8.009.891	4.886.537	3.942.815	716.847	129.981
DEZ/02	7.989.701	4.823.863	4.044.459	728.856	134.186

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

A.2 OCUPAÇÃO

TABELA A.2.6

NÍVEL DE OCUPAÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE

MÉDIA	EXT.MIN	IND.TRAN	SIUP	CONCIV	COM	SERV	ADPUB	AGRO	OUT
1991	36.144	3.348.188	176.549	1.083.333	2.195.681	5.382.887	1.460.841	113.978	1.283.631
1992	35.479	3.082.649	177.347	1.121.110	2.194.223	5.488.279	1.515.874	112.640	1.283.176
1993	32.299	3.075.942	177.932	1.076.255	2.272.518	5.639.194	1.538.441	112.913	1.277.217
1994	37.455	3.079.025	170.080	1.129.093	2.358.312	5.877.612	1.545.485	121.841	1.281.504
1995	31.986	3.115.809	163.627	1.108.262	2.440.445	6.166.619	1.531.924	121.401	1.294.960
1996	29.513	2.979.089	155.741	1.160.477	2.503.514	6.470.735	1.602.481	105.053	1.328.828
1997	31.139	2.864.626	149.253	1.146.879	2.527.574	6.587.973	1.606.916	98.374	1.370.278
1998	26.919	2.731.099	141.370	1.152.583	2.474.687	6.737.359	1.582.416	90.610	1.404.086
1999	25.379	2.655.605	141.188	1.128.651	2.460.617	6.838.064	1.632.376	86.018	1.418.705
2000	25.838	2.745.307	139.752	1.151.716	2.601.358	7.148.417	1.734.001	83.552	1.452.993
2001	25.801	2.794.560	142.440	1.127.198	2.603.472	7.286.746	1.768.329	87.693	1.510.810
2002	26.805	2.798.105	133.136	1.046.777	2.656.064	7.553.255	1.853.709	76.649	1.502.785
DEZ/01	22.372	2.747.457	143.125	1.130.281	2.730.470	7.379.156	1.718.816	75.549	1.482.780
JAN/02	26.757	2.759.233	138.886	1.039.699	2.591.680	7.428.833	1.809.568	74.477	1.488.945
FEV/02	21.709	2.733.199	141.085	1.014.837	2.572.906	7.481.963	1.825.687	67.983	1.520.064
MAR/02	29.282	2.754.984	143.972	1.066.804	2.610.572	7.577.408	1.851.322	80.275	1.483.772
ABR/02	24.521	2.824.892	148.555	1.019.919	2.578.783	7.592.062	1.850.975	76.269	1.448.148
MAI/02	25.194	2.820.005	122.935	1.035.167	2.623.158	7.547.823	1.906.255	77.580	1.496.207
JUN/02	25.352	2.825.688	128.513	1.012.461	2.701.616	7.467.904	1.881.782	78.249	1.500.381
JUL/02	30.156	2.836.148	129.343	1.035.726	2.740.834	7.481.348	1.917.662	64.230	1.515.051
AGO/02	32.581	2.859.802	127.740	1.073.279	2.724.016	7.506.384	1.884.229	74.878	1.545.482
SET/02	28.315	2.831.567	125.700	1.063.496	2.678.993	7.606.696	1.852.832	74.998	1.539.740
OUT/02	31.439	2.804.725	123.718	1.086.130	2.672.733	7.641.363	1.853.765	78.633	1.510.246
NOV/02	26.110	2.776.441	136.056	1.057.227	2.660.509	7.659.139	1.793.835	89.949	1.486.804
DEZ/02	20.241	2.750.577	131.132	1.056.578	2.716.971	7.648.136	1.816.594	82.262	1.498.575

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

A.3 MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA A.3.1.A

ADMISSÕES POR SETOR DE ATIVIDADE

	EXTRAÇÃO MINERAL	INDÚSTRIA TRANSF.	SIUP	CONSTRUÇÃO CIVIL	COMÉRCIO	SERVIÇOS	ADM. PÚBLICA	AGROPECUÁRIA	OUTROS/ IGNORADOS	TOTAL
1997	38.646	1.978.819	61.502	971.788	1.925.543	2.926.184	89.559	404.772	25.194	8.422.007
1998	32.871	1.701.536	52.323	1.002.432	1.919.973	2.895.248	99.322	350.034	13.652	8.067.391
1999	30.619	1.794.460	50.091	919.971	1.882.359	2.940.430	86.262	457.624	19.609	8.181.425
2000	36.878	2.066.171	46.848	1.052.518	2.109.061	3.426.286	79.794	840.289	10.287	9.668.132
2001	34.171	2.121.599	66.214	1.116.777	2.293.126	3.712.195	97.241	905.673	4.647	10.351.643
2002	29.014	1.872.248	43.838	952.789	2.026.176	3.133.889	85.301	893.980	59	9.037.294
DEZ/01	1.595	98.294	4.009	62.044	167.121	229.432	3.840	27.609	52	593.996
JAN/02	2.090	157.530	3.741	85.569	183.467	271.662	5.331	67.089	33	776.512
FEV/02	2.040	149.799	3.803	77.802	158.163	278.490	16.659	59.651	26	746.433
MAR/02	2.596	186.533	4.566	94.798	187.774	320.989	12.829	63.494	0	873.579
ABR/02	2.750	214.262	5.193	96.511	190.977	318.116	11.131	106.934	0	945.874
MAI/02	3.006	189.139	3.951	91.297	188.991	304.775	7.900	137.872	0	926.931
JUN/02	2.282	143.446	3.426	80.287	165.905	256.897	5.948	117.160	0	775.351
JUL/02	2.516	161.943	3.807	94.729	183.182	279.768	8.068	97.566	0	831.579
AGO/02	2.742	176.472	4.483	95.485	194.257	306.447	6.327	76.721	0	862.934
SET/02	3.581	210.451	3.800	91.109	196.954	290.833	4.759	72.575	0	874.062
OUT/02	3.565	184.958	3.629	92.930	210.329	291.518	4.143	62.008	0	853.080
NOV/02	2.568	153.797	2.980	79.867	208.482	269.005	2.715	55.671	0	775.085
DEZ/02	1.846	97.715	3.439	52.272	166.177	214.394	2.206	32.910	0	570.959

Fonte: Caged/MTE.

A.3 MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA A.3.1.B

DESLIGAMENTOS POR SETOR DE ATIVIDADE

	EXTRAÇÃO MINERAL	INDÚSTRIA TRANSF.	SIUP	CONSTRUÇÃO CIVIL	COMÉRCIO	SERVIÇOS	ADM. PÚBLICA	AGROPECUÁRIA	OUTROS/ IGNORADOS	TOTAL
1997	39.727	2.111.967	83.254	958.292	1.859.974	2.865.046	97.273	408.530	33.675	8.457.738
1998	36.175	2.002.205	76.689	1.066.633	1.977.869	2.971.971	100.816	402.022	14.764	8.649.144
1999	31.951	1.779.561	66.090	1.033.114	1.867.783	2.925.528	77.086	577.175	19.138	8.377.426
2000	33.169	1.873.308	62.138	1.054.145	1.933.589	3.142.358	76.612	830.494	4.723	9.010.536
2001	31.720	2.017.777	64.674	1.150.181	2.083.321	3.401.233	85.467	922.801	3.390	9.760.564
2002	25.999	1.864.875	41.541	1.062.081	1.951.397	3.117.097	77.812	909.072	91	9.049.965
DEZ/01	1.960	160.102	3.548	96.966	166.648	275.190	22.083	121.364	58	847.919
JAN/02	1.968	142.510	2.922	83.603	181.170	253.487	6.594	59.999	31	732.284
FEV/02	1.730	140.844	3.160	75.716	147.173	240.474	6.064	49.231	28	664.420
MAR/02	2.436	162.891	3.430	91.302	176.891	283.752	5.710	56.906	1	783.319
ABR/02	2.007	169.658	5.467	86.006	172.555	266.497	5.912	62.680	2	770.784
MAI/02	2.195	163.447	3.358	94.217	170.375	272.332	5.281	59.913	0	771.118
JUN/02	1.810	132.868	3.026	78.830	139.194	224.451	6.037	55.787	2	642.005
JUL/02	2.436	160.897	3.407	92.652	164.043	267.055	6.260	73.592	10	770.352
AGO/02	2.133	159.015	3.427	92.765	167.677	267.536	4.989	87.370	0	784.912
SET/02	2.067	136.203	2.947	85.196	148.867	239.850	4.322	87.298	0	706.750
OUT/02	2.504	168.219	3.285	94.559	172.784	270.531	3.865	100.957	8	816.712
NOV/02	2.426	164.979	3.350	91.099	150.212	259.292	3.085	112.392	1	786.836
DEZ/02	2.287	163.344	3.762	96.136	160.456	271.840	19.693	102.947	8	820.473

Fonte: Caged/MTE.

TABELA A.3.1.c

VARIAÇÃO DO NÍVEL DE EMPREGO FORMAL POR SETOR DE ATIVIDADE

	EXTRAÇÃO MINERAL	INDÚSTRIA TRANSF.	SIUP	CONSTRUÇÃO CIVIL	COMÉRCIO	SERVIÇOS	ADM. PÚBLICA	AGROPECUÁRIA	OUTROS/ IGNORADOS	TOTAL
1997	-1.081	-133.148	-21.752	13.496	65.569	61.138	-7.714	-3.758	-8.481	-35.731
1998	-3.304	-300.669	-24.366	-64.201	-57.896	-76.723	-1.494	-51.988	-1.112	-581.753
1999	-1.332	14.899	-15.999	-113.143	14.576	14.902	9.176	-119.551	471	-196.001
2000	3.709	192.863	-15.290	-1.627	175.472	283.928	3.182	9.795	5.564	657.596
2001	2.451	103.822	1.540	-33.404	209.805	310.962	11.774	-17.128	1.257	591.079
2002	5.583	161.170	5.277	-29.425	283.261	285.797	10.204	40.579	-32	762.414
DEZ/01	-365	-61.808	461	-34.922	473	-45.758	-18.243	-93.755	-6	-253.923
JAN/02	122	15.020	819	1.966	2.297	18.175	-1.263	7.090	2	44.228
FEV/02	310	8.955	643	2.086	10.990	38.016	10.595	10.420	-2	82.013
MAR/02	160	23.642	1.136	3.496	10.883	37.237	7.119	6.588	-1	90.260
ABR/02	743	44.604	-274	10.505	18.422	51.619	5.219	44.254	-2	175.090
MAI/02	811	25.692	593	-2.920	18.616	32.443	2.619	77.959	0	155.813
JUN/02	472	10.578	400	1.457	26.711	32.446	-89	61.373	-2	133.346
JUL/02	80	1.046	400	2.077	19.139	12.713	1.808	23.974	-10	61.227
AGO/02	609	17.457	1.056	2.720	26.580	38.911	1.338	-10.649	0	78.022
SET/02	1.514	74.248	853	5.913	48.087	50.983	437	-14.723	0	167.312
OUT/02	1.061	16.739	344	-1.629	37.545	20.987	278	-38.949	-8	36.368
NOV/02	142	-11.182	-370	-11.232	58.270	9.713	-370	-56.721	-1	-11.751
DEZ/02	-441	-65.629	-323	-43.864	5.721	-57.446	-17.487	-70.037	-8	-249.514

Fonte: Caged/MTE.

A.3

MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA A.3.2.A

ADMISSÕES POR UF

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	DEZ/01	JAN/02
RO	31.709	32.744	34.970	46.788	49.073	51.199	2.501	3.063
AC	6.862	6.826	7.060	9.572	11.416	11.687	645	697
AM	73.087	71.046	62.909	83.079	89.022	86.413	6.107	6.688
RR	4.579	5.346	4.648	4.958	6.015	5.221	398	371
PA	90.487	101.081	109.284	129.505	143.350	143.755	8.603	10.606
AP	7.757	8.938	9.299	9.923	9.735	9.491	674	682
TO	15.771	21.947	19.361	27.829	29.963	31.305	1.480	2.119
MA	44.785	47.828	49.835	57.334	69.239	60.558	3.760	4.386
PI	37.960	39.473	39.385	47.854	48.127	46.875	2.909	3.095
CE	177.216	177.275	179.590	212.751	223.517	215.582	12.952	15.596
RN	59.531	71.776	70.791	85.770	103.114	97.748	5.788	6.892
PB	63.861	61.310	60.384	69.315	78.281	74.189	4.193	5.018
PE	215.627	208.622	209.448	240.023	270.845	254.078	15.797	18.909
AL	55.175	58.711	57.270	80.891	93.729	88.185	3.974	4.125
SE	48.239	50.153	44.155	51.094	54.826	55.944	3.323	7.234
BA	265.493	275.886	275.977	338.769	357.821	348.538	21.544	27.891
MG	1.120.899	1.107.931	1.118.250	1.271.750	1.284.887	1.276.156	70.462	91.059
ES	174.906	159.133	158.196	207.676	221.636	221.484	14.344	16.983
RJ	945.247	893.699	875.308	966.615	1.009.454	890.500	65.442	71.716
SP	2.917.101	2.612.833	2.642.549	3.142.311	3.342.485	3.067.642	178.549	249.475
PR	559.204	536.994	563.098	656.104	735.560	710.236	42.666	53.596
SC	351.628	327.268	378.580	468.212	525.573	531.525	33.308	49.224
RS	630.544	635.081	643.186	761.293	814.128	757.568	50.906	67.878
MS	86.315	89.017	96.390	113.595	127.138	131.314	6.491	10.605
MT	98.625	105.065	120.105	151.152	174.754	182.489	7.643	12.703
GO	207.642	212.735	210.060	265.797	292.087	298.605	18.446	24.696
DF	131.757	148.673	141.337	168.172	185.868	164.092	11.091	11.205
TOTAL	**8.422.007**	**8.067.391**	**8.181.425**	**9.668.132**	**10.351.643**	**9.812.379**	**593.996**	**776.512**

Fonte: Caged/MTE.

FEV/02	MAR/02	ABR/02	MAI/02	JUN/02	JUL/02	AGO/02	SET/02	OUT/02	NOV/02	DEZ/02
3.440	4.609	4.672	4.576	3.868	4.827	5.149	4.619	4.426	4.718	3.232
794	1.000	947	870	970	1.535	1.417	1.004	955	940	558
5.368	7.769	8.100	7.874	6.253	7.164	7.651	8.271	8.633	7.395	5.247
431	445	376	358	376	372	709	616	450	370	347
9.176	10.751	12.537	12.562	11.218	14.321	13.914	13.982	14.191	12.110	8.387
694	749	734	769	722	1.128	1.057	779	800	820	557
2.016	2.540	3.257	3.522	2.436	2.822	3.093	2.758	2.947	2.157	1.638
4.351	5.031	4.743	4.928	5.042	5.738	5.880	5.277	6.298	5.087	3.797
2.476	3.700	3.628	4.259	4.239	5.499	4.613	4.547	4.196	3.500	3.123
14.142	17.522	18.306	18.551	15.518	18.710	20.048	20.168	19.732	21.098	16.191
7.031	7.580	7.696	8.018	6.988	8.873	10.804	10.688	9.045	8.063	6.070
4.425	5.901	6.132	6.206	5.665	8.096	8.108	7.283	6.607	5.899	4.849
16.143	19.017	19.764	20.876	16.373	19.716	27.710	36.169	23.069	20.688	15.644
3.160	4.126	3.585	4.918	3.961	4.320	8.351	31.099	9.779	6.762	3.999
3.914	4.574	4.674	4.138	3.439	4.363	4.659	5.761	5.555	4.249	3.384
23.380	30.491	36.588	30.033	27.384	30.005	31.086	31.268	30.330	28.927	21.155
87.818	106.115	116.004	138.399	119.407	118.253	117.901	107.614	106.634	94.758	72.194
15.286	19.122	21.597	22.624	16.819	18.813	20.111	19.375	19.911	16.942	13.901
66.561	82.577	77.901	77.790	69.205	76.502	77.674	77.224	79.880	76.247	57.223
245.402	273.304	317.611	305.596	252.017	257.740	261.389	255.005	255.927	230.146	164.030
54.695	65.394	74.505	70.999	55.925	58.741	59.965	59.897	64.431	52.847	39.241
48.685	50.288	48.068	43.326	35.282	41.436	43.363	44.943	49.883	45.004	32.023
62.784	76.937	76.115	62.986	50.295	57.290	60.656	60.402	64.638	66.217	51.370
10.921	11.802	13.951	12.675	10.291	10.913	11.677	10.765	10.540	10.396	6.778
15.363	20.700	19.848	17.847	15.851	15.662	14.630	14.238	15.065	12.692	7.890
25.795	27.358	29.673	26.739	22.668	24.124	25.748	26.279	25.351	23.453	16.721
12.182	14.177	14.862	15.492	13.139	14.616	15.571	14.031	13.807	13.600	11.410
746.433	**873.579**	**945.874**	**926.931**	**775.351**	**831.579**	**862.934**	**874.062**	**853.080**	**775.085**	**570.959**

A.3

MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA A.3.2.B

DESLIGAMENTOS POR UF

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	DEZ/01	JAN/02
RO	28.380	35.483	34.703	43.913	46.598	46.444	4.107	2.914
AC	6.727	7.245	6.900	8.241	9.994	10.872	1.038	919
AM	79.671	77.036	70.013	70.035	82.873	75.316	8.320	6.939
RR	5.169	5.179	4.989	4.813	5.612	5.180	374	398
PA	91.948	102.704	103.945	114.331	131.949	130.435	12.722	11.206
AP	8.905	9.229	9.375	8.549	8.980	8.704	903	882
TO	15.530	21.236	21.162	26.223	30.406	30.880	3.074	2.001
MA	44.720	53.709	51.506	53.488	65.606	57.316	5.571	5.568
PI	35.538	40.103	40.412	45.542	48.283	41.549	3.811	3.240
CE	173.185	184.735	173.767	194.972	206.436	184.751	15.029	16.159
RN	62.401	67.773	71.370	76.808	97.249	86.992	7.514	7.969
PB	66.087	64.578	67.019	64.310	78.422	67.029	8.422	6.653
PE	223.317	221.654	217.698	220.157	257.336	236.905	19.547	22.370
AL	62.818	63.979	63.530	68.987	86.998	80.373	5.843	5.151
SE	46.263	51.641	47.532	47.850	54.030	45.108	7.132	3.523
BA	254.852	278.102	274.658	309.138	344.672	311.240	27.091	23.692
MG	1.103.181	1.197.398	1.145.246	1.232.164	1.253.526	1.180.740	93.715	86.843
ES	176.741	170.314	158.536	189.419	199.816	197.932	14.932	15.692
RJ	961.110	935.594	895.301	905.395	950.034	817.854	70.905	74.120
SP	2.960.940	2.909.072	2.752.113	2.901.429	3.159.516	2.867.964	309.269	232.386
PR	551.739	572.659	579.747	627.961	681.703	651.647	61.821	52.494
SC	348.340	347.095	362.891	438.133	473.725	482.084	46.037	40.504
RS	641.946	663.261	646.150	707.801	763.819	714.880	61.884	57.226
MS	83.452	93.091	103.704	107.130	116.204	119.843	11.546	7.985
MT	96.219	113.034	122.958	147.069	161.772	171.610	12.274	10.660
GO	201.005	221.599	212.378	243.807	270.706	279.342	21.982	23.497
DF	127.554	141.641	139.823	152.871	174.299	146.975	13.056	11.293
TOTAL	**8.457.738**	**8.649.144**	**8.377.426**	**9.010.536**	**9.760.564**	**7.321.445**	**847.919**	**732.284**

Fonte: Caged/MTE.

FEV/02	MAR/02	ABR/02	MAI/02	JUN/02	JUL/02	AGO/02	SET/02	OUT/02	NOV/02	DEZ/02
3.263	4.016	4.276	4.224	3.397	4.094	3.978	3.500	4.185	3.932	4.665
776	922	702	826	681	935	984	903	1.074	987	1.163
5.260	6.279	6.076	6.426	5.213	6.473	5.748	5.355	6.520	5.826	9.201
421	394	459	410	375	482	424	424	517	350	526
8.938	10.715	9.594	10.586	9.061	10.520	11.148	11.088	12.879	11.518	13.182
717	744	506	724	656	683	699	653	734	714	992
1.698	2.021	2.140	2.266	2.315	2.798	2.669	2.820	2.899	3.594	3.659
3.951	5.187	4.083	5.003	3.917	4.787	4.632	3.804	5.408	5.033	5.943
2.638	3.223	3.211	3.129	3.397	3.423	4.669	3.192	3.037	4.788	3.602
14.055	16.336	15.045	16.612	13.514	15.508	15.974	13.833	17.386	14.424	15.905
6.788	8.086	6.878	6.837	7.227	8.134	7.213	6.146	7.168	7.051	7.495
6.041	6.120	5.084	5.254	4.270	5.229	5.812	4.888	5.592	5.479	6.607
23.620	27.054	18.466	16.446	13.744	17.791	21.523	16.888	19.973	17.758	21.272
4.050	10.489	17.279	8.511	3.524	4.150	5.371	4.184	5.844	5.921	5.899
2.833	3.854	4.469	3.998	3.139	3.923	4.371	3.440	4.107	3.316	4.135
22.042	26.016	27.291	26.497	23.597	28.030	27.726	25.431	29.030	25.788	26.100
76.175	91.809	91.597	94.398	82.675	109.760	119.332	114.091	119.350	96.178	98.532
14.080	17.167	15.900	17.624	16.241	17.645	16.847	15.441	18.074	15.768	17.453
60.653	77.028	73.076	72.927	60.440	73.735	68.373	60.890	69.124	62.274	65.214
209.072	237.496	243.688	236.905	199.725	233.366	243.456	215.953	260.429	282.529	272.959
49.184	56.633	58.193	54.001	45.355	53.751	53.260	49.662	59.492	55.690	63.932
42.077	46.030	42.033	44.994	32.531	39.521	37.321	35.557	40.498	35.067	45.951
56.634	67.536	63.018	69.773	53.254	63.573	61.130	50.010	57.027	52.624	63.075
7.441	10.636	10.247	10.051	8.627	10.384	10.211	9.250	10.550	11.862	12.599
12.074	13.503	13.489	15.407	13.750	15.756	15.056	14.451	18.711	15.309	13.444
19.477	21.420	22.100	23.805	20.631	22.531	23.923	23.171	25.000	29.680	24.107
10.462	12.605	11.884	13.484	10.749	13.370	13.062	11.725	12.104	13.376	12.861
664.420	**783.319**	**770.784**	**771.118**	**642.005**	**770.352**	**784.912**	**706.750**	**816.712**	**786.836**	**820.473**

A.3

MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA A.3.2.c

VARIAÇÃO DO NÍVEL DE EMPREGO POR UF

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	DEZ/01	JAN/02
RO	3.329	-2.739	267	2.875	2.475	4.755	-1.606	149
AC	135	-419	160	1.331	1.422	815	-393	-222
AM	-6.584	-5.990	-7.104	13.044	6.149	11.097	-2.213	-251
RR	-590	167	-341	145	403	41	24	-27
PA	-1.461	-1.623	5.339	15.174	11.401	13.320	-4.119	-600
AP	-1.148	-291	-76	1.374	755	787	-229	-200
TO	241	711	-1.801	1.606	-443	425	-1.594	118
MA	65	-5.881	-1.671	3.846	3.633	3.242	-1.811	-1.182
PI	2.422	-630	-1.027	2.312	-156	5.326	-902	-145
CE	4.031	-7.460	5.823	17.779	17.081	30.831	-2.077	-563
RN	-2.870	4.003	-579	8.962	5.865	10.756	-1.726	-1.077
PB	-2.226	-3.268	-6.635	5.005	-141	7.160	-4.229	-1.635
PE	-7.690	-13.032	-8.250	19.866	13.509	17.173	-3.750	-3.461
AL	-7.643	-5.268	-6.260	11.904	6.731	7.812	-1.869	-1.026
SE	1.976	-1.488	-3.377	3.244	796	10.836	-3.809	3.711
BA	10.641	-2.216	1.319	29.631	13.149	37.298	-5.547	4.199
MG	17.718	-89.467	-26.996	39.586	31.361	95.416	-23.253	4.216
ES	-1.835	-11.181	-340	18.257	21.820	23.552	-588	1.291
RJ	-15.863	-41.895	-19.993	61.220	59.420	72.646	-5.463	-2.404
SP	-43.839	-296.239	-109.564	240.882	182.969	199.678	-130.720	17.089
PR	7.465	-35.665	-16.649	28.143	53.857	58.589	-19.155	1.102
SC	3.288	-19.827	15.689	30.079	51.848	49.441	-12.729	8.720
RS	-11.402	-28.180	-2.964	53.492	50.309	42.688	-10.978	10.652
MS	2.863	-4.074	-7.314	6.465	10.934	11.471	-5.055	2.620
MT	2.406	-7.969	-2.853	4.083	12.982	10.879	-4.631	2.043
GO	6.637	-8.864	-2.318	21.990	21.381	19.263	-3.536	1.199
DF	4.203	7.032	1.514	15.301	11.569	17.117	-1.965	-88
TOTAL	**-35.731**	**-581.753**	**-196.001**	**657.596**	**591.079**	**2.490.934**	**-253.923**	**44.228**

Fonte: Caged/MTE.

FEV/02	MAR/02	ABR/02	MAI/02	JUN/02	JUL/02	AGO/02	SET/02	OUT/02	NOV/02	DEZ/02
177	593	396	352	471	733	1.171	1.119	241	786	-1.433
18	78	245	44	289	600	433	101	-119	-47	-605
108	1.490	2.024	1.448	1.040	691	1.903	2.916	2.113	1.569	-3.954
10	51	-83	-52	1	-110	285	192	-67	20	-179
238	36	2.943	1.976	2.157	3.801	2.766	2.894	1.312	592	-4.795
-23	5	228	45	66	445	358	126	66	106	-435
318	519	1.117	1.256	121	24	424	-62	48	-1.437	-2.021
400	-156	660	-75	1.125	951	1.248	1.473	890	54	-2.146
-162	477	417	1.130	842	2.076	-56	1.355	1.159	-1.288	-479
87	1.186	3.261	1.939	2.004	3.202	4.074	6.335	2.346	6.674	286
243	-506	818	1.181	-239	739	3.591	4.542	1.877	1.012	-1.425
-1.616	-219	1.048	952	1.395	2.867	2.296	2.395	1.015	420	-1.758
-7.477	-8.037	1.298	4.430	2.629	1.925	6.187	19.281	3.096	2.930	-5.628
-890	-6.363	-13.694	-3.593	437	170	2.980	26.915	3.935	841	-1.900
1.081	720	205	140	300	440	288	2.321	1.448	933	-751
1.338	4.475	9.297	3.536	3.787	1.975	3.360	5.837	1.300	3.139	-4.945
11.643	14.306	24.407	44.001	36.732	8.493	-1.431	-6.477	-12.716	-1.420	-26.338
1.206	1.955	5.697	5.000	578	1.168	3.264	3.934	1.837	1.174	-3.552
5.908	5.549	4.825	4.863	8.765	2.767	9.301	16.334	10.756	13.973	-7.991
36.330	35.808	73.923	68.691	52.292	24.374	17.933	39.052	-4.502	-52.383	-108.929
5.511	8.761	16.312	16.998	10.570	4.990	6.705	10.235	4.939	-2.843	-24.691
6.608	4.258	6.035	-1.668	2.751	1.915	6.042	9.386	9.385	9.937	-13.928
6.150	9.401	13.097	-6.787	-2.959	-6.283	-474	10.392	7.611	13.593	-11.705
3.480	1.166	3.704	2.624	1.664	529	1.466	1.515	-10	-1.466	-5.821
3.289	7.197	6.359	2.440	2.101	-94	-426	-213	-3.646	-2.617	-5.554
6.318	5.938	7.573	2.934	2.037	1.593	1.825	3.108	351	-6.227	-7.386
1.720	1.572	2.978	2.008	2.390	1.246	2.509	2.306	1.703	224	-1.451
82.013	**90.260**	**175.090**	**155.813**	**133.346**	**61.227**	**78.022**	**167.312**	**36.368**	**-11.751**	**-249.514**

A.4 DESEMPREGO

TABELA A.4.1.1 TAXA DE DESEMPREGO ABERTO POR REGIÃO METROPOLITANA - PME (%)

MÉDIA	RJ	SP	POA	BH	RE	SA	TOTAL
1991	3,59	5,52	4,35	4,11	5,90	5,91	4,84
1992	4,04	6,51	5,51	4,81	8,46	6,77	5,78
1993	4,07	5,74	4,02	4,46	8,91	6,62	5,32
1994	4,11	5,42	4,13	4,29	6,81	7,06	5,06
1995	3,42	5,17	4,47	3,78	5,46	6,73	4,65
1996	3,65	6,29	5,92	4,64	5,66	6,84	5,43
1997	3,73	6,60	5,47	5,09	5,89	7,73	5,67
1998	5,41	8,59	7,28	7,18	8,69	9,27	7,60
1999	5,40	8,30	7,23	7,69	8,17	9,94	7,55
2000	5,25	7,45	7,17	7,78	7,88	9,79	7,14
2001	4,38	6,40	5,48	7,36	7,82	8,94	6,23
2002	5,39	8,42	5,76	7,13	7,18	7,60	7,15
DEZ/01	4,60	5,84	3,95	6,48	5,86	7,99	5,60
JAN/02	5,69	7,23	5,05	8,14	5,69	9,67	6,84
FEV/02	4,57	8,30	6,30	7,21	7,17	7,58	7,03
MAR/02	5,90	8,02	5,63	7,34	6,01	8,27	7,13
ABR/02	6,27	8,95	6,46	7,11	6,98	6,55	7,63
MAI/02	5,69	9,24	5,64	7,95	7,69	7,94	7,70
JUN/02	5,88	8,75	6,21	7,02	7,75	8,29	7,50
JUL/02	5,96	8,89	6,19	7,23	7,18	7,96	7,50
AGO/02	5,30	8,90	6,40	6,80	6,30	8,10	7,30
SET/02	5,50	9,30	6,40	6,50	7,40	7,70	7,50
OUT/02	5,41	9,06	5,87	6,55	7,87	6,95	7,37
NOV/02	5,19	8,36	5,11	7,48	8,69	6,32	7,08
DEZ/02	3,27	6,00	3,81	6,16	7,39	5,91	5,24

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.1.2

TAXA DE DESEMPREGO ABERTO - PED (%)

MÉDIA	SP	DF	POA	SAL	BH	RE
1991	7,92	ND	ND	ND	ND	ND
1992	9,13	10,09	8,37	ND	ND	ND
1993	8,68	9,86	7,32	ND	ND	ND
1994	8,13	9,83	7,97	ND	ND	ND
1995	8,95	10,64	7,98	ND	ND	ND
1996	9,93	10,99	9,06	ND	7,85	ND
1997	10,16	10,94	9,51	12,33	8,62	10,45
1998	11,68	12,08	11,02	14,08	10,00	11,77
1999	12,06	14,08	12,03	15,58	11,80	11,78
2000	11,02	13,10	10,60	15,05	11,53	11,34
2001	11,18	13,58	9,71	16,08	11,35	11,97
2002	12,12	ND	9,97	16,38	11,52	11,26
DEZ/01	11,60	12,50	9,20	16,70	10,70	12,10
JAN/02	11,30	13,00	8,90	15,80	10,60	11,10
FEV/02	12,00	13,60	9,20	15,80	11,20	10,50
MAR/02	12,80	14,00	9,90	16,20	12,20	11,30
ABR/02	13,30	13,70	10,40	17,00	12,20	12,00
MAI/02	12,80	13,10	10,70	17,50	12,20	12,10
JUN/02	12,00	12,50	10,70	17,20	11,90	12,50
JUL/02	11,50	12,60	10,30	16,80	11,20	11,90
AGO/02	11,80	12,20	10,30	16,00	11,60	11,40
SET/02	12,20	12,10	10,40	0,00	11,30	10,40
OUT/02	12,30	ND	10,10	16,00	11,70	10,40
NOV/02	12,00	11,90	9,60	16,30	10,90	10,90
DEZ/02	11,40	11,90	9,10	16,00	10,60	10,60

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Dieese.

A.4 DESEMPREGO

TABELA A.4.1.3 TAXA DE DESEMPREGO OCULTO POR DESALENTO - PED (%)

MÉDIA	SP	DF	POA	SAL	BH	RE
1991	0,88	ND	ND	ND	ND	ND
1992	1,33	2,50	1,34	ND	ND	ND
1993	1,32	2,55	1,25	ND	ND	ND
1994	0,93	2,20	0,98	ND	ND	ND
1995	0,93	2,05	0,78	ND	ND	ND
1996	1,25	2,73	1,01	ND	1,53	ND
1997	1,46	2,93	1,11	ND	1,58	3,70
1998	1,89	3,03	1,43	3,35	1,78	4,48
1999	2,15	3,32	2,10	3,63	1,80	4,42
2000	2,01	3,23	2,07	3,39	2,10	4,33
2001	1,76	3,50	1,74	3,03	2,41	ND
2002	1,99	ND	1,88	3,20	ND	ND
DEZ/01	1,60	3,00	1,90	3,00	2,40	ND
JAN/02	2,10	ND	2,00	3,00	2,50	ND
FEV/02	2,30	ND	2,30	3,20	2,60	ND
MAR/02	2,30	3,40	2,30	3,50	2,70	ND
ABR/02	1,90	3,40	2,00	3,40	ND	ND
MAI/02	1,80	3,40	1,80	3,10	ND	ND
JUN/02	1,80	3,60	1,80	3,00	ND	ND
JUL/02	1,90	3,50	2,00	3,20	ND	ND
AGO/02	2,00	3,30	1,80	3,50	ND	ND
SET/02	2,10	3,30	ND	ND	ND	ND
OUT/02	2,00	ND	1,50	3,30	ND	ND
NOV/02	1,80	3,80	1,70	3,00	ND	ND
DEZ/02	1,90	3,90	1,60	2,70	ND	ND

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Dieese.

TABELA A.4.1.4

TAXA DE DESEMPREGO OCULTO POR PRECARIEDADE - PED (%)

MÉDIA	SP	DF	POA	SAL	BH	RE
1991	2,83	ND	ND	ND	ND	ND
1992	4,46	2,94	4,54	ND	ND	ND
1993	4,66	2,76	3,76	ND	ND	ND
1994	3,03	2,58	2,40	ND	ND	ND
1995	3,27	2,78	1,92	ND	ND	ND
1996	3,79	3,23	2,84	ND	3,31	ND
1997	4,05	3,93	2,74	ND	3,01	5,05
1998	4,63	4,17	3,10	7,26	3,81	5,26
1999	5,13	4,24	4,78	8,32	4,34	5,82
2000	4,64	3,47	4,24	8,30	4,21	5,16
2001	4,53	3,78	3,48	8,10	4,43	ND
2002	4,85	ND	3,47	7,77	ND	ND
DEZ/01	4,60	3,50	3,70	7,70	4,60	ND
JAN/02	4,50	ND	3,60	8,10	4,40	ND
FEV/02	4,80	ND	3,50	8,30	4,30	ND
MAR/02	4,80	4,10	3,60	7,90	4,00	ND
ABR/02	5,10	4,00	3,30	7,80	ND	ND
MAI/02	5,10	4,40	3,50	7,80	ND	ND
JUN/02	5,00	4,30	3,40	7,80	ND	ND
JUL/02	4,70	4,20	3,60	7,70	ND	ND
AGO/02	4,40	4,00	3,30	7,60	ND	ND
SET/02	4,70	4,10	ND	ND	ND	ND
OUT/02	4,70	ND	3,50	7,30	ND	ND
NOV/02	5,20	4,20	3,50	7,50	ND	ND
DEZ/02	5,20	4,00	3,50	7,80	ND	ND

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Dieese.

A.4 DESEMPREGO

TABELA A.4.1.5

TAXA DE DESEMPREGO TOTAL - PED (%)

MÉDIA	SP	DF	POA	SAL	BH	RE
1991	11,63	ND	ND	ND	ND	ND
1992	14,93	15,45	14,26	ND	ND	ND
1993	14,68	15,17	12,33	ND	ND	ND
1994	14,30	14,62	11,34	ND	ND	ND
1995	13,16	15,47	10,68	ND	ND	ND
1996	14,97	16,95	12,91	ND	12,70	ND
1997	15,72	17,81	13,36	21,44	13,23	19,15
1998	18,18	19,26	15,54	24,68	15,58	21,49
1999	19,28	21,63	18,90	27,53	17,93	22,01
2000	17,67	19,78	16,91	26,68	17,84	20,79
2001	17,51	20,14	14,93	27,22	18,18	21,12
2002	18,97	20,26	15,32	27,35	18,07	20,41
DEZ/01	17,80	19,00	14,80	27,40	17,70	20,50
JAN/02	17,90	20,00	14,50	26,90	17,50	20,20
FEV/02	19,10	20,80	15,00	27,30	18,10	19,90
MAR/02	19,90	21,50	15,80	27,60	18,90	21,10
ABR/02	20,40	21,10	15,70	28,20	18,40	21,80
MAI/02	19,70	20,90	16,00	28,40	18,40	21,70
JUN/02	18,80	20,40	15,90	28,00	18,20	21,60
JUL/02	18,10	20,30	15,90	27,70	17,70	20,80
AGO/02	18,30	19,50	15,40	27,10	18,10	20,00
SET/02	18,90	19,50	15,50	0,00	17,70	19,30
OUT/02	19,00	19,40	15,10	26,60	18,20	19,20
NOV/02	19,00	19,90	14,80	26,80	17,60	19,90
DEZ/02	18,50	19,80	14,20	26,50	17,50	19,40

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Dieese.

TABELA A.4.2

TAXA DE DESEMP. POR GÊNERO - PME (%)

MÉDIA	MASCULINO	FEMININO
1991	4,81	4,89
1992	5,63	6,03
1993	5,15	5,59
1994	4,82	5,45
1995	4,53	4,84
1996	5,01	6,08
1997	5,28	6,26
1998	7,09	8,34
1999	7,03	8,26
2000	6,46	8,01
2001	5,86	6,73
2002	6,76	7,83
DEZ/01	5,29	6,03
JAN/02	6,52	7,29
FEV/02	6,55	7,68
MAR/02	6,71	7,71
ABR/02	6,83	8,73
MAI/02	7,33	8,39
JUN/02	7,32	7,93
JUL/02	7,41	7,92
AGO/02	6,90	8,08
SET/02	6,87	8,64
OUT/02	6,91	8,21
NOV/02	6,71	7,72
DEZ/02	5,03	5,61

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.3

TAXA DE DESEMPREGO POR GRAU DE INSTRUÇÃO - PME (%)

MÉDIA	0 - 4	5 - 8	9 - 11	> = 12
1991	3,88	7,03	5,37	2,59
1992	4,62	8,56	6,50	2,52
1993	4,33	7,40	6,19	2,57
1994	4,03	7,03	6,00	2,41
1995	3,57	6,47	5,60	2,24
1996	4,15	7,30	6,61	2,85
1997	4,46	7,65	6,84	2,66
1998	6,11	9,62	9,13	4,03
1999	5,94	9,27	9,39	4,04
2000	5,42	8,43	9,17	3,80
2001	4,67	7,31	8,19	3,12
2002	5,09	8,18	9,65	3,88
DEZ/01	4,49	6,24	7,06	3,33
JAN/02	5,13	7,48	9,23	3,54
FEV/02	5,31	7,61	9,43	3,85
MAR/02	5,08	7,96	9,71	3,66
ABR/02	5,26	8,32	10,42	4,35
MAI/02	5,37	8,70	10,57	4,29
JUN/02	5,16	8,97	10,02	4,19
JUL/02	5,57	9,25	9,78	4,04
AGO/02	5,03	8,54	10,10	3,69
SET/02	5,37	8,83	10,07	4,03
OUT/02	5,39	8,20	9,98	4,09
NOV/02	4,90	8,31	9,29	4,06
DEZ/02	3,53	5,96	7,21	2,73

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

A.4

DESEMPREGO

TABELA A.4.4

TAXA DE DESEMPREGO POR FAIXA ETÁRIA - PME (%)

MÉDIA	15 - 17	18 - 24	25 - 29	30 - 39	40 - 49	50 - 59	60 - 64	> = 65
1991	11,73	9,18	5,50	3,62	2,21	1,32	0,93	0,59
1992	14,10	11,00	6,80	4,24	2,73	1,81	1,31	1,01
1993	12,38	10,44	6,21	3,96	2,55	1,85	0,96	0,76
1994	12,01	9,72	6,18	3,77	2,45	1,60	0,89	0,82
1995	10,88	9,23	5,44	3,60	2,13	1,64	1,25	0,91
1996	13,09	10,49	6,20	4,29	2,78	1,87	1,25	1,23
1997	13,90	10,94	6,65	4,48	3,04	2,25	1,23	1,23
1998	18,31	14,00	8,73	6,12	4,34	3,30	2,37	1,32
1999	17,86	14,53	8,36	6,00	4,52	3,48	2,55	1,85
2000	16,92	13,98	8,11	5,57	4,25	3,10	1,77	1,75
2001	13,41	12,50	7,24	5,06	3,59	2,93	1,91	1,07
2002	16,89	14,50	8,01	5,80	4,46	3,10	1,86	1,66
DEZ/01	10,30	10,61	6,66	4,94	3,41	2,67	1,70	1,83
JAN/02	16,96	13,29	7,68	5,83	4,06	3,19	1,44	1,91
FEV/02	19,29	13,60	8,11	5,81	3,90	3,28	2,58	2,05
MAR/02	14,70	14,21	8,01	6,04	4,01	3,56	1,79	1,53
ABR/02	19,40	15,44	7,64	6,26	4,79	3,25	1,77	1,63
MAI/02	17,55	15,52	8,51	6,40	4,89	2,92	2,47	2,29
JUN/02	14,82	15,05	8,48	6,31	4,90	3,20	1,87	2,22
JUL/02	16,29	15,30	9,16	5,85	4,86	3,32	1,54	0,79
AGO/02	18,62	15,22	8,07	5,37	4,78	3,39	1,91	0,90
SET/02	17,48	15,91	8,30	5,68	5,08	2,82	2,11	0,48
OUT/02	16,38	15,31	7,92	5,82	4,89	3,10	2,11	1,94
NOV/02	15,32	14,12	8,14	5,91	4,40	3,16	2,06	2,56
DEZ/02	15,88	10,98	6,15	4,32	2,98	2,06	0,71	1,57

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.5

TAXA DE DESEMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE - PME (%)

MÉDIA	IND. TR.	CONS. CIV	COMÉRCIO	SERVIÇOS	OUTRAS
1991	6,48	5,61	5,34	4,75	0,63
1992	7,67	6,86	6,26	5,63	0,85
1993	6,59	6,59	5,66	5,23	0,86
1994	6,25	6,03	5,42	5,05	0,80
1995	5,85	5,45	5,04	4,64	0,77
1996	6,90	5,94	6,02	5,50	0,79
1997	7,05	6,23	6,37	5,76	0,92
1998	9,09	8,88	7,98	7,74	1,12
1999	8,33	9,32	8,07	7,76	1,16
2000	7,56	8,59	7,40	7,43	1,16
2001	6,77	7,76	6,66	6,33	1,20
2002	8,13	8,51	7,84	7,15	1,17
DEZ/01	6,49	6,62	5,83	5,81	0,99
JAN/02	7,05	8,89	8,09	6,63	1,17
FEV/02	8,07	9,23	7,64	6,81	1,03
MAR/02	8,35	8,09	7,73	6,97	1,41
ABR/02	8,59	9,00	8,56	7,32	1,41
MAI/02	8,54	8,78	8,75	7,92	1,21
JUN/02	9,12	10,06	7,65	7,56	1,12
JUL/02	8,56	10,03	7,97	7,71	1,10
AGO/02	8,39	8,78	7,76	7,53	1,05
SET/02	8,46	8,76	8,58	7,56	1,15
OUT/02	8,03	7,49	8,04	7,51	1,35
NOV/02	8,29	8,03	7,64	7,13	1,20
DEZ/02	6,09	5,04	5,71	5,18	0,84

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

A.4 DESEMPREGO

TABELA A.4.6 TAXA DE DESEMPREGO POR POSIÇÃO NA FAMÍLIA - PME (%)

MÉDIA	CHEFE	CÔNJUGE	FILHO	OUTROS
1991	3,08	2,59	9,38	6,16
1992	3,66	3,38	11,01	7,16
1993	3,39	3,08	10,04	6,83
1994	3,22	3,11	9,72	6,68
1995	2,95	2,87	8,97	5,67
1996	3,42	3,79	10,02	7,25
1997	3,70	3,90	10,36	7,08
1998	5,05	5,43	13,42	9,29
1999	5,04	5,19	13,45	9,10
2000	4,58	5,16	12,85	9,04
2001	4,12	4,24	11,20	7,64
2002	4,73	4,90	12,81	9,26
DEZ/01	3,95	3,54	9,92	6,41
JAN/02	4,82	4,43	11,87	8,10
FEV/02	4,73	4,56	12,45	8,66
MAR/02	4,82	5,29	12,07	9,05
ABR/02	5,05	5,40	13,32	9,53
MAI/02	5,11	4,96	13,85	10,52
JUN/02	5,16	5,00	13,32	9,73
JUL/02	5,01	5,13	13,66	9,27
AGO/02	4,75	5,03	13,26	10,13
SET/02	4,76	5,77	13,45	10,76
OUT/02	4,70	5,10	13,55	10,08
NOV/02	4,76	4,74	12,71	9,13
DEZ/02	3,16	3,39	10,23	6,19

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.7

COMPOSIÇÃO DO DESEMP. POR GÊNERO (%)

MÉDIA	MASCULINO	FEMININO
1991	61,05	38,95
1992	60,48	39,52
1993	59,63	40,37
1994	58,40	41,60
1995	59,00	41,00
1996	55,39	44,61
1997	55,58	44,42
1998	55,21	44,79
1999	54,84	45,16
2000	53,05	46,95
2001	54,89	45,11
2002	53,94	46,06
DEZ/01	54,84	45,16
JAN/02	55,25	44,75
FEV/02	53,99	46,01
MAR/02	54,49	45,51
ABR/02	51,49	48,51
MAI/02	54,42	45,58
JUN/02	55,71	44,29
JUL/02	55,86	44,14
AGO/02	53,19	46,81
SET/02	51,66	48,34
OUT/02	53,06	46,94
NOV/02	53,74	46,26
DEZ/02	54,87	45,13

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.8

COMPOSIÇÃO DO DESEMP. POR SETOR DE ATIVIDADE (%)

MÉDIA	IND. TRAN.	CONCIV	COM	SERV	OUT	IGN
1991	30,25	8,38	16,15	35,03	2,52	7,66
1992	27,84	8,98	15,88	35,60	2,90	8,81
1993	25,43	8,89	15,97	36,42	3,18	10,10
1994	24,65	8,73	16,22	37,59	3,04	9,77
1995	24,78	8,21	16,61	38,52	3,14	8,73
1996	23,54	7,80	17,09	40,08	2,72	8,77
1997	22,07	7,73	17,47	40,88	3,06	8,80
1998	20,33	8,37	15,96	42,07	2,75	10,53
1999	18,07	8,68	16,18	43,09	2,90	11,09
2000	17,19	8,27	15,87	43,87	3,09	11,71
2001	17,64	8,23	16,14	42,82	3,72	11,45
2002	18,06	7,10	16,47	42,42	3,10	12,84
DEZ/01	18,43	7,74	16,35	43,99	3,32	10,16
JAN/02	16,41	7,96	17,90	41,40	3,29	13,04
FEV/02	18,27	7,85	16,21	41,62	2,83	13,22
MAR/02	18,57	6,95	16,18	42,03	3,79	12,49
ABR/02	18,28	6,95	16,64	41,31	3,50	13,32
MAI/02	17,68	6,69	16,90	43,59	2,99	12,15
JUN/02	19,62	7,83	15,49	42,25	2,83	11,98
JUL/02	18,11	7,88	16,21	42,62	2,77	12,41
AGO/02	18,37	7,25	16,09	42,90	2,72	12,67
SET/02	17,80	6,95	17,11	42,33	2,86	12,95
OUT/02	17,05	6,12	16,27	43,21	3,43	13,92
NOV/02	18,44	6,78	16,19	43,25	3,15	12,18
DEZ/02	18,06	5,68	16,65	42,33	3,04	14,24

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

A.4 DESEMPREGO

TABELA A.4.9 COMPOSIÇÃO DO DESEMPREGO POR POSIÇÃO NA FAMÍLIA (%)

MÉDIA	CHEFE	CÔNJUGE	FILHO	OUTROS
1991	32,06	9,02	50,14	8,79
1992	31,94	9,71	50,09	8,26
1993	32,18	9,72	50,05	8,05
1994	32,26	10,88	48,85	8,01
1995	31,88	11,06	49,89	7,16
1996	31,22	12,77	47,89	8,13
1997	32,47	12,60	47,64	7,29
1998	32,54	13,17	46,74	7,55
1999	32,90	12,69	47,34	7,07
2000	31,62	13,86	47,58	6,94
2001	32,43	12,88	48,12	6,56
2002	31,81	12,81	48,30	7,08
DEZ/01	34,41	11,92	47,20	6,47
JAN/02	34,35	12,05	47,05	6,55
FEV/02	32,62	12,06	48,59	6,73
MAR/02	32,67	13,89	46,56	6,88
ABR/02	31,82	13,36	47,98	6,84
MAI/02	31,66	11,97	48,86	7,51
JUN/02	33,08	12,48	47,36	7,07
JUL/02	31,78	12,72	48,98	6,52
AGO/02	30,99	12,97	48,60	7,45
SET/02	30,31	14,40	47,52	7,77
OUT/02	30,49	12,94	48,95	7,63
NOV/02	32,36	12,56	47,93	7,15
DEZ/02	29,31	11,99	52,20	6,50

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.10

COMPOSIÇÃO DO DESEMPREGO POR FAIXA ETÁRIA (%)

MÉDIA	15 - 17	18 - 24	25 - 29	30 - 39	40 - 49	50 - 59	60 - 64	> = 65
1991	11,66	38,05	17,59	21,17	8,41	2,51	0,42	0,19
1992	10,81	38,07	17,74	20,54	9,07	2,97	0,52	0,27
1993	9,72	38,58	17,31	20,84	9,61	3,31	0,41	0,22
1994	9,61	37,61	18,26	21,32	9,70	2,91	0,36	0,24
1995	9,63	37,69	16,90	21,98	9,55	3,38	0,56	0,31
1996	9,75	36,94	15,85	22,49	10,81	3,29	0,48	0,38
1997	8,81	36,23	16,16	22,38	11,67	3,90	0,47	0,38
1998	8,35	35,61	16,04	22,27	12,47	4,28	0,67	0,32
1999	7,02	36,21	15,31	21,94	13,47	4,87	0,73	0,45
2000	6,30	37,84	15,37	21,19	13,56	4,74	0,54	0,46
2001	4,65	38,32	15,59	21,64	13,37	5,44	0,69	0,32
2002	4,80	38,81	15,15	20,87	14,26	5,09	0,60	0,43
DEZ/01	3,76	36,06	15,72	23,57	13,92	5,59	0,69	0,68
JAN/02	4,99	37,11	15,21	22,66	13,54	5,47	0,48	0,55
FEV/02	5,78	37,24	15,73	21,81	12,59	5,39	0,89	0,57
MAR/02	4,28	38,50	15,43	22,09	12,86	5,83	0,59	0,41
ABR/02	5,24	39,43	13,84	21,20	14,34	5,03	0,53	0,38
MAI/02	4,87	39,00	14,86	21,13	14,38	4,45	0,75	0,56
JUN/02	4,10	38,03	15,42	21,45	14,77	5,09	0,58	0,56
JUL/02	4,51	38,58	16,73	19,80	14,50	5,23	0,46	0,20
AGO/02	5,28	39,85	15,11	18,65	14,91	5,39	0,59	0,22
SET/02	4,84	40,38	14,99	19,30	15,46	4,33	0,60	0,11
OUT/02	4,45	39,86	14,22	20,13	15,28	4,94	0,65	0,47
NOV/02	4,05	38,51	14,92	21,38	14,56	5,24	0,69	0,65
DEZ/02	5,43	38,80	15,42	21,40	13,25	4,82	0,35	0,54

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

A.4

DESEMPREGO

TABELA A.4.11

COMPOSIÇÃO DO DESEMPREGO POR GRAU DE INSTRUÇÃO (%)

MÉDIA	0 - 4	5 - 8	9 - 11	> = 12
1991	30,95	37,92	23,66	7,47
1992	29,66	39,27	24,88	6,19
1993	29,06	37,17	26,70	7,07
1994	27,89	37,63	27,54	6,93
1995	25,85	37,92	29,04	7,19
1996	24,16	37,06	30,62	8,17
1997	23,34	36,84	32,16	7,66
1998	21,66	35,23	34,23	8,88
1999	20,02	33,11	37,38	9,48
2000	18,09	31,04	41,12	9,74
2001	16,78	30,16	43,60	9,46
2002	14,51	28,06	46,83	10,60
DEZ/01	17,42	29,03	42,64	10,92
JAN/02	15,65	27,91	46,54	9,91
FEV/02	15,67	27,33	46,29	10,71
MAR/02	14,76	27,91	47,28	10,04
ABR/02	14,30	26,99	47,50	11,21
MAI/02	14,55	27,15	47,41	10,89
JUN/02	14,41	28,87	45,76	10,95
JUL/02	15,03	29,61	44,70	10,66
AGO/02	13,75	28,14	48,05	10,06
SET/02	14,13	28,74	46,67	10,47
OUT/02	14,40	26,98	47,78	10,84
NOV/02	13,75	28,93	46,21	11,11
DEZ/02	13,58	28,16	48,13	10,13

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.12

COMPOSIÇÃO DO DESEMPREGO POR TEMPO SEM TRABALHO (%)

MÉDIA	< 1	1 - 3	3 - 6	6 - 12	> = 12
1991	12,09	31,90	27,41	16,19	12,41
1992	8,99	27,12	27,14	19,56	17,19
1993	9,38	26,00	25,63	18,92	20,08
1994	10,29	27,82	24,48	18,13	19,27
1995	11,86	30,27	26,28	16,58	15,01
1996	9,73	27,04	26,32	19,25	17,67
1997	8,61	25,94	25,17	20,59	19,69
1998	7,51	22,29	23,68	21,06	25,46
1999	7,23	22,22	22,94	20,60	27,01
2000	8,15	23,68	22,67	18,94	26,56
2001	7,72	24,68	23,72	19,60	24,27
2002	6,92	21,38	22,86	21,34	27,50
DEZ/01	6,05	21,24	23,12	22,70	26,89
JAN/02	8,08	24,68	22,54	19,71	24,98
FEV/02	8,02	25,30	24,06	18,57	24,04
MAR/02	6,71	22,07	26,40	18,49	26,32
ABR/02	7,44	21,24	26,22	18,58	26,51
MAI/02	6,52	20,72	24,33	19,72	28,70
JUN/02	7,06	19,09	22,43	22,48	28,93
JUL/02	6,21	20,34	23,21	22,74	27,50
AGO/02	6,97	19,89	21,66	24,41	27,07
SET/02	6,50	21,46	21,05	20,80	30,19
OUT/02	6,66	20,06	20,82	23,53	28,92
NOV/02	6,49	20,39	21,14	23,47	28,51
DEZ/02	6,41	22,34	19,44	24,08	27,73

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

A.4 DESEMPREGO

TABELA A.4.13

COMPOSIÇÃO DO DESEMPREGO POR FAIXA DE DURAÇÃO (%)

MÉDIA	< 1	1 - 3	3 - 6	6 - 12	> = 12
1991	17,92	37,61	26,65	13,77	4,05
1992	14,01	33,75	28,12	17,61	6,51
1993	14,73	32,31	27,83	17,27	7,86
1994	14,84	33,35	26,49	17,44	7,88
1995	15,97	35,26	27,34	15,54	5,90
1996	13,68	32,11	28,13	18,22	7,86
1997	13,47	31,53	26,67	19,48	8,85
1998	12,19	27,32	25,63	21,59	13,27
1999	11,69	27,10	25,38	21,13	14,70
2000	14,29	29,43	25,09	19,34	11,83
2001	12,62	29,74	25,60	20,28	11,77
2002	11,35	26,16	25,70	22,61	14,19
DEZ/01	9,88	27,49	25,05	22,38	15,20
JAN/02	14,50	28,29	23,55	20,65	13,00
FEV/02	13,04	30,94	24,35	18,80	12,88
MAR/02	11,41	27,44	31,05	17,35	12,76
ABR/02	11,43	26,99	30,61	18,57	12,40
MAI/02	9,95	26,53	29,58	19,91	14,03
JUN/02	9,99	24,30	27,23	23,51	14,97
JUL/02	9,53	23,83	26,14	25,53	14,98
AGO/02	10,83	23,72	24,27	26,94	14,24
SET/02	10,70	27,29	22,02	24,15	15,83
OUT/02	12,27	25,15	22,83	24,29	15,47
NOV/02	11,54	24,29	23,30	24,59	16,29
DEZ/02	11,76	25,57	21,99	28,01	12,67

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

A.5 SEGURO-DESEMPREGO

TABELA A.5.1 REQUERENTES, SEGURADOS E VALOR MÉDIO DO BENEFÍCIO

MÉDIA	REQUERENTES	SEGURADOS	TAXA DE HABILITAÇÃO	V.M.B.(*)
1991	3.724.840	3.498.235	93,92	1,83
1992	4.015.225	3.895.157	97,01	1,69
1993	3.825.547	3.756.365	98,19	1,41
1994	4.091.318	4.029.718	98,49	1,55
1995	4.789.262	4.736.940	98,91	1,54
1996	4.393.366	4.348.166	98,97	1,56
1997	4.420.916	4.371.903	98,89	1,57
1998	4.385.496	4.329.525	98,72	1,57
1999	4.405.720	4.299.159	97,58	1,55
2000	4.274.239	4.185.736	97,93	1,50
2001	4.795.113	4.706.827	98,16	1,45
2002	4.858.310	4.763.153	98,04	1,43
DEZ/01	353.962	347.664	98,22	1,43
JAN/02	442.044	433.887	98,15	1,46
FEV/02	376.494	370.227	98,34	1,47
MAR/02	428.525	421.523	98,37	1,48
ABR/02	469.735	461.901	98,33	1,39
MAI/02	423.240	416.219	98,34	1,39
JUN/02	373.968	367.926	98,38	1,40
JUL/02	409.015	402.218	98,34	1,40
AGO/02	407.922	401.092	98,33	1,41
SET/02	384.775	378.183	98,29	1,42
OUT/02	408.460	400.488	98,05	1,43
NOV/02	376.321	365.785	97,20	1,43
DEZ/02	357.811	343.704	96,06	1,44

(*) Valor Médio do Benefício em S.M.R.
Fonte: MTE. Elaboração própria.

A.7

RENDIMENTOS

(em reais de jan/2000)

TABELA A.7.1

RENDA REAL MÉDIA POR REGIÃO METROPOLITANA

MÉDIA	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	TOTAL
1991	609,41	835,89	596,27	586,22	377,54	476,62	680,35
1992	502,96	676,26	464,79	486,56	307,81	369,19	551,80
1993	551,95	787,71	530,59	557,59	355,80	415,84	630,82
1994	557,54	869,20	587,28	537,63	334,36	359,22	664,93
1995	626,62	919,55	688,13	604,19	381,96	378,70	724,59
1996	697,96	940,00	708,16	626,67	429,25	408,03	761,84
1997	713,58	929,38	728,56	649,97	456,08	438,94	767,61
1998	701,09	940,50	720,25	633,16	439,56	438,54	765,31
1999	673,09	874,39	669,30	611,62	429,66	428,26	722,66
2000	663,10	864,71	679,18	607,78	453,51	436,38	718,66
2001	649,38	832,13	650,77	578,88	451,73	412,91	695,13
JAN-NOV/01	**647,85**	**830,99**	**652,31**	**575,85**	**451,04**	**412,69**	**694,07**
NOV/01	625,34	787,52	636,04	564,09	457,27	397,23	665,38
DEZ/01	666,22	844,67	633,88	612,20	459,32	415,31	706,85
JAN/02	607,76	811,72	637,12	557,90	435,30	388,43	669,62
FEV/02	628,17	795,29	628,54	551,00	425,42	382,85	664,63
MAR/02	623,48	801,10	626,40	541,25	435,66	385,12	665,46
ABR/02	650,37	802,61	614,51	561,03	447,50	410,02	675,95
MAI/02	665,50	811,60	613,30	577,35	450,55	399,27	683,82
JUN/02	645,39	810,28	625,72	579,88	450,80	409,28	680,85
JUL/02	648,69	804,20	618,23	561,84	434,78	435,89	677,18
AGO/02	640,92	790,77	612,22	557,91	442,99	411,45	667,02
SET/02	622,12	797,00	601,72	560,67	451,97	403,42	665,29
OUT/02	595,85	789,45	592,12	567,56	417,43	385,21	652,73
NOV/02	576,12	789,19	594,91	526,68	397,48	380,05	642,22
JAN-NOV/02	**627,67**	**800,29**	**614,98**	**558,46**	**435,44**	**399,18**	**667,71**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

(em reais de jan/2000)

TABELA A.7.2

RENDA REAL MÉDIA POR SETOR DE ATIVIDADE

MÉDIA	EXT.MIN	IND.TR.	SIUP	CONS.CIV.	COMÉRCIO	SERVIÇOS	ADM.PÚBL.	AGRICULT.	OUTRAS
1991	979,71	788,88	1.068,49	536,43	604,74	550,49	863,71	497,29	971,77
1992	788,92	523,67	768,22	314,64	345,62	331,23	510,10	229,95	629,60
1993	1.160,35	790,09	1.076,16	457,26	544,35	499,85	718,48	408,16	973,14
1994	1.203,60	804,51	1.099,33	467,19	601,63	543,11	768,19	449,92	991,67
1995	1.205,93	831,38	1.068,16	544,71	658,28	618,33	848,59	632,67	1.000,44
1996	1.216,05	865,54	1.117,14	588,32	694,23	670,51	878,82	601,54	1.066,25
1997	1.217,11	863,30	1.144,25	593,99	692,99	679,60	914,94	566,45	1.059,23
1998	1.313,38	859,86	1.042,09	560,80	658,40	684,92	961,49	486,30	1.064,59
1999	1.165,33	797,14	1.033,27	522,08	612,47	645,17	948,88	518,85	994,67
2000	1.108,75	784,99	908,82	530,52	630,21	644,11	940,71	538,54	974,50
2001	1.159,89	748,12	868,10	503,11	595,66	629,63	918,65	555,63	919,79
JAN-NOV/01	**1.177,19**	**746,43**	**869,02**	**505,76**	**595,64**	**629,29**	**912,24**	**529,45**	**917,84**
NOV/01	960,70	728,00	754,72	443,81	543,18	613,59	907,40	633,15	881,60
DEZ/01	969,62	766,78	857,93	473,92	595,89	633,39	989,15	843,59	941,30
JAN/02	1.053,34	743,15	876,64	441,47	544,82	603,28	924,55	566,41	888,23
FEV/02	1.108,12	740,22	869,97	442,29	561,46	588,55	913,54	501,10	890,34
MAR/02	888,59	725,16	898,78	465,58	543,45	593,42	942,36	460,93	903,84
ABR/02	936,08	750,16	899,94	492,60	530,04	610,12	923,27	448,56	913,62
MAI/02	820,34	741,64	921,95	496,16	558,68	607,56	955,69	487,24	923,63
JUN/02	946,26	723,21	1.077,85	486,35	542,38	608,29	965,61	503,54	923,29
JUL/02	858,30	745,13	958,58	483,10	536,82	600,30	962,34	807,75	915,53
AGO/02	797,33	727,63	983,35	484,37	565,49	589,96	971,09	503,72	847,07
SET/02	1.093,70	721,99	1.003,61	478,83	561,98	593,73	947,02	528,85	855,60
OUT/02	1.015,27	694,82	823,73	462,01	520,74	596,88	926,21	638,77	868,58
NOV/02	1.119,20	700,91	805,33	443,41	529,79	591,08	869,25	490,99	848,60
JAN-NOV/02	**966,96**	**728,55**	**919,98**	**470,56**	**545,06**	**598,47**	**936,45**	**539,81**	**888,94**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

A.7

RENDIMENTOS

(em reais de jan/2000)

TABELA A.7.3

RENDA REAL MÉDIA POR GÊNERO

MÉDIA	MASCULINO	FEMININO
1991	805,44	496,00
1992	646,76	384,88
1993	738,40	457,72
1994	780,92	477,75
1995	847,21	517,29
1996	893,03	563,38
1997	909,95	575,90
1998	887,95	583,74
1999	830,74	566,40
2000	823,35	569,14
2001	791,75	554,29
JAN-NOV/01	**790,53**	**553,11**
NOV/01	756,62	533,96
DEZ/01	805,11	567,27
JAN/02	764,55	534,12
FEV/02	759,72	525,89
MAR/02	762,13	529,92
ABR/02	775,75	535,84
MAI/02	780,44	547,13
JUN/02	775,96	547,54
JUL/02	774,72	543,53
AGO/02	759,73	539,42
SET/02	762,79	533,72
OUT/02	747,36	524,12
NOV/02	732,80	519,73
JAN-NOV/02	**763,27**	**534,63**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

TABELA A.7.4

RENDA REAL MÉDIA POR GRAU DE INSTRUÇÃO

MÉDIA	0 - 4	5 - 8	9 - 11	> = 12
1991	404,31	479,09	754,53	1.739,69
1992	324,37	378,75	612,80	1.388,53
1993	365,84	434,32	695,16	1.620,67
1994	366,28	443,98	731,09	1.769,58
1995	409,58	491,03	760,26	1.846,95
1996	432,31	501,95	780,66	1.897,54
1997	428,50	500,93	759,20	1.883,25
1998	412,88	481,14	730,02	1.888,46
1999	388,31	452,65	671,97	1.735,75
2000	382,13	446,04	645,12	1.711,96
2001	368,39	429,16	606,28	1.624,91
JAN-NOV/01	**368,77**	**428,26**	**604,45**	**1.625,48**
NOV/01	362,38	414,10	586,86	1.562,76
DEZ/01	364,12	439,10	626,31	1.618,64
JAN/02	346,25	400,56	578,30	1.555,04
FEV/02	349,38	402,44	573,09	1.519,08
MAR/02	347,87	407,23	569,47	1.538,20
ABR/02	353,38	407,31	569,28	1.561,22
MAI/02	355,35	415,59	574,08	1.568,89
JUN/02	349,04	410,94	567,25	1.545,37
JUL/02	345,18	405,48	560,24	1.562,75
AGO/02	344,58	396,04	556,90	1.553,58
SET/02	348,12	391,60	557,55	1.544,88
OUT/02	346,20	398,40	549,55	1.512,88
NOV/02	346,43	396,86	544,72	1.478,16
JAN-NOV/02	**348,34**	**402,95**	**563,68**	**1.540,00**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

(em reais de jan/2000)

TABELA A.7.5 RENDA REAL MÉDIA POR FAIXA ETÁRIA

MÉDIA	15 - 17	18 - 24	25 - 29	30 - 39	40 - 49	50 - 59	60 - 64	> = 65
1991	213,31	390,17	612,28	789,50	897,32	825,04	755,16	761,02
1992	169,95	316,21	501,17	643,28	713,42	643,62	555,50	549,14
1993	208,09	364,87	569,41	732,36	810,33	724,29	659,42	664,67
1994	194,12	363,62	571,21	749,86	899,34	783,26	715,35	759,82
1995	213,33	395,35	621,17	799,79	956,16	887,35	799,42	801,82
1996	228,11	415,79	642,66	839,55	997,44	964,73	890,05	898,95
1997	216,81	413,10	643,05	830,00	1.004,60	979,44	903,22	909,03
1998	211,39	412,90	643,95	823,35	972,41	1.009,62	953,50	996,39
1999	200,17	388,53	599,13	779,03	910,47	916,73	904,87	896,20
2000	205,66	385,65	603,15	759,10	911,18	923,07	886,73	888,75
2001	204,61	380,22	576,54	721,40	865,75	907,44	878,92	859,31
JAN-NOV/01	**204,78**	**378,88**	**574,18**	**719,85**	**865,94**	**908,12**	**876,04**	**850,17**
NOV/01	203,84	380,49	558,76	689,92	823,76	832,68	965,06	796,41
DEZ/01	202,75	394,92	602,57	738,49	863,59	899,98	910,67	959,89
JAN/02	194,26	370,32	574,06	698,51	804,96	876,96	907,37	908,02
FEV/02	192,45	373,08	553,52	683,65	807,98	887,76	806,20	940,45
MAR/02	197,07	371,26	568,61	674,35	810,53	893,33	864,62	940,58
ABR/02	196,02	369,04	573,42	672,81	834,69	930,12	947,16	818,43
MAI/02	206,15	373,46	571,93	686,37	855,09	936,71	878,33	757,54
JUN/02	204,75	373,03	575,13	691,63	848,24	921,62	833,70	756,20
JUL/02	213,79	367,56	558,64	688,67	854,48	933,51	769,54	783,88
AGO/02	209,92	364,93	555,43	683,11	828,43	897,89	744,20	907,36
SET/02	199,99	358,68	540,18	673,42	828,00	899,12	808,44	1.022,45
OUT/02	200,66	362,26	535,88	659,42	806,27	861,87	840,69	953,09
NOV/02	203,59	359,21	529,09	657,13	781,99	0,00	836,35	827,04
JAN-NOV/02	**201,69**	**367,53**	**557,81**	**679,01**	**823,70**	**821,72**	**839,69**	**874,09**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

A.7

RENDIMENTOS

(em reais de jan/2000)

TABELA A.7.6

RENDA REAL MÉDIA POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

MÉDIA	CC	SC	CP	EMPRE
1991	697,73	540,25	530,00	1.964,00
1992	615,66	405,98	398,44	1.449,52
1993	685,57	467,89	471,30	1.781,78
1994	685,30	491,64	526,06	2.273,48
1995	702,30	557,67	635,98	2.460,60
1996	746,26	587,57	672,15	2.489,73
1997	757,41	601,24	677,77	2.415,82
1998	758,13	603,52	650,14	2.503,78
1999	725,35	594,63	600,79	2.229,28
2000	719,39	598,56	595,46	2.236,43
2001	687,99	586,72	588,73	2.191,66
JAN-NOV/01	**687,05**	**584,60**	**588,78**	**2.188,01**
NOV/01	658,06	568,27	578,89	2.054,42
DEZ/01	698,31	610,02	588,22	2.231,84
JAN/02	660,84	582,84	558,38	2.108,93
FEV/02	658,90	577,22	534,45	2.121,99
MAR/02	664,25	576,80	553,10	1.989,22
ABR/02	667,50	588,22	581,88	1.998,28
MAI/02	669,30	599,44	587,34	2.015,10
JUN/02	674,66	588,43	586,89	1.999,67
JUL/02	666,92	591,96	575,25	2.070,26
AGO/02	665,20	585,30	562,74	1.950,22
SET/02	653,32	585,58	562,89	2.047,11
OUT/02	639,37	569,42	557,68	2.011,10
NOV/02	627,80	547,22	551,08	2.053,09
JAN-NOV/02	**658,91**	**581,13**	**564,70**	**2.033,18**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

TABELA A.7.7

SALÁRIO MÍNIMO REAL

MÉDIA	S.M.R.
1991	102,27
1992	109,87
1993	120,37
1994	112,78
1995	124,43
1996	129,82
1997	133,12
1998	138,47
1999	139,75
2000	144,53
2001	157,66
2002	164,44
DEZ/01	158,71
JAN/02	157,89
FEV/02	157,32
MAR/02	156,38
ABR/02	172,38
MAI/02	172,02
JUN/02	171,30
JUL/02	169,28
AGO/02	168,19
SET/02	166,99
OUT/02	164,83
NOV/02	160,00
DEZ/02	156,71

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

A.9

INFORMALIDADE

TABELA A.9.1

PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS SEM CARTEIRA ASSINADA NA OCUPAÇÃO TOTAL POR REGIÃO METROPOLITANA (%)

MÉDIA	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	TOTAL
1991	23,36	19,09	17,84	20,99	24,75	21,10	20,81
1992	25,31	20,45	18,38	21,75	26,22	21,58	22,15
1993	26,10	21,51	18,61	23,13	26,49	21,77	22,99
1994	26,58	22,02	19,31	24,23	27,86	23,65	23,67
1995	26,36	22,94	20,14	24,06	26,69	25,09	24,08
1996	26,73	24,04	20,79	25,12	27,08	24,52	24,79
1997	26,09	24,40	20,69	25,53	27,36	24,27	24,82
1998	26,03	25,33	22,27	25,65	29,27	23,50	25,43
1999	26,40	26,65	23,14	26,57	29,95	24,79	26,39
2000	27,16	28,23	23,78	27,47	29,85	26,87	27,53
2001	26,32	28,19	22,67	26,74	29,60	25,30	27,03
2002	27,34	28,60	22,76	26,79	30,50	25,42	27,53
DEZ/01	26,85	28,31	22,26	25,80	30,49	25,77	27,17
JAN/02	27,08	28,76	21,81	26,60	30,76	26,20	27,51
FEV/02	26,50	28,43	22,26	26,80	30,07	26,63	27,26
MAR/02	27,28	28,70	22,10	26,85	30,82	26,17	27,59
ABR/02	26,90	28,11	22,53	27,58	30,34	25,37	27,26
MAI/02	27,08	28,56	22,96	27,27	30,11	26,24	27,54
JUN/02	27,90	28,61	22,84	26,88	30,20	25,41	27,66
JUL/02	27,55	28,80	23,04	26,21	30,30	24,97	27,58
AGO/02	27,87	28,35	22,58	26,76	30,67	26,39	27,60
SET/02	28,01	28,75	23,49	26,63	30,09	25,11	27,75
OUT/02	27,81	28,56	23,83	27,32	31,06	25,03	27,78
NOV/02	27,52	28,81	22,93	27,19	30,40	24,13	27,63
DEZ/02	26,58	28,78	22,72	25,36	31,22	23,44	27,22

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

TABELA A.9.2

PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA NA OCUPAÇÃO TOTAL POR REGIÃO METROPOLITANA (%)

MÉDIA	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	TOTAL
1991	21,96	17,35	20,69	21,47	24,16	23,97	20,10
1992	22,59	18,31	22,23	21,64	26,02	23,94	20,94
1993	22,78	17,84	22,05	21,67	27,18	25,26	20,94
1994	23,35	18,82	22,19	22,33	27,13	27,59	21,72
1995	23,75	19,04	22,32	21,92	28,71	27,05	21,95
1996	24,06	20,29	24,03	22,59	28,17	27,72	22,77
1997	24,95	21,06	23,70	22,41	27,73	27,75	23,26
1998	26,22	20,47	22,91	22,02	27,06	27,17	23,16
1999	27,44	20,59	22,80	22,50	27,46	26,72	23,53
2000	27,17	20,72	22,72	21,69	26,20	26,72	23,34
2001	27,31	20,08	22,89	21,38	25,12	27,37	22,97
2002	26,43	19,20	23,09	21,99	25,03	26,98	22,45
DEZ/01	27,12	19,97	23,85	22,51	24,67	26,54	23,01
JAN/02	27,17	19,13	23,10	21,25	24,16	25,80	22,36
FEV/02	26,47	19,21	22,62	21,79	25,62	26,28	22,39
MAR/02	26,21	19,57	22,31	22,36	25,11	27,38	22,56
ABR/02	26,07	19,26	22,71	22,16	24,69	27,10	22,36
MAI/02	26,51	19,53	22,57	20,43	25,11	26,36	22,38
JUN/02	26,23	19,08	22,96	21,27	24,80	27,57	22,31
JUL/02	26,36	18,81	24,01	22,56	25,48	27,33	22,46
AGO/02	26,02	18,81	23,19	22,59	25,05	26,66	22,24
SET/02	26,14	19,19	23,89	22,73	25,58	26,10	22,51
OUT/02	26,69	19,53	23,17	22,22	25,26	26,86	22,70
NOV/02	26,34	18,78	22,96	22,25	25,07	27,61	22,29
DEZ/02	26,96	19,46	23,55	22,26	24,43	28,71	22,82

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

A.9

INFORMALIDADE

TABELA A.9.3

DIFERENCIAL DOS RENDIMENTOS DOS EMPREGADOS COM E SEM CARTEIRA ASSINADA POR REGIÃO METROPOLITANA (%)

MÉDIA	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	TOTAL
1991	15,86	35,13	-3,44	15,24	45,27	77,97	30,11
1992	29,86	61,93	6,61	47,95	51,22	92,85	51,91
1993	25,82	59,17	1,52	30,43	53,08	78,27	46,61
1994	18,70	50,06	-5,05	30,14	38,42	61,67	39,58
1995	12,82	35,67	-10,51	7,98	24,56	33,54	25,93
1996	12,95	40,54	-6,82	11,13	20,90	27,47	26,99
1997	15,53	37,71	-6,16	13,02	16,19	27,77	25,99
1998	16,26	37,82	-4,18	6,01	13,38	37,65	25,62
1999	6,25	37,11	-5,40	2,61	10,12	38,52	21,98
2000	5,03	36,35	-6,31	-1,68	9,41	31,84	20,18
2001	6,21	33,00	-9,77	-6,83	3,20	21,89	17,29
JAN-NOV/01	**6,57**	**33,57**	**-10,12**	**-6,86**	**2,96**	**20,88**	**17,55**
NOV/01	-0,61	35,21	-12,68	-6,51	-2,51	19,07	15,80
DEZ/01	2,30	26,77	-5,86	-6,54	5,90	33,00	14,47
JAN/02	2,48	26,88	-12,11	-9,03	-2,37	20,68	13,38
FEV/02	2,86	27,20	-7,31	-10,14	9,04	16,88	14,15
MAR/02	4,69	25,85	-7,01	-4,64	17,48	19,09	15,16
ABR/02	1,34	27,98	-9,55	-7,11	7,34	13,88	13,48
MAI/02	-5,24	26,62	-7,92	-2,52	12,20	15,39	11,65
JUN/02	-0,73	34,48	-14,63	-9,44	9,12	2,61	14,65
JUL/02	-8,30	33,21	-14,20	-6,23	8,40	3,77	12,66
AGO/02	-5,32	33,92	-9,19	-6,98	10,52	2,19	13,65
SET/02	-7,15	29,47	-12,42	-6,79	7,38	10,61	11,57
OUT/02	-1,63	27,88	-17,25	-4,21	10,36	10,16	12,28
NOV/02	0,42	30,46	-11,72	-7,71	21,96	12,09	14,73
JAN-NOV/02	**-1,51**	**29,45**	**-11,21**	**-6,80**	**10,13**	**11,58**	**13,40**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

TABELA A.9.4

DIFERENCIAL DOS RENDIMENTOS DOS EMPREGADOS COM CARTEIRA ASSINADA E CONTA PRÓPRIA POR REGIÃO METROPOLITANA (%)

MÉDIA	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	TOTAL
1991	38,49	19,05	-2,71	36,75	60,70	87,97	35,42
1992	48,89	41,83	8,88	69,63	92,22	92,77	57,38
1993	52,34	33,33	-13,09	52,53	79,22	82,48	50,03
1994	42,51	15,81	-15,86	33,89	60,26	76,41	33,00
1995	15,32	-2,82	-4,93	10,25	33,42	45,66	10,61
1996	16,53	-0,59	-3,55	14,23	37,09	36,37	11,10
1997	17,04	2,65	-6,09	11,19	35,87	39,91	11,97
1998	21,52	7,01	0,42	11,88	42,26	43,23	16,83
1999	20,36	13,29	5,01	14,57	43,94	52,29	20,89
2000	20,87	16,48	-0,44	13,46	31,99	47,37	20,79
2001	19,84	10,98	-0,29	5,00	35,33	38,60	16,75
JAN-NOV/01	**19,51**	**10,88**	**-0,31**	**5,41**	**34,90**	**37,90**	**16,70**
NOV/01	18,16	6,38	-9,43	7,45	35,41	43,40	13,68
DEZ/01	23,46	12,14	-0,05	0,54	40,06	46,24	18,72
JAN/02	18,73	13,09	-6,71	-0,04	40,88	55,03	18,35
FEV/02	21,47	19,36	-0,55	1,65	57,29	59,03	23,29
MAR/02	27,53	9,78	0,75	4,59	54,95	57,40	20,10
ABR/02	26,79	5,19	-2,94	-0,69	35,30	42,53	14,71
MAI/02	27,89	1,87	-0,90	-1,99	29,56	55,91	13,95
JUN/02	26,46	3,95	-6,92	-3,00	37,03	53,59	14,95
JUL/02	22,76	8,00	-8,05	-2,37	41,04	37,07	15,94
AGO/02	31,33	8,36	-4,51	0,90	44,25	37,37	18,21
SET/02	27,08	6,90	-5,72	4,36	19,00	48,51	16,07
OUT/02	26,03	2,67	-3,46	7,54	24,35	43,20	14,65
NOV/02	22,50	4,47	-1,91	0,38	22,62	49,24	13,92
JAN-NOV/02	**25,32**	**7,60**	**-3,72**	**1,03**	**36,93**	**48,99**	**16,74**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

EDITORIAL

COORDENAÇÃO
Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

SUPERVISÃO
Helena Rodarte Costa Valente

REVISÃO
André Pinheiro
Elisabete de Carvalho Soares
Lucia Duarte Moreira
Luiz Carlos Palhares
Miriam Nunes da Fonseca
Tatiana da Costa (estagiária)

EDITORAÇÃO
Carlos Henrique Santos Vianna
Marina Nogueira Garcia de Souza (estagiária)
Rafael Luzente de Lima
Roberto das Chagas Campos

DIVULGAÇÃO
Raul José Cordeiro Lemos

BRASÍLIA
SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, 10º andar
70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 315-5336
Fax: (61) 315-5314
CORREIO ELETRÔNICO: **editbsb@ipea.gov.br**

RIO DE JANEIRO
Av. Presidente Antônio Carlos, 51, 14º andar
20020-010 – Rio de Janeiro – RJ
Fone: (21) 3804-8118
Fax: (21) 2220-5533
CORREIO ELETRÔNICO: **editrj@ipea.gov.br**

www.ipea.gov.br

DESIGN GRÁFICO
SOTER DESIGN – *Ana Soter e Anna Amendola*

DESIGNER ASSISTENTE
Larissa Trope

IMPRESSÃO
York Indústrias Gráficas